



EDITORA
UFMG

SOBRE LAZER E POLÍTICA

Maneiras de ver, maneiras de fazer

Hélder Isayama
Meily Assbú Linhales
Organizadores



Este livro inaugura uma série de publicações previstas nas ações do Núcleo da Rede CEDES na UFMG. Projeto possibilitado pela iniciativa do Ministério do Esporte – por meio de sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer-SNDEL – em assumir o fomento e a socialização do conhecimento como ação estratégica capaz de possibilitar o desenvolvimento e a qualificação do esporte e do lazer como direitos e como políticas sociais.

ORGANIZADORES

Hélder Isayama

Doutor em Educação Física – Estudos do Lazer. Docente da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do Grupo de Pesquisa Lazer e Sociedade (CELAR/UFMG) e do Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL/Unimep).

Meily Assbú Linhares

Doutoranda em Educação (FaE/UFMG) e Mestre em Ciência Política (Fafich/UFMG). Docente da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Grupo de Estudos "Polis/Celar" e do Núcleo da Rede CEDES na UFMG.

SOBRE LAZER É POLÍTICA
MANEIRAS DE VER, MANEIRAS DE FAZER

Exemplar de distribuição gratuita
Ministério do Esporte



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

REITOR: Ronaldo Tadêu Pena

VICE-REITORA: Heloisa Maria Murgel Starling

EDITORA UFMG

DIRETOR: Wander Melo Miranda

VICE-DIRETORA: Silvana Cóser

CONSELHO EDITORIAL

Wander Melo Miranda (presidente)

Carlos Antônio Leite Brandão

José Francisco Soares

Juarez Rocha Guimarães

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Paulo Sérgio Lacerda Beirão

Silvana Cóser

Hélder Ferreira Isayama
Meily Assbú Linhales
Organizadores

SOBRE LAZER E POLÍTICA
MANEIRAS DE VER, MANEIRAS DE FAZER

Belo Horizonte
Editora UFMG
2006

© 2006, os autores
© 2006, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

S677 Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer / Hélder Ferreira Isayama, Meily Assbú Linhales (Org.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
165 p.

ISBN: 85-7041-549-4 / 978-85-7041-549-3

1. Lazer. 2. Políticas públicas. 3. Recreação e Estado – Belo Horizonte (MG). 4. Belo Horizonte (MG) – melhoramentos públicos. I. Isayama, Hélder Ferreira. II. Linhales, Meily Assbú.

CDD:
CDU: 379.8

Elaborada pela bibliotecária Iris da Silva Vieira – CRB6-2283

EDITORAÇÃO DE TEXTOS: Ana Maria de Moraes

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO: Maria do Carmo Leite Ribeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA: Warren M. Santos

PROJETO GRÁFICO E FORMATAÇÃO: Raphael Almada

CAPA: Montagem de Edival Vitral, a partir de ilustração de autor desconhecido, [1800?].

Ecoliers, quelques cases d'un jeu de l'ole. Rouen: Musée Histoire de l'Education.

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Ala direita da Biblioteca Central - Térreo

Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG

Tel.: (31) 3499-4650 Fax: (31) 3499-4768

www.editora.ufmg.br editora@ufmg.br

MINISTÉRIO DO ESPORTE

MINISTRO: Orlando Silva de Jesus Júnior

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER

SECRETÁRIA: Rejane Penna Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPORTE

DIRETORA: Ana Maria Felix dos Santos

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

DIRETOR: Rodolfo Novelino Benda

VICE-DIRETORA: Márcia Bastos Rezende

REDE CEDES/UFMG

COORDENAÇÃO: Profa. Meily Assbú Linhales

Profa. Christianne Luce Gomes

Prof. Hélder Ferreira Isayama

Prof. José Alfredo de Oliveira Debortoli

Prof. Silvio Ricardo da Silva

Prof. Tarcísio Mauro Vago

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Hélder Ferreira Isayama</i>	
<i>Meily Assbú Linhales</i>	
PARTE 1: LAZER, POLÍTICA E SUBJETIVIDADE	
Lazer, indústria cultural, biopolítica	19
<i>Alexandre Fernandez Vaz</i>	
Corpo, tempo e espaço modernos na experiência surrealista	41
<i>Carlos José Martins</i>	
PARTE 2: LAZER, POLÍTICA E CIDADE	
O lazer e os espaços na cidade	65
<i>Nelson Carvalho Marcellino</i>	
Lazer, urbanização e os limites da cidadania	93
<i>Sérgio Martins</i>	
PARTE 3: LAZER, POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA	
Gestão municipal e política de lazer	119
<i>Lino Castellani Filho</i>	
Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos	136
<i>Telma Menicucci</i>	

APRESENTAÇÃO

Hélder Ferreira Isayama
Meily Assbú Linhales

O lazer e a política são temáticas que perpassam nosso fazer cotidiano e acadêmico provocando reflexões, causando dúvidas em algumas assertivas, desafiando-nos a novas buscas e sistematizações. Como práticas sociais aparentemente consolidadas, provocam-nos a pensar os sentidos que produzem no plano da organização cultural e das experiências que delineiam a sociedade contemporânea.

No decorrer das últimas décadas, as discussões sobre as políticas públicas de lazer vêm ganhando destaque como temática ligada aos debates sobre cidadania, participação popular, reivindicações sociais e como uma possibilidade de contribuição na superação das desigualdades sociais. Em geral, as discussões sobre as políticas de

lazer emergem agregadas aos projetos anunciados e desenvolvidos para o setor esportivo. No entanto, a participação popular nas ações governamentais de esporte e lazer é ainda pequena, já que essas questões se apresentam, ainda, em posições secundárias frente a outras esferas da vida social, como a educação, a saúde, a moradia, o saneamento, etc.

Na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais, os estudos e debates sobre recreação e lazer tiveram início com a inclusão, no currículo do curso de Educação Física, de disciplinas relacionadas a recreação. Em 1990, o CELAR – Centro de Estudos de Lazer e Recreação foi criado com a preocupação de construir e socializar conhecimentos sobre o Lazer e temas afins. O seu objetivo é reunir acadêmicos, profissionais e pesquisadores de diversas áreas em torno de questões fundamentais do lazer, considerando o ensino da graduação e da pós-graduação como ponto de partida para estudos e intervenções articulados com a extensão e, mais recentemente, com a pesquisa.

Os esforços do CELAR estão relacionados ao desenvolvimento de projetos multi e interdisciplinares nos âmbitos do Ensino, da Pesquisa, do Conhecimento e da Intervenção. Além disso, esse Centro de Estudos procura colaborar na discussão de questões pertinentes ao lazer na realidade brasileira e na ampliação de publicações, intercâmbios e assessorias pedagógicas que envolvem sempre o trabalho coletivo de professores de diversas áreas do conhecimento. Esta tem sido prática comum nos diferentes projetos realizados.

No ano de 2004, por iniciativa de alguns professores e ex-alunos do Curso de Especialização em Lazer, foi constituído o Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, denominado "Polis/Celar", que partilha o desafio de conhecer e interpretar as balizas teórico-conceituais que têm informado estudos, análises e avaliações relativas ao papel do Estado nos processos de organização de políticas, em especial, de políticas sociais. Nesse desafio de apropriação reflexiva e compartilhada, orientamo-nos por um olhar crítico e interrogativo sobre as denominadas "Políticas de Esporte e Lazer" que proliferam nos diferentes níveis da gestão pública, muitas vezes permeadas de tensões e contradições, de idéias fora do lugar e de falsas promessas de redenção social.

Ao mesmo tempo que é possível observar uma ampliação de ações públicas relacionadas a este setor, é preciso considerar a apropriação que a iniciativa privada faz dessas práticas, transformando os sujeitos em consumidores de diferentes produtos relativos ao campo do esporte e do lazer. Também é pertinente lembrar que o Estado muitas vezes incorpora, nas políticas públicas de esporte e lazer, a lógica meritocrática e seletiva que rege o setor privado. Isso sem falar dos processos de espetacularização do tempo disponível.

Em meio a tais reflexões, os estudos sobre políticas públicas desenvolvidos pelo grupo Polis/Celar encaminham para o entendimento do esporte e do lazer como direitos sociais.

O que hoje consideramos como direitos sociais pressupõe a garantia e a provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos.

Os conteúdos ou as áreas sociais implicados na promoção do bem-estar constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas.¹

Partimos também do entendimento de que o esporte e o lazer constituem práticas socioculturais em permanente construção. São formas de *conhecimento*, saberes enraizados na cultura; suas manifestações se expressam como *linguagens*, formas modernas de significação coletiva do mundo e são, ainda, *possibilidades éticas e estéticas de humanização*, se realizados e praticados como experiências educativas capazes de promover a emancipação e não a barbárie.²

Nesse emaranhado de referências conceituais e contextuais, capazes de comportar interesses e necessidades, nosso olhar se detém, e quer indagar as práticas em curso — as políticas de esporte e lazer, os debates e estudos sobre essas práticas estão por aí implantados e propagandeados, desde aqueles comprometidos com a crítica permanente dos conceitos e sentidos até aqueles da mera concorrência entre interesses eleitoreiros. A partir deste olhar que interroga, identificamos que algumas temáticas como direito social, cidadania, intersetorialidade, inclusão, gestão participativa, universalização, mercado, cidade, urbanidade, metropolização, entre outras, têm sido incorporadas por gestores públicos e por estudiosos do esporte e do lazer sem que, muitas vezes, estes diferentes agentes expressem uma compreensão dos sentidos e significados culturais, políticos e institucionais que os termos agregam.

Assim sendo, o envolvimento com a problemática concernente à teoria e à análise política, na estreita relação que ambas estabelecem com a política prática, passou então a orientar, nas reuniões e nos seminários do Polis/Celar, o nosso exercício reflexivo. São temáticas ancoradas em diferentes campos disciplinares, merecedoras de estudos e investigações aprofundadas. Ao mesmo tempo, são também problemáticas singulares, na medida em que a realização cotidiana do que denominamos "esporte" e "lazer" comportam especificidades e apropriações socioculturais que parecem interferir de maneira original nas mais variadas experiências de constituição de políticas públicas.

É também intenção do grupo discutir e analisar os elementos que compõem as práticas referentes ao desenvolvimento de ações públicas de esporte e lazer. Como os programas entram na agenda de governos? Que princípios orientam as escolhas de temáticas, metas ou metodologias para o trabalho a ser desenvolvido? Que expectativas são construídas em relação aos usuários dos programas? Enfim, que diferentes estratégias vêm sendo adotadas pelo poder público para se fazer representar em ações sociais que incluem o esporte e lazer?

Durante o ano de 2005, começamos também a desenhar no Polis/Celar alguns objetos de pesquisa, qualificando, ainda mais, as possibilidades de organização e produção de conhecimento.³ São preocupações comuns: a avaliação de políticas, os processos de formação de gestores, a produção histórica dos direitos sociais, o lugar institucional e político que o esporte e o lazer ocupam na cidade, as representações do urbano constituídas nas práticas de

esporte e de lazer. No segundo semestre desse mesmo ano, essas atividades em curso foram potencializadas pelo estabelecimento do convênio entre a UFMG e o Ministério do Esporte, com vistas à implantação de um Núcleo da Rede CEDES na EEFPTO.

A constituição de um Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – Rede CEDES – apresentou-se como fomento e como incentivo para uma ação pública e institucional destinada à produção e divulgação do conhecimento relativo ao esporte recreativo e ao lazer, compreendidos pelo Ministério do Esporte como direitos sociais e como patrimônios culturais. Merece destaque o investimento da Rede em projetos de pesquisa e na consolidação de estratégias direcionadas para a socialização do conhecimento. Compreendemos que estes são caminhos legítimos e capazes de qualificar e ampliar ações e trabalhos já em curso.

Entre os vários projetos que compõem o Núcleo da Rede CEDES na UFMG, destacamos aqui aquele estabelecido no âmbito do Polis/Celar, que prioriza os estudos relativos à avaliação de políticas públicas. Com esse recorte, optamos por priorizar pesquisas que possam subsidiar projetos de avaliação de políticas, ainda incipientes nos setores de esporte e lazer, embora já bastante avançados em outras áreas de gestão pública. No processo de realização de suas atividades mensais, o Polis/Celar recebeu um convite para pensar a temática central do VII Seminário "O Lazer em Debate", realizado de 24 a 26 de maio de 2006.

Sugerimos, então, que a política fosse a temática central e capaz de dialogar com o lazer, não só no sentido restrito da política prática – a gestão pública –, mas também das possibilidades de

reflexão acerca dos processos de produção cultural de sentidos e significados e dos estreitos vínculos que aí se processam com os estudos sobre as cidades. Foram então estabelecidas três mesas-redondas orientadas pelas temáticas da subjetividade, da cidade e da gestão pública.

A qualidade dos debates suscitados no VII Seminário "O Lazer em Debate" tornou-se importante justificativa ao projeto de organização desta publicação pela riqueza dos textos apresentados, pelos pontos polêmicos e até divergentes entre os autores e pelas várias possibilidades anunciadas para pensar as relações entre o lazer e o esporte. Destacam-se também os diferentes lugares acadêmicos de onde os olhares sobre a política, o lazer e a cidade foram anunciados: a história, a filosofia, a geografia, a ciência política, a educação física... Relações de complementaridade e exercícios interdisciplinares. Como no título escolhido, inspirado em Michel de Certeau,⁴ várias "maneiras de ver, maneiras de fazer", reunindo nesta publicação os artigos dos autores convidados para as mesas-redondas.

Na primeira parte, intitulada "Lazer, política e subjetividade", convidamos os professores Alexandre Fernandez Vaz e Carlos José Martins a pensarem o lazer como "interesse" e como "necessidade" produzido na modernidade. Ao analisarem o lazer como prática discursiva e institucional da esfera pública estatal, consideraram também que a política comporta uma dimensão de subjetividade, que se faz presente nas relações e nas tensões historicamente estabelecidas entre o lazer, o Estado e o mercado.

A segunda parte, "denominada "Lazer, política e cidade", trata das relações que os sujeitos estabelecem com a cidade nos tempos e espaços do cotidiano, da materialidade e do lazer.

Os autores convidados, Nelson Carvalho Marcellino e Sérgio Martins, problematizam os espaços, os equipamentos e as manifestações de lazer na cidade, tendo como referências os dilemas presentes nos processos de urbanização e a construção da cidadania.

"Lazer, política e gestão pública" é o tema da terceira parte, que aborda o lazer como dimensão presente no debate relativo aos direitos sociais no Brasil. Lino Castellani Filho e Telma Maria Gonçalves Menecucci foram convidados para uma reflexão sobre a construção de uma política nacional de lazer. Com o olhar prioritariamente voltado para as gestões municipais, foram problematizadas temáticas, tais como a descentralização, a intersectorialidade, a territorialidade e a participação popular.

Assim, este livro inaugura uma série de publicações previstas nas ações do Núcleo da Rede CEDES na UFMG. Projeto possibilitado pela iniciativa do Ministério do Esporte, por meio de sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer-SNDEL, em assumir o fomento e a socialização do conhecimento como ação estratégica capaz de possibilitar o desenvolvimento e a qualificação do esporte e do lazer como direitos e como políticas sociais.

Agradecemos aos autores pelo pronto atendimento ao nosso convite e, de modo especial, a todos os integrantes do Núcleo da Rede CEDES na UFMG, parceiros de indagações e de descobertas.

NOTAS

- ¹ LINHALES. São as políticas públicas para a Educação Física/Espportes e Lazer, efetivamente, políticas sociais?
- ² Para o desenvolvimento destes três princípios, apoiamo-nos em: DEBORTOLI. As crianças e a brincadeira.
- ³ Além dos estudos monográficos realizados no próprio Curso de Graduação em Educação Física e no de Especialização em Lazer, alguns participantes do Polis/Celar, inseridos em programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, ampliaram as possibilidades investigativas do grupo.
- ⁴ DE CERTEAU. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer.

REFERÊNCIAS

- LINHALES, Meily. São as políticas públicas para a Educação Física/Espportes e Lazer, efetivamente, políticas sociais? *Motrivência*, ano X, n. 11, p. 71-81, set. 1998.
- DEBORTOLI, José Alfredo. As crianças e a brincadeira. In: CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. *Desenvolvimento e aprendizagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

PARTE 1
LAZER, POLÍTICA E SUBJETIVIDADE

LAZER, INDÚSTRIA CULTURAL, BIOPOLÍTICA

Alexandre Fernandez Vaz

Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistir à apreensão [Erfassung] total. Isto coincidiria com o prognóstico social, segundo o qual, uma sociedade, cujas condições fundamentais permanecem inalteradas, também não poderia ser totalmente integrada pela consciência. A coisa não funciona assim tão sem dificuldades, e menos no tempo livre, que, sem dúvida, envolve as pessoas, mas, segundo seu próprio conceito, não pode fazê-lo completamente sem que isso fosse demasiado para elas. Renuncio a esboçar as consequências disso; penso, porém, que se vislumbra aí uma chance de emancipação que poderia, enfim, contribuir algum dia com sua parte para que o tempo livre se transforme em liberdade [dass Freizeit in Freiheit umspringt].

(Theodor W. Adorno, 1969 [1995, p. 81-82; 1978, p. 66-67].)

À GUIA DE INTRODUÇÃO

LAZER, SUBJETIVIDADES, ESFERA PÚBLICA

O lazer é, hoje, um tema importante em várias esferas sociais, a ponto de haver se tornado não apenas corriqueira, mas inquestionável, a sua abordagem. Ele comparece nos receituários de auto-ajuda de livros e revistas para empresários que pretendem ser bem-sucedidos; nos diversos cadernos de bem-estar dos jornais; no atletismo acadêmico que nele encontrou um tema de investigação e produção de *papers* e congressos; nos planos da administração pública ou, dito de outra forma, nas propagandas de governo.

Trato de aspectos do lazer e sua relação com a produção de subjetividades e a construção do espaço público, ou do que resta dele. Faço isso trabalhando com um conceito-chave e com outro que aqui o inspira, ambos muito importantes para entendermos aquele fenômeno, para dizer algo sobre ele e sobre o tempo presente. Opero com a idéia de que há uma forte determinação das formas de subjetivação contemporâneas pelos esquemas da indústria cultural. Considero também que vivemos uma forma de organização da vida pública que se estrutura por meio de dispositivos biopolíticos, de maneira que a sociedade de controle é mais do que uma hipótese nos processos de conformação subjetiva.

Faz sentido falarmos em lazer sob os signos da indústria cultura e da biopolítica (Agamben, 2002) porque aquela é o espírito privilegiado do nosso tempo e esta é a forma como se organiza o que ainda – e talvez equivocadamente – chamamos de "política". Não se trata, por exemplo, de pensar o lazer como "apropriado"

pela indústria cultural, mas como produzido mesmo nos interstícios de seus esquemas. A indústria cultural não subtrai ou deforma o lazer, mas o constitui em relação ao trabalho como face da dominação social. O "tempo livre", como paródia de si mesmo, é uma impossibilidade. Por outro lado, em tempos de sociedade de controle, isso não se dá por outra via que não a dos dispositivos sobre o corpo, nem tanto para restringi-lo, mas para potencializá-lo, não para evitar que se torne impossibilitado, mas, ao contrário, para que seja capaz de algo; mais que isso, para que se obrigue a ser "competente" para alguma tarefa. A potência do corpo não é um direito, mas um dever ser: saudável, forte, desejoso, desejável, feliz. Da mesma forma, o lazer passa a ser um dever, um momento do estilo de vida "descolado", um item a ser preenchido em um formulário onde se pergunta sobre os *hobbies*, um diferencial para uma liderança empresarial. O indivíduo contemporâneo é um endividado, como lembra Deleuze (2004) e essa dívida se estende também a um estilo de vida que ele não pode alcançar, principalmente porque a cidadania — a condição daquele que participa da vida pública — foi reduzida ao consumo, não apenas de bens descartáveis, mas de experiências rapidamente perecíveis, por uma certa desmemorialização.

O lazer é uma espécie de performance e isso tem implicações importantes para, por exemplo, as políticas governamentais. Como a política é biopolítica e se tornou um espetáculo, e de forma semelhante o corpo, nada mais esperado que as políticas de lazer promovidas pelo Estado sejam muito mais expressões desse espetáculo e menos estratégias que se coloquem contra o espírito do nosso tempo. Costuma-se dizer que o Estado está privatizado,

e parece ser verdade, dada a escassez de recursos que se vê serem alocados para os programas públicos. Disso, sabemos. Mas há mais. Acreditamos muito tempo que poderíamos disputar o Estado com setores conservadores, ocupar posições estratégicas e dali gerir condições para a construção de uma nova cultura com a coisa pública, algo que uma vez foi chamado, com razão e no registro de Antonio Gramsci (1975), de projeto nacional-popular. Estava posta a crença na disputa pela hegemonia, pela direção do Estado. Isso falhou, não deu certo, nem tanto porque Gramsci estivesse errado, mas, talvez, porque não tenhamos tido a capacidade de análise necessária para entender a disputa simbólica que se trava em torno dos projetos de sociedade. A disputa por hegemonia talvez tenha dado lugar ao conflito das "espertezas" representado por atores que "se articulam melhor" por meio de discursos paracientíficos, do culto ao trabalho, ao mercado e ao consumo. Pior: consideramos tudo isso legítimo, talvez porque nossa tradição seja marcada por uma tendência à farsa, porque temos a perversidade como traço, porque fizemos e fazemos o elogio do malandro.¹

Isso combina, segundo penso, com novas demandas para a performance — é a que se reduziu a subjetividade — e para a felicidade, ambas como espetáculo e consumo. Não é casual que no âmbito governamental haja tanto apreço pelo esporte de alto rendimento e de espetáculo, tanto fervor pelo esporte como redentor das mazelas sociais.

Suponho que a ênfase no lazer nessa sociedade — e nas políticas governamentais — seja muito pouco separável a mecanismos de biopolítica, de controle sobre os corpos reduzidos à auto-ajuda, às pílulas da felicidade, à rapidez das técnicas corporais milagrosas.

Desde o final dos anos 1980 temos uma profusão de textos que falam sobre indústria cultural e lazer, esporte e mídia. Muitas interpretações se equivocam na estruturação de seu argumento central: ou consideram a indústria cultural como uma força autônoma e demoníaca que absorve o esporte e o lazer, arrancando-lhes a suposta pureza original, ou equiparam-na com a mídia, em especial com a televisão, que é apenas uma de suas formas, sem dúvida importante. Vou tentar construir um argumento em sentido alternativo, numa direção talvez algo ortodoxa: minha hipótese de trabalho é que o lazer simplesmente não pode ser pensado fora dos esquemas da indústria cultural, dos ardis reificadores dos esquemas de dominação e produção de subserviência, de servidão voluntária; que o "tempo livre", como paródia de si mesmo, é uma impossibilidade.

Para desenvolver estas idéias, dividi meu texto² em três partes: de início, relembro alguns elementos do conceito de indústria cultural, tal como foi desenvolvido pelos primeiros que o formularam, conhecidos representantes da Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. Isso é importante para fazermos justiça aos autores da expressão que se debruçaram sobre o tema detalhadamente em centenas de páginas que vão do jazz ao cinema, do esporte à astrologia. É preciso delimitar o que entendemos quando pronunciamos a expressão indústria cultural, que se tornou um slogan – inclusive positivo! – utilizado para dizer sobre a produção da cultura e do entretenimento em nosso tempo. Considero que, para os objetivos deste texto, é importante uma nota teórica inicial, ainda que a discussão pareça excessiva, para tentar evitar alguns mal-entendidos.

Na segunda parte, procuro apresentar alguns impasses do lazer sob o espírito do nosso tempo, em grande parte traduzíveis no conceito de indústria cultural. Tomo alguns exemplos de como a vida cotidiana é funcionalizada e "resolvida" nas esferas do entretenimento. Discuto, portanto, como a diversão acaba por determinar, num ritual macabro, as relações sociais que tentam se estruturar nos momentos supostamente alheios às atividades de trabalho.

Na última parte, faço algumas incursões sobre o tema do riso, para ver como ele apresenta um dos paradoxos humanos mais importantes: o descontrole que nos lembra a natureza dispersa, caótica, desorganizada, que se mostra espontânea frente ao trágico e ao cruel, mas também o que ele nos mostra como expressão de uma natureza que, por ainda não ser domesticada, nos dá, talvez, fragmentos das esperanças de algo que, afinal, ainda possa existir fora dos esquemas de dominação.

UMA NOTA, TALVEZ EXCESSIVA, SOBRE O CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL

Quando Horkheimer e Adorno empregaram pela primeira vez a expressão *indústria cultural*, nos anos 1940, em um dos livros mais importantes do pensamento contemporâneo — o conjunto de fragmentos filosóficos que compõem a *Dialética do esclarecimento* —, pretendiam anteciper uma possível confusão. Disse Adorno (1997a), anos mais tarde, que não utilizaram o termo *cultura de massas*, já então

bastante empregado, porque não queriam que o objeto a que se dedicavam se confundisse com a cultura popular. Não se referiam, portanto, a uma cultura que *vem das massas*, mas, essencialmente, a um conjunto de artefatos produzidos *para as massas* consumidoras. Tinham em mente o cinema, o rádio, as revistas ilustradas, seções de jornais diários e, algum tempo depois, a televisão. Destaque-se que o tema da *cultura popular* não mereceu grande atenção por parte de Adorno e seus colaboradores, se compararmos a outros muito mais presentes em sua obra. Pelo menos não aquilo que comumente qualificamos de cultura popular, algo geralmente associado ao universo periférico, à produção das camadas subalternas da população, àquilo que os *de baixo* expressam. Mas é preciso dizer outra coisa, ou de outra forma. De maneira semelhante ao que acontece com a alta cultura, a cultura popular é também expressão contraditória, da dor e da promessa ou esperança de felicidade. Talvez seja ela, em sua rudeza, uma resistência aos desígnios da sociedade administrada, como, aliás, o próprio Adorno destacou. O problema dos mecanismos da indústria cultural é equiparar os dois universos, mesclá-los, tirando a força de um e de outro.

O conceito *indústria cultural* procura compreender as condições de produção e reprodução social em uma de suas faces mais importantes, relacionada à mercadorização da cultura, sua banalização e reificação. O que nossos autores supunham como inteiramente novo — já que parece desde muito ter existido algum tipo de negócio com os artefatos culturais — é que a cultura passa a ser produzida na esfera da circulação e do consumo para o entretenimento e ocupação do "tempo livre".

Não se trata, portanto, de expressar os mais sublimes e tensos sentimentos humanos, registrando, nas suas diversas formas, a dor, o sofrimento, a esperança de felicidade, o medo, o ódio, as paixões de todas as matizes, mostrando, portanto, *para além do conceito*, o que haveria em nós de *demasiadamente humano*. Em lugar da esperança e da utopia, presentes na grande obra, a banalidade do já conhecido, a repetição incessante, os clichês, os lugares-comuns, os excessos, a redundância daquilo que é pouco complexo, o *sempre igual* repetido incessantemente como um círculo infernal. A pergunta não é pela diversidade, tomada por Adorno como expressão de resistência na permanência do particular, antídoto contra toda forma de coletivismo, mas sim por aquilo que aparenta ser diferente para, na verdade, continuar sendo a mesma coisa; o que, ao criticar, obedece (Adorno, 1997b).

Diz Adorno (1997a) que, em tempos de sociedade administrada e indústria cultural, a produção da cultura não é "também" mercadoria, mas é mercadoria *antes de tudo*. Universo da troca sacrificial atualizada em moeda e exploração do trabalho, o capitalismo força a equiparação do distinto, tornando intercambiável aquilo que, em princípio, deveria ser único e definitivo em sua expressão. Aparentada com a ciência moderna, a troca mercantil opera não mais por fungibilidade específica, como na magia, mas por fungibilidade universal (Horkheimer; Adorno, 1997).

Horkheimer e Adorno preocuparam-se não apenas com essa nova forma de produção, mas com seus clientes nos quais há que se desenvolver uma disposição e mesmo uma urgência psicofisiológica para o consumo, essencialmente no seu tempo disponível do trabalho

— o conhecido "tempo livre" —, para que a lógica da exploração e do esgotamento se solidifique também extramuros do escritório, da fábrica, da sala de aula. Não por acaso Adorno (1978) foi um crítico radical da defesa do tempo livre que faz esquecer que o trabalho em nossa sociedade é sinônimo de esgotamento, sofrimento e danificação. Em uma palavra, o *estado falso de vida* (Adorno, 1997c) — aquele que a indústria cultural pretende tornar justificável — não autoriza ser adjetivado como *humano*.

As demandas dos esquemas da indústria cultural são afetivas, corporais, pulsionais, se quisermos. É no controle do corpo — que do si mesmo passa para as estruturas reificadoras da indústria cultural — que reside a dominação. Se observarmos que as subjetividades contemporâneas — ou, se preferirmos, as formas de subjetivação — estão demarcadas principalmente em certo interesse pelo corpo, então há mais motivos para que tenhamos atenção ao fenômeno.

Esse estado *falso de vida*, que nos obriga a perguntar sobre o que resta sujeito na sociedade administrada, pode ser traduzido em algumas questões triviais: Afinal, por que é tão sedutor assistir aos programas do auditório? Ou à novela? Ou ao *Jornal Nacional*? Ou mesmo os programas supostamente informativos, para "um público diferenciado", os das TVs a cabo? Por que nos é tão difícil, ao chegar a casa, depois de mais um dia de danação no escritório, na fábrica, na universidade, na escola, no clube, na repartição e — fatigados — não ligar a televisão? Por que sucumbimos frente à pornografia ou à técnica dos conselhos de "especialistas" nas revistas ilustradas, aqueles/as que nos ensinam como ter a "atitude" correta no mercado competitivo, a etiqueta das relações sexuais ou a série de

exercícios que nos livrará da vergonha dos excessos do corpo exposto no verão? Por que temos que ter um "estilo de vida" atraente? Por que os veículos da indústria cultural tanto nos seduzem?

Os mecanismos da indústria cultural procuram dar a seus consumidores aquilo que "eles querem", que já esperam. Um exemplo bastante eloqüente é o jornal diário alemão *Bild*, que se notabiliza pela divulgação de escândalos, crimes, fuxicos sexuais e futebol, e tem um slogan que, ironicamente, mostra bem o que se espera. Ele diz, em suas propagandas: *Bild: dir, deine Meinung* (*Bild* – que quer dizer "imagem" – *para você, o que você já pensa*). Nenhum esforço de compreensão deve ser exigido, aliás, todo empenho nessa direção deve ser vedado, qualquer relação com o objeto que demande reflexão ou mediação estética para além da superficialidade deve ser denegada. Aos sentidos humanos é destinado um treinamento que faça responder a demandas específicas, cada vez mais dirigidas e previsíveis.

Cito dois pequenos trechos de *Dialética do esclarecimento* que são elucidativos quanto a esta questão, e também no que se refere ao que pode significar, contemporaneamente, "divertir-se". Logo depois passo à parte seguinte do texto, trazendo alguns exemplos de como se operam estas questões.

Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos – e entre eles em primeiro lugar o mais característico, o filme sonoro – paralisam essas capacidades em virtude de própria constituição objetiva. São feitos de tal forma que sua apreensão adequada exige, é verdade, presteza, dom de observação, conhecimentos

específicos, mas também de tal sorte que proíbem a atividade intelectual do espectador, se ele não quiser perder os fatos que desfilam velozmente diante de seus olhos. O esforço, contudo, está tão profundamente inculcado que não precisa ser atualizada em cada caso para recalcar a imaginação (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 119; 1997, p. 148).

A diversão é o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação de mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretensão conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a seqüência automatizada de operações padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão. O prazer acaba por se congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir esforço e, por isso, tem de se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais (*Idem*, p. 128; p. 158-159).

Esta última assertiva no diz que é preciso distrair-se fora dos momentos de trabalho para que se possa suportá-lo e que isso é, afinal de contas, um exercício de celebração da dor, do sacrifício, do sofrimento. Ora, há um momento de verdade na inverdade do lazer: sem ele, ou sem algum outro narcótico, não suportaríamos o trabalho e suas asperezas. Resta saber o quanto aprendemos a gostar dessa experiência de danificação, sobretudo quando ela nos faz esquecer — ou mesmo gostar —, anestésicamente, do sofrimento.

INDÚSTRIA CULTURAL

FALSA CONCILIAÇÃO ENTRE PARTICULAR E UNIVERSAL

Atenho-me, rapidamente, a quatro questões exemplares de nossas experiências danificadas no contexto da indústria cultural contemporânea em tempos de biopolítica. Lembremos que é no plano dos afetos, nas *inervações inconscientes* (Adorno, 1997c, p. 158), que operam os governos populistas, ditatoriais e totalitários, e é por aí que eles encontram a indústria cultural.

Uma das características essenciais da indústria cultural é a mescla de informação e entretenimento, ambos, produtos para o consumo. Quando assistimos a um jornal televisivo, somos "informados" sobre diversas situações: um gatinho tirado do telhado pelo corpo de bombeiros, o número de mortos em mais um capítulo do desastre cotidiano do conflito entre árabes e israelenses, os artilheiros do campeonato brasileiro de futebol. Tudo isso está equiparado, no mesmo plano, cumprindo, sobretudo a função de entreter (pela condição fragmentária como se apresentam os fatos, pela não hierarquia dos fenômenos, pela falta de uma discursividade mais elaborada, pelas expressões faciais dos apresentadores, etc.).

Nesse quadro, podemos ter como exemplo o caso Copa do Mundo de Futebol em 2002. Tanto o *Jornal Nacional* quanto o *Jornal da Globo*, ambos da emissora mais abrangente e importante no Brasil, eram transmitidos, em parte, do Japão e da Coreia, noticiando o Mundial e principalmente o selecionado brasileiro. Ora, como o referido canal detinha o monopólio de transmissão das partidas da Copa em canal aberto, a informação, que já se misturara com

o entretenimento pela própria natureza do espetáculo, passa a mesclar-se, também, com o produto que a própria empresa vendia, os jogos na íntegra.

Mas, há uma louvável expectativa na formação crítica do espectador. Dela, faz parte a esperança de que alguém que assiste aos programas poderia refletir criticamente sobre aquilo que atua sobre seus sentidos; que seria capaz de perceber, por exemplo, o *merchandising* da novela ou do jogo de futebol. Trata-se de uma expectativa plausível, e o espectador esclarecido e atento pode perceber esses esquetes e comentários nas transmissões e programas televisivos. Mas corremos novamente o risco de considerar como razoável aquilo que só o é no sentido de uma racionalidade vinculada aos meios fetichizados, deixando de observar que o próprio evento é um produto dos esquemas da indústria cultural, que não foi por ela "tomado" — como se o jogo de futebol, em sua "grandeza", não fosse ele mesmo um produto banalizado. Com já disse anteriormente, não se pode pensar o esporte como algo que foi absorvido pela indústria do entretenimento, mas como um produto dela. Não tivesse a sociedade ocidental mudado tanto depois da II Grande Guerra, com a explosão da indústria cultural no mundo todo, não teríamos o esporte como hoje o conhecemos. Note-se, por exemplo, como o principal narrador esportivo da Rede Globo, Galvão Bueno, acelera o ritmo do jogo de futebol em suas locuções e o quanto isso determina nossa percepção. Verifique-se também o tipo de "debate" que se faz presente nas mesas-redondas dos programas sobre futebol: se é "ético" ou não um jogador fazer "embaixadinhas", se um futebolista é ou não um "bom menino", se ajuda ou não os seus parentes,

se "ama" ou não o seu clube ou seleção brasileira de futebol; observe-se também o tipo de produção do *outro como inimigo*, tal como as narrativas futebolísticas o fazem ao erigir esse ou aquele clube ou país à condição de objeto de nossa hostilidade — a República Argentina e seu selecionado de futebol, por exemplo.

A arena política contemporânea, por sua vez, é um produto da indústria cultural e um resultado dos grandes cânones da propaganda: a emoção, a comoção, o caráter imprescindível com os quais os candidatos e governantes se apresentam, sua "infallibilidade" e "superioridade moral", a retórica demiúrgica, o "olho no olho", que facilmente vira olho por olho e dente por dente. O grande paradigma da propaganda política contemporânea, também no Brasil, parece ser *O triunfo da vontade*, de Leni Riefensthal, filme-documentário sobre a reunião do Partido Nacional-Socialista em 1934. Nele, a política não é propriamente *documentada*, mas é protagonizada como espetáculo, como obra de arte total. Lembre-se de que Leni Riefensthal, a cineasta tornada oficial pelo nazismo, "criou" não apenas o paradigma da propaganda política moderna, mas também o das transmissões televisivas, com o projeto Olympia — Festa dos Povos, Festa da Beleza. Depois que Riefensthal transformou Hitler em ator — ele que era tão fascinado por cinema, alguém que via os campos de guerra como *sets* de filmagem (Pelbart, 2000) — todo político só se reconhece como ator: Reagan, certamente, Fidel, entre outros. A arena televisiva determina de tal forma o que sobrou da política, que suponho que a principal função de um comício em uma grande cidade é transformar aquele que o frequenta em um ator para a propaganda televisiva. Trata-se do ator-multidão.

A biopolítica coincide com o *eclipse da razão*, se podemos aqui tomar emprestado o marcante título de um dos principais livros de Max Horkheimer (1996), e não é casual a presença, mesmo entre aqueles que outrora se colocaram como apóstolos das luzes, de políticos portadores de projetos obscurantistas, irracionais – projetos de poder que fazem arrepiar os que ainda levam a sério as promessas do Iluminismo, de uma sociedade laica, secular, de livres pensadores, que ainda entenda a ação política como algo que se desenvolve no espaço público, que resiste aos processos de deterioração pelo qual este último passa.

Por outro lado, compõe esse mesmo processo o desejo, algo estranho, de afirmação étnica pela indústria cultural. Trago o exemplo de um documentário sobre a participação de negros brasileiros em novelas e minisséries de televisão, muito pequena e freqüentemente em papéis secundários ou depreciativos. Trata-se do, em geral, excelente filme *A negação do Brasil*, cujo livro correspondente (Araújo, 2000) traz o mesmo título. É fato que acontecem as coisas como mostra o documentário, mas não deixa de surpreender o caráter inquestionável da reivindicação em participar mais e mais justamente daquilo que nos degrada como expressão cultural. A presença na indústria cultural se torna critério de autonomia social. Mas, há um momento de verdade nessa inverdade, já que a por meio da televisão se organiza a cultura nacional, ainda que isso seja feito como paródia, inclusive de si mesma.

Chego a um último exemplo. Se vivemos sob o espectro *mais-que-real* do fetichismo, são os ambientes assépticos dos *shoppings centers* os templos do consumo, assim como as grandes galerias

foram os primeiros territórios das coleções de fascinantes mercadorias, produtos que enfeitiçavam as multidões que caminham por Paris no século XIX, tal como os literatos de então retrataram e como Walter Benjamin (1997) trouxe ao estatuto de marca da modernidade. As galerias são marcos também da modernidade periférica de São Paulo, Montevideu e Buenos Aires, metrópoles ascendentes no início do século XX.

Correspondentes aos *shoppings centers* como templos do consumo são as academias de ginástica e musculação, territórios de consumo de corpos em seus rituais de sacrifício (Hansen; Vaz, 2004) e afirmação de gênero (Sabino, 2000). Não por acaso muitas academias instalam-se justamente nos *shoppings centers*, fazendo mesclar o próprio corpo com outras mercadorias, colocando à venda um conjunto de técnicas e outros produtos que prometem fazer alcançar um corpo idealizado, mas, por certo, muito dificilmente alcançado, como é necessário que seja nos esquemas da indústria cultural.

Como deve acontecer quando se trata de um fetichismo, registro de relações simbólicas concretas em sua feição mágica, os templos do *fitness* têm seus próprios rituais, exigindo disciplina própria, vocabulário, hierarquia, roupagem, gestos, sons, gostos, olhares e odores específicos. As academias de ginástica e musculação

possuem também os seus confessionários e lugares de contrição, de onde nada pode escapar desconhecido: as balanças e os espelhos, fundamentais numa sociedade na qual a imagem atingiu insuspeitada importância. O sofrimento do corpo não se exige mais para purificar a alma, mas o próprio corpo tornado alma deve purificar-se de seus piores males: a gordura, a flacidez e a feiúra.

Não é à-toa que o quesito boa aparência se torna um distintivo importante no mercado, que começa a excluir os obesos, vítimas preferenciais da fúria persecutória dos modelos idealizados ou aceitáveis de corpo. Na sociedade brasileira, na qual a visibilidade do corpo é a própria presença da alma, essas questões atingem proporções dramáticas. (Vaz, 2003, p. 66-67).

Ainda temos nesse contexto as revistas ilustradas para o corpo e suas orientações sobre um *dever ser*, sobretudo, feminino. Elas apresentam um conjunto de dispositivos pedagógicos na forma de prescrições de séries de exercícios, dietas e fármacos para a pele e o cabelo, orientações quanto à hidratação e à exposição solar, entre outros. Para corroborar suas assertivas, há sempre a presença das promessas de resolução dos problemas a curto e determinado prazo, o aval científico dos especialistas e a linguagem bélica que ajuda a instituir os inimigos: gorduras, quilos extras, culote, centímetros, alguns alimentos que devem ser "eliminados", "detonados", "destruídos", "atacados". Mas, para não deixar dúvida, são apresentadas imagens de mulheres cujo belo corpo é sinônimo de sucesso e felicidade – esta estampada nos sorrisos tecnicamente perfeitos³ – ou talvez numa corruptela de um riso patológico?

COMO CONCLUSÃO

AMBIGÜIDADES DO RISO

Gostaria de me referir a uma última questão, importante para o debate sobre indústria cultural e lazer, que é um significado do riso.

Por um lado, ele é a mostra, mediada pela indústria cultural, da dominação do aparato pulsional, daquilo que faz "divertir" pela humilhação de tudo o que é apresentado como fraco, abjeto, dissonante e que, portanto, deve ser destruído porque nos traz medo; por outro, é uma manifestação *espontânea*, que mostra nossa impossibilidade de um total controle sobre nosso corpo, sobre nossa natureza interna:⁴ "Se o riso é até hoje o sinal da violência, o prorrompimento de uma natureza cega e insensível, ele não deixa de conter o elemento contrário: com o riso, a natureza cega toma consciência de si mesma enquanto tal e se priva assim da violência destruidora." (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 78; 1997, p. 96-97).

Cito aqui uma reflexão feita por Slavoj Zizek sobre a *caixa de riso*, invenção já antiga, que há poucos anos viu seu criador morrer: a caixa produz um som que emite risadas em situações que devem ser consideradas engraçadas nas comédias — uma atualização das carpideiras, pagas para chorar por algum parente rico do morto em velórios e enterros, que, assim, tem tempo para cuidar de algo "mais importante", o espólio do falecido, por exemplo.

Por incrível que pareça, a invenção de Douglass provou que o mesmo mecanismo "primitivo" também funciona em nossas sociedades altamente desenvolvidas: quando, à tarde, chego a casa, exausto demais para me dedicar a uma atividade útil, eu simplesmente aperto o botão da TV e assisto a *Cheers*, *Friends* ou a outro seriado; mesmo se eu não rir, mas apenas olhar fixamente para a tela, cansado depois de um dia difícil de trabalho, eu não obstante me sinto reconfortado depois do programa — é como se a tela de TV estivesse literalmente rindo no meu lugar, em vez de mim... Antes de se acostumar com a "risada enlatada", entretanto, há geralmente um breve período de desconforto: a primeira reação ao mecanismo é de choque, uma vez que

é difícil aceitar que uma máquina em algum lugar possa "rir por mim" — há algo inerentemente obsceno nesse fenômeno. No entanto, com o tempo, acostuma-se a isso e o fenômeno é sentido como sendo "natural". É justamente isso que perturba tanto na "risada enlatada": meus sentimentos mais profundos podem ser radicalmente exteriorizados, eu posso literalmente "rir e chorar através do outro" (Zizek, 2003, p. 16).

O riso pode nos lembrar a *natureza em nós*, uma dimensão que compartilhamos com o indeterminado. O que a risada enlatada nos diz, no entanto, é que quando somos consumidores passivos, ainda não estamos totalmente reificados, mas a ameaça autêntica é nem isso mais podermos ser: as novas mídias podem fazer tudo por nós — babás eletrônicas, sexo digital, videocassete, comutadores portáteis, internet, etc. Nossa autêntica experiência passiva é substituída pela possibilidade de mais e mais "irracional e frenética atividade", como diz Slavoj Zizek. Nos espaços e tempo de lazer, quem sabe.

Os processos de maquinização do corpo e de destruição da experiência — louvados por alguns apenas como "novas possibilidades tecnológicas", talvez nos levem a algo que o Marquês de Sade chamou de *feliz apatia* (Horkheimer; Adorno, 1997): nem mesmo rir precisaremos, porque o aparato se encarregará disso. Teremos mais tempo para o trabalho e para este lazer que cultivamos — e, talvez, infelizmente, fiquemos mais satisfeitos. Só faz sentido a promoção das práticas de lazer — e este que fique com o mesmo nome, se assim se preferir, porque afinal os conceitos têm história — se ele for resistência a tudo isso.

NOTAS

¹ Esse modelo — que um dia chamamos de "luta" — rivalizava com outro, de sorte que vimos em algum dia como "ingênuo" e "liberal", "elitista", que valoriza a *doxa*, a opinião, a pluralidade, a diferença. Perdemos ambos, em nome do nada.

² O presente texto é uma versão ampliada de artigo publicado (Vaz, 2006) que, por sua vez, retoma uma intervenção em mesa-redonda no I Pré-Conbrace (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte) Sul, realizado em Pato Branco, Paraná, em junho de 2003. Ele guarda o tom eventualmente mais polêmico da palavra falada, assim como foi o caso da versão mais sintética que apresentei no VII Seminário "O Lazer em Debate". A reflexão apresentada, ainda em andamento, é resultado de pesquisas que vêm sendo financiadas pelo CNPq e pela FAPESC. Agradeço a Santiago Pich e a Hélder Isayama os convites e acolhidas. O texto é dedicado, como em 2003, a Michelle Carreirão Gonçalves e Santiago Pich. E, como em 2006, a Victor Andrade Melo — que, certamente, dele muito discordará.

³ As prescrições para um dever ser mulher não são uma exclusividade do tempo presente. As pesquisas de Sant'anna (1995), Goellner (2000) e Albino e Vaz (2005), que trabalharam com diferentes fontes, demonstram uma certa popularização dos dispositivos pedagógicos em revistas ou jornais ilustrados da primeira metade do século XX.

⁴ "Rimos do fato de que não há nada de que se rir. O riso, tanto o riso da conciliação quanto o riso do terror, acompanha sempre o instante em que o medo passa. Ele indica a liberação, seja do perigo físico, seja das garras da lógica. O riso da liberação é como que o eco do fato de ter escapado à potência, o riso mau vence o medo passando para o lado das instâncias que inspiram temor." (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 131; 1997, p. 162).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Freizeit. In: _____. *Stichworte. Kritische Modelle 2*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1978. p. 57-67.
- _____. Tempo livre. In: _____. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 70-82.
- _____. Resumé über Kulturindustrie. In: _____. *Gesammelte Schriften 10-1*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997a. p. 337-345.
- _____. Kulturkritik und Gesellschaft. In: _____. *Gesammelte Schriften 10-1*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997b. p. 11-30.
- _____. Minima Moralia: Reflexionen aus der Beschädigten Leben. In: _____. *Gesammelte Schriften 4*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997c. 302 p.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207 p.
- ALBINO, B. S.; VAZ, A. F. Educação do corpo feminino no *Jornal Dia e Noite* (1940/1941). IX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Anais...* Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005. p. 2533-2537.
- ARAÚJO, J. Z. *Negação do Brasil - o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Senac, 2000. 323 p.
- BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. 216 p.
- DELEUZE, G. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. p. 219-226.
- HANSEN, R.; VAZ, A. F. Treino, culto e embelezamento do corpo: um estudo em academias de ginástica e musculação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 26, n. 1, p. 135-152.

- HORKHEIMER, M. Eclipse of reason. New York: *Continuum*, 1996. 191 p.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 254 p.
- _____. Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente. Gesammelte Schriften 3. (Adorno). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. p. 7-296.
- GOELLNER, S. V. Mulheres em movimento: imagens femininas na Revista Educação Physica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 25 (2), p. 77-94, jul./dez. 2000.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Turim: Einaudi, 1975. v. 2, 1509 p.
- PELBART, P. P. Cinema e holocausto. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 171-183.
- SABINO, C. Musculação: expansão e manutenção da masculinidade. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. p. 61-103.
- SANT'ANNA, D. B. Cuidados de si e embelezamento feminino. In: _____. (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 121-139.
- VAZ, A. F. Corpo, educação e indústria cultural na sociedade contemporânea: notas para a reflexão. *Pro-posições*. Campinas, v. 14, n. 2(41), p. 61-75, 2003.
- ZIZEK, S. A risada enlatada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, n. 27.087, p. 16. 01 jun. 2006. Caderno Mais!

CORPO, TEMPO E ESPAÇO MODERNOS NA EXPERIÊNCIA SURREALISTA

Carlos José Martins

A cidade é o símbolo capaz de exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas.

(Ítalo Calvino. Seis propostas para o próximo milênio)

A contribuição do campo da filosofia que gostaria de trazer a esta publicação sobre lazer não poderia evitar tocar no tema do tempo. No entanto, não abordarei aqui a clássica oposição entre tempo de trabalho e tempo livre, ou, tempo disponível. Para os fins

que pretendo enfocar utilizarei duas tipologias, ou, duas outras imagens do tempo. A primeira, mais conhecida, se refere a *Cronos* (Cf. Commelin, 1983), divindade grega intimamente ligada à idéia de tempo, cuja característica que gostaria de chamar a atenção é o fato de esse deus devorar os próprios filhos que engendra. Não menos importantes serão as derivações de sentido que o termo *Cronos* receberá na modernidade. Cronologia e cronômetro são dois exemplos de termos que marcaram de forma emblemática a imagem do tempo moderna. Portanto, o que gostaríamos de ressaltar nesta primeira imagem do tempo é, de um lado, a sua dimensão consumidora, devoradora e, por outro lado, a sua dimensão quantificável, mensurável, numa palavra, a sua dimensão extensiva.

Entretanto, a Grécia clássica nos legou uma outra imagem do tempo, em que pese ser esta menos conhecida. Esta imagem se encarna na figura de *Aion* (Cf. Goldschmidt, 1977). Quanto a este, nos caberá reter aqui que se trata do tempo das intensidades e dos afetos. Não no sentido de estes estarem encerrados em uma interioridade individualizada que, de resto, os gregos antigos desconheciam. Mas, enquanto o tempo das mudanças e mutações produzidas pelos múltiplos cruzamentos e encontros dos corpos se afetando ao acaso. Seria, portanto, o tempo dos acontecimentos, dos mais ínfimos aos mais grandiosos. Tempo da *poiésis*, tempo produtivo ou criativo enquanto diferenciado de prático e utilitário.

Temos assim duas imagens, dois planos do tempo. Um plano de consumo e um plano de produção. Entretanto, essas duas dimensões não são estanques. Pelo contrário, elas interagem constantemente em diferentes graus de preponderância e dependência. *Cronos* não pode

prescindir totalmente de *Aion*, sob pena de não ter mais o que consumir, mensurar e devorar. *Aion* depende de *Cronos* para se efetivar, de modo a não recair em uma produção sem materialização. Portanto, essa dupla polaridade é constitutiva do tempo, engendrando uma multiplicidade de configurações possíveis cujo diagnóstico e descrição cabe ao investigador circunscrever.

Para tanto, tomaremos como exemplo uma experiência histórica que possa condensar os traços agudos dessas diferentes formas de habitar o tempo. Aqui o tempo não se furtará a uma leitura da história, mas também não se reduzirá a uma apreensão objetiva e cientificista da mesma. O que vai nos interessar neste exemplo é a abordagem do tempo na modernidade, de modo a ressaltar a sua dimensão cultural, crítica e produtiva. A experiência surrealista nos seus primórdios, antes mesmo do seu pleno reconhecimento como movimento estético-político instituído, me parece ser um dos momentos fecundos deste investimento do tempo histórico em sua dimensão política, subjetiva e criativa. Ela implica uma leitura singular do contexto histórico e ao mesmo tempo uma revolta criativa contra o seu tempo. Este caráter intempestivo que marca o movimento surrealista é o que caracteriza a ruptura que este instaura. É esta instauração em suas principais articulações com o espaço urbano da metrópole moderna que será objeto de nossa apreciação e análise. Teremos como cenário desta experiência a cidade de Paris, uma das cidades culturais e turísticas mais visitadas no mundo, considerada a "capital do século XIX", cujo padrão urbanístico foi modelo para inúmeros outros grandes centros urbanos no mundo, bem como no Brasil.¹ Portanto,

a relação entre os corpos e o espaço da pólis, o espaço da cidade moderna, será o foco de nossas investigações da dimensão política e da subjetividade na modernidade.

A EXPERIÊNCIA SURREALISTA

A interseção entre o corpo e o espaço-tempo da cidade é uma das mais instigantes experiências surrealistas. É em uma das principais obras do movimento, *O camponês de Paris* (1926) de Louis Aragon, que vamos encontrar a expressão mais pujante deste exercício. A perambulação pelo espaço urbano moderno, heterogêneo e mutante – espaço labiríntico do emaranhado das ruas e passagens de Paris – se oferece como um dos mais ricos e fecundos experimentos de encontros múltiplos ao acaso. A obra tece sua trama no espaço que enreda o grande corpo urbano e o corpo dos personagens, engendrando uma verdadeira topografia dos afetos. Os choques provocados por esses encontros produzem "iluminações profanas", que implicam na produção de rupturas com a vida cotidiana ordinária e sua transfiguração. Trata-se de extrair o poético do cotidiano, do efêmero e do transitório. Características por excelência da cidade moderna, encarnada de forma emblemática pela Paris dos anos 1920. Nesse embate com o real, os sujeitos esgrimem essa transfiguração não como anulação do real, mas como jogo difícil entre a verdade do real e o exercício da liberdade. As coisas "naturais" tornam-se "mais que naturais", as coisas "belas" tornam-se "mais que

belas". É nesse sentido que podemos entender como, na concepção de Walter Benjamin, a experiência surrealista mobiliza as energias do êxtase para a emancipação.

Qual seria, no entanto, a singularidade dessa experiência e daí a razão de sua escolha como exemplo emblemático?

O surrealismo surge sob o signo paradoxal da civilização e da barbárie. O primeiro conflito militar de proporções mundiais confrontara a Europa com a experiência concreta da devastação. A carnificina e a ruína empreendida pelo desenvolvimento da tecnologia bélica põem em questão nosso *modus vivendi*, todo um conjunto de crenças e valores calcados na ordem da racionalidade e no progresso técnico.

Essa experiência é simultaneamente uma singular modalidade de relação com a modernidade. O surrealismo se pautará por uma reação a este *modus vivendi*. "Para uma mitologia moderna", tal é o título do prefácio que abre *O camponês de Paris*. O método dessa mitologia implica uma revolta contra uma certa tradição. O texto se apresenta como uma meditação filosófica, porém, atravessada e insuflada de humor e ironia. Toda uma paródia do racionalismo na tradição ocidental se faz perfilar, partindo de uma inversão do cogito cartesiano e da falsa dualidade do homem:

Acaba de ser aberta a tampa da caixa. De tal forma experimento minha liberdade que não sou mais senhor de mim mesmo. [...] Estou na roleta de meu corpo e jogo no vermelho. [...] Em vão a razão me denuncia a ditadura da sensualidade. Em vão ela me previne contra o erro, que aqui reina. Entre, senhora, este é meu corpo, este é seu trono, adulo meu delírio como um lindo cavalo. Falsa dualidade

do homem, deixe-me sonhar um pouco com sua mentira (Aragon, 1996, p. 39-40).

Passando pelo jogo de antinomias que rege toda esta tradição (humanismo *x* materialismo, certeza *x* erro, racional *x* sensível, etc.), até chegar a uma crítica do materialismo grosseiro moderno, o texto aponta em seu desfecho o ultrapassamento dessa lógica das oposições confrontada que está pela finitude:

Compreende-se a luz apenas pela sombra, e a verdade supõe o erro. São esses contrários misturados que povoam nossa vida, que lhe dão sabor e inebriamento. Existimos somente em função desse conflito, na zona em que se choça o branco e o negro. E que me importa o branco e o negro? Eles são do domínio da morte (*Idem*, p. 41).

Por outro lado, uma ruptura radical foi marcada em nossa experiência cultural e industrial moderna após a Primeira Guerra Mundial. A velocidade das mudanças embriaga nossa época. Em *O camponês de Paris*, Aragon (1996) vê a marca dessa velocidade produzida pelo impulso da tecnologia:

A lenda moderna tem seus inebriamentos... Diante de quem vai se deter portanto o pensamento contemporâneo, ao longo dessas rotas em que perigos novos o limitam, diante de quem vai se humilhar a velocidade adquirida e o sentimento de sua fatalidade?...*Oh Texaco motor oil*, isso, shell, grandes inscrições do potencial humano! Muito em breve faremos o sinal da cruz diante de suas fontes... Outras forças cegas nasceram para nós, outros temores maiores, e é assim que nos prostramos diante de nossas filhas, as máquinas, diante de diversas idéias com

que sonhamos sem desconfiança, em uma manhã. O homem delegou sua atividade às máquinas. Desistiu por elas da faculdade de pensar. E elas pensam, as máquinas. Na evolução deste pensamento elas ultrapassam o uso previsto. Elas inventaram, por exemplo, os efeitos inconcebíveis da velocidade, que modificam a um tal ponto quem os experimenta que se pode quando muito dizer, que se pode apenas arbitrariamente dizer que esse homem é o mesmo que aquele que vivia antes na lentidão (*Idem*, p. 142-144).

Portanto, ficam patentes as profundas mudanças introduzidas na própria "natureza humana" com o advento das forças desconhecidas liberadas pela técnica. Tais forças se voltam contra seu próprio criador. O homem se encontra destituído de seu lugar. Desfigurado, não pode mais se reconhecer na nova paisagem que o cerca.

Qual seria, no entanto, o cenário dessas mutações históricas e seu personagem central?

PARIS, O MAIS SONHADO DOS OBJETOS SURREALISTAS

PANO DE FUNDO: AS REFORMAS URBANAS HAUSSMANNIANAS
E O INVESTIMENTO BIOPOLÍTICO SOBRE OS CORPOS

O filósofo judeu-alemão Walter Benjamin, em *O surrealismo: o último instantâneo da inteligência européia*, texto-manifesto sobre o movimento, ressalta o que está no centro dessas análises:

No centro desse mundo de coisas está o mais sonhado dos seus objetos, a própria cidade de Paris. Mas somente a revolta desvenda inteiramente o seu rosto surrealista [...]. E nenhum rosto é tão surrealista quanto o rosto verdadeiro de uma cidade (Benjamin, 1987, p. 27).

A referência à revolta, aqui, diz respeito às inúmeras sublevações urbanas que ocorreram em Paris no século XIX. Entre elas as famosas barricadas erguidas durante a Comuna de Paris em 1870. Tais fatos expressam a outra face convulsiva da história recente da cidade da *Belle Époque*.

REFORMAS URBANAS DO BARÃO HAUSSMANN

Vejamos, pois, os traços ressaltados na fisionomia mutante de Paris. Logo no início do primeiro capítulo, “A Passagem da Ópera”, Aragon faz referência ao *préfet* Haussmann, protagonista da maior e mais demolidora reforma urbana da cidade:

O grande instinto americano, importado para a capital por um *préfet* do segundo império que contribui para recortar regularmente o plano de Paris vai, dentro em breve, tornar impossível a manutenção desses aquários humanos que já morreram para sua vida primitiva e que merecem, entretanto, ser olhados como os receptores de diversos mitos modernos (Aragon, 1996, p. 44).

As funções atribuídas ao *préfet* nessa época não correspondem exatamente às do nosso prefeito. O *préfet* é um administrador que representa diretamente o poder central e suas atribuições podem ser comparadas às do nosso secretário de segurança pública. O *préfet* aqui é o barão Haussmann, nomeado para o cargo em 1853 por Napoleão III — autor da idéia de reconstruir a cidade — permanecendo nele até 1870. Em pouco mais de 15 anos renovou inteiramente o aspecto da velha Paris, e seus efeitos se prolongaram além de sua gestão até o século XX, como é o caso da demolição da Passagem da Ópera em 1924, descrita por Aragon em *O camponês de Paris*.

Em *Paris Capital do Século XIX*, Benjamin nos revela as intenções do empreendimento de Haussmann:

A verdadeira finalidade das obras de Haussmann era tornar a cidade segura em caso de guerra civil. Ele queria tornar impossível que no futuro se levantassem barricadas em Paris. [...] Engels se ocupa com a tática das lutas de barricada. Haussman quer impedi-las de duas maneiras: a largura das avenidas deve tornar impossível erguer barricadas e novas avenidas deveriam estabelecer um caminho mais curto entre as casernas e os bairros operários. Os contemporâneos batizaram esse empreendimento de "embelezamento estratégico" (Cf. Benjamin, 1985).

Haussmann empreendeu a mais ambiciosa reestruturação urbana dos tempos modernos. Destruiu boa parte da labiríntica malha medieval e da Renascença da cidade. Redimensionou geometricamente sua nova configuração — retas, as novas vias ligavam o centro aos distritos. Chamava a si mesmo de artista demolidor. Assim, ele faz com que Paris se torne estranha para os

próprios parisienses. Estes não se sentem mais em casa nela. Começa-se a tomar consciência do caráter desumano da grande metrópole. Em virtude do temor de Haussmann das multidões rebeladas, as ruas permitiam a passagem de duas carroças militares, uma ao lado da outra; desse modo, a milícia teria plenas condições de reprimir qualquer revolta (Cf. Sennett, 1997).

INVESTIMENTO BIOPOLÍTICO SOBRE OS CORPOS

De acordo com o filósofo francês Michel Foucault, o capitalismo desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto, que é o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. Para o autor, o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo, dirá Foucault, é uma realidade biopolítica, e a medicina, o urbanismo, a demografia são estratégias biopolíticas² (Foucault, 1984, p. 80).

Segundo Foucault, a partir do século XVII desenvolveu-se em nossas sociedades um tipo de poder político que tinha por tarefa gerir a vida do corpo social. Esse poder se desdobrava em duas formas principais, dois pólos de desenvolvimento interligados por um conjunto de relações intermediárias. O primeiro desses pólos centrava-se no corpo como máquina: seu adestramento, ampliação

de suas aptidões, ampliação de suas forças, crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, sua integração em sistemas eficazes e econômicos. Esse conjunto de procedimentos caracterizaria o poder *disciplinar*, que configura uma *anátomo-política do corpo humano*. O segundo formou-se por volta da metade do século XVIII, focado no corpo-espécie, corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: proliferação, nascimentos e mortalidade, nível de saúde, duração da vida, longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar. Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores* que configuram uma *biopolítica da população*. Por conseguinte, as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.

Uma das principais vertentes históricas da constituição das biopolíticas diz respeito à urbanização e ao desenvolvimento das estruturas urbanas, tendo seu desdobramento na França em fins do século XVIII. De acordo com o filósofo, uma grande cidade francesa entre 1750 e 1780 não se constituía como uma unidade territorial, mas em conglomerados emaranhados de territórios heterogêneos e poderes rivais. Foi assim que, na segunda metade do século XVIII, se colocou o problema da unificação do poder urbano. Sentiu-se na cidade grande a necessidade de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, dependendo de um poder único e bem regulamentado. O desenvolvimento das cidades, o aparecimento de uma população operária pobre, apimentara as

tensões no interior da cidade através de agitações e sublevações urbanas cada vez mais freqüentes e numerosas, que ganham intensidade conduzindo às grandes revoltas contemporâneas da Revolução Francesa. Daí a necessidade de um poder político capaz de esquadriñar esta população urbana (Cf. Foucault, 1984).

Vejamos, por outro lado, como a experiência surrealista se constitui como um contraponto a este ordenamento disciplinador do corpo urbano.

ARAGON FLÂNEURE-FABULADOR

Havia por parte de André Breton e dos surrealistas uma admiração pelo talento particular de Aragon para descobrir aspectos diversos do mistério urbano. Breton recorda nas suas *Entrevistas*:

Revejo o extraordinário companheiro de passeios que ele era... Os lugares de Paris, mesmo os mais neutros, por onde passávamos com ele eram realçados em múltiplos detalhes por uma fabulação mágico-romanesca que nunca perdia o fôlego e se derramava a todo o momento, a propósito de qualquer esquina, rua, ou, de uma vitrine. [...] Ninguém terá sido mais hábil detector do insólito sob todas as suas formas, nem mais levado a devaneios fabulosos sobre uma espécie de vida secreta da cidade. Neste aspecto Aragon era espantoso — inclusive para si mesmo (Cf. Breton, 1994).

Vejamos, agora, o lugar particular da cidade que Aragon vai destacar, dentre inúmeros outros, inclusive em detrimento de

monumentos famosos que hoje necessariamente constam nos inúmeros guias turísticos da cidade.

A PASSAGEM DA ÓPERA COMO LUGAR DO EFÊMERO E DO EQUÍVOCO

Aragon publicou a segunda parte de *O camponês de Paris* na primavera de 1924. *A Passagem da Ópera* descreve uma *passagem* que está para cair em desuso, pois logo será demolida em proveito do prolongamento do Boulevard Haussman (de fato ela foi demolida em 1925). Aragon a chama de "um grande ataúde", "caixão de vidro", "sepulcro". Desde o início o caráter instável da passagem é sublinhado:

[A luz moderna do insólito] reina extravagantemente nessas espécies de galerias cobertas que são numerosas, em Paris, nos arredores dos grandes boulevards e que se chamam, de maneira desconcertante, de passagens, como se nesses corredores ocultados do dia não fosse permitido a ninguém deter-se por mais de um instante. [...] aquários humanos que já morreram para a sua vida primitiva e que merecem, entretanto, ser olhados como receptadores de diversos mitos modernos, pois apenas hoje quando a picareta os ameaça é que eles se transformam efetivamente nos santuários dum culto do efêmero (Aragon, 1996, p. 44).

A passagem é, simultaneamente, uma rua, lugar de transição e um hall, onde se pode ficar; semiclareado pela luz exterior e semi-ofuscado; fechado ao mesmo tempo que aberto. Exterior

e interior. Ela encarna um equívoco inquietante na obsolescência. É essa instabilidade imanente à passagem que fascina Aragon e Breton:

Foi neste lugar que, por volta de 1919, numa tarde, André Breton e eu decidimos reunir dali por diante nossos amigos, por ódio de Montparnasse e de Montmartre, também pelo gosto do equívoco das passagens e seduzidos, sem dúvida, pela decoração inabitual... (Aragon, 1996, p. 101).

Esta equivocidade cria uma espécie de transporte que nos arranca do mundo real e nos insere em uma outra realidade. A passagem torna-se, assim, um comutador da experiência do real. Logo de início o camponês-narrador nos introduz em um hotel *meublé* (mobiliado) da passagem.

Esse *meublé* romântico, cujas portas se entreabrem às vezes revelando extravagantes conchas, a disposição dos lugares o torna ainda mais equívoco que o emprego talvez banal que uma população flutuante pode fazer dele. Sobre longos corredores que poderiam ser tomados por bastidores de um teatro, abrem-se os camarins, quero dizer os quartos, todos do mesmo lado em direção à passagem. Um duplo sistema de escadas permite sair mais ou menos longe da passagem. Tudo está preparado para permitir as fugas possíveis... (Aragon, 1996, p. 47).

Com efeito, o que Aragon realiza em *O camponês de Paris* não é o simples registro das caminhadas e perambulações em uma passagem coberta e um parque, ele cria uma "metafísica dos lugares", hábito próprio ao domínio da ciência do *flâneur*, tal como ficou conhecida na tradição com Balzac em *La comédie humaine*:

Oh! Errar por Paris! Adorável e deliciosa existência? Flanar é uma ciência, é a gastronomia do olhar. Caminhar é vegetar, flanar é viver.

A perambulação, neste caso, produz um outro modo de relação com o meio, um espaçamento vertiginoso se abre desdobrando todo um folheado sincrônico de espaços múltiplos e heterogêneos. Por sua vez, esta "heterotopia"³ requer um tipo outro de investimento do corpo, um outro atletismo, um atletismo afetivo, o que implica uma relação intensiva do corpo com o meio.

Trata-se de uma errância simultaneamente poética e metafísica, um estudo físico e também metafísico das topografias urbanas, de inspiração antropológica e materialista. Estando posto que, nas palavras de Aragon, "só existe poesia do concreto". Escolhendo, portanto, lugares concretos de Paris. Mas, essa escolha não é aleatória. Esses lugares funcionam, nas palavras de Aragon, como "um pequeno mundo", vale dizer, um duplo condensado do mundo. Ou seja, no grande, no cosmos, as coisas não são de aparência diversa. Segundo Benjamin (1987, p. 27):

Também aí existem encruzilhadas, nas quais sinais fantasmagóricos cintilam através do tráfego, também aí se inscrevem na ordem do dia inconcebíveis analogias e acontecimentos entrecruzados. É esse espaço que a lírica surrealista descreve.

A fugacidade e a versatilidade tornam a passagem um lugar emblemático onde se sonha a beleza moderna. Ela abriga apenas butiques e seres equívocos: um hotel mobiliado, um vendedor de

bengalas, o café Petit Grillon, dois salões de cabeleireiro, uma loja de selos, os banhos públicos, os cafés Biard, o Certa, o Teatro Moderno, o engraxate, um armeiro, uma massagista, que como o hotel mobiliado tem dupla função. É necessário dar atenção ao fato de que a maior parte dentre eles são marcados por uma duplicidade, uma dupla imagem que nos perturba como um jogo de espelhos. As duas mulheres do hotel, uma é velha, difícil, e a outra mais jovem, doce, a indulgência em pessoa tomou de seu ofício o gosto do equívoco e da instabilidade. O vendedor de bengalas possui duas vitrines. O *Petit Grillon* é formado de duas peças; duas tarifas de consumação afixadas no *Certa*; duas insígnias para o salão de massagem; em um dos salões de cabelo, existem dois cabeleireiros, o primeiro é para as damas, o segundo, para os cavalheiros, etc. A passagem e a deambulação do próprio camponês dividem esse duplo sistema vertiginoso. Com efeito, essa passagem coberta se compõe de duas galerias: a Galeria do Barômetro e a Galeria do Termômetro. Por causa desse desdobramento e seus vai-e-vens o leitor é enredado nesta topografia labiríntica.

O escritor assim se expressa de forma poética e metafísica sobre o prosaico, o efêmero:

O efêmero é uma divindade polimorfa.

Faço apologia de todas as inclinações do homem e, por exemplo, a apologia do gosto do efêmero (Aragon, 1996, p. 116).

Ou, ainda, de forma mais sublime:

Há na inquietação dos lugares fechaduras que se trancam mal sobre o infinito (*Idem*, p. 116).

A PASSAGEM COMO METÁFORA FILOSÓFICA, COMO TRANSPORTE PARA UMA EXPERIÊNCIA LIMITE DA LIBERDADE NA MODERNIDADE

Para Benjamin, foi o surrealismo o primeiro a pressentir as energias revolucionárias que transparecem no "antiquado", no que é tornado "obsoleto". Nas primeiras construções de ferro, nas primeiras fábricas, nas fotografias mais antigas, nos objetos que começam a sair de circulação, nos pianos de cauda, nas roupas de anos atrás, nos locais mundanos, quando a moda começa a considerá-los ultrapassados. Segundo o filósofo, esses autores compreenderam melhor do que ninguém a relação entre esses objetos e a revolução.

Antes desses videntes e intérpretes de sinais ninguém percebeu até que ponto a miséria, e não apenas a miséria social, mas da mesma forma a arquitetônica, a miséria dos interiores, as coisas escravizadas e escravizantes transformavam-se em nihilismo revolucionário (Benjamin, 1987, p. 25).

A passagem como lugar arquitetural real oferece a Aragon uma série de motivos que lhe permitem insistir sobre a fugacidade frente à iminência da morte, isso que Aragon chama por predileção *o efêmero*. A passagem da ópera está em vias de demolição, o Teatro Moderno e as numerosas butiques, por seu turno, são parte disso que vai morrer e encerram o traço de uma arte *dé-modé e de-funta*,⁴ no sentido de posta fora de função.

Nesse sentido, a passagem funciona como alegoria da situação dos anos 1920, a conflagração histórica da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) aparece como epifenômeno de uma transformação radical na ordem tecnológica e cultural, como metáfora, como transporte, para uma experiência trágica da liberdade na modernidade. Assim ele experimenta poeticamente a experiência-limite de seu tempo:

Essa passagem é outra coisa além de um método para me alforriar de certas coações, um meio de ter acesso, além de minhas forças, a um domínio ainda interdito (Aragon, 1996, p. 115).

Eu não passo de um momento de uma queda eterna. [...] O que me transpassa é um clarão de mim mesmo. E foge. Não poderei negligenciar nada, pois sou a passagem da sombra para a luz, sou ao mesmo tempo o ocidente e a aurora. Sou um limite um traço. Que tudo se misture ao vento, eis todas as palavras em minha boca. E o que me cerca é um sulco, a onda aparente de um *frisson* (*Idem*, p. 137).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta insólita excursão por Paris tendo como guia as personagens surrealistas, entendo que pudemos experimentar uma singular relação com o tempo, o espaço e a história. Embora marcada pela guerra, por conseguinte, sob o signo da morte e da barbárie — a face mais cruel e devoradora de *Cronos* — a experiência surrealista pôde estabelecer uma outra relação com o seu tempo. Uma relação

onde *Aion* pôde expressar sua potência criativa. Tal relação buscou, através de um exemplo emblemático, evidenciar de maneira mais aguda aspectos políticos e subjetivos que podemos entreter com os tempos e espaços urbanos modernos, por mais adversos que estes nos pareçam. Esta modalidade outra de entretenimento com nosso meio torna-se, assim, a possibilidade de abertura para outras tantas experiências singulares com as quais podemos nos entreter. Desse modo, penso podermos encontrar outros sentidos e outras experiências para o que chamamos lazer, cultura, entretenimento, turismo, etc. Nesse sentido, espero pelo menos que este percurso tenha sido uma aventura convidativa e instigadora.

NOTAS

¹ Tal foi o caso da reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro e a criação de Belo Horizonte, primeira cidade no Brasil a ser concebida desde sua origem nos moldes modernos.

² Este termo, biopolítica, foi utilizado pela primeira vez por Foucault em uma conferência proferida no Instituto de Medicina Social da UERJ, em 1977 (MICHAUD, 2000).

³ A propósito do termo "heterotopia", ver MARTINS. Utopias e heterotopias na obra de Michel Foucault: pensar diferentemente o tempo, o espaço e a história.

⁴ Alteramos a grafia usual destas palavras, destacando o prefixo "de", de modo a ressaltar o caráter de exclusão que aqui buscamos expressar.

REFERÊNCIAS

- ARAGON, Louis. *O camponês de Paris*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras Escolhidas.
- _____. *Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. Walter Benjamin. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1985.
- BRETON, André. *Entrevistas*. Lisboa: Salamandra, 1994. 306 p.
- COMMELIN, P. *Nova mitologia grega e romana*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1. A vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997. 152 p.
- _____. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 295 p.
- _____. *Vigiar e punir*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *Dits et écrits - 1954-1988*. v. I-IV. DEFERT, Daniel; EWALD, François (Org.). Paris: Galimard, 1994.
- GOLDSCHMIDT, Victor. *Le système stoïcien et l'idée de temps*. Paris: Vrin, 1977.
- MARTINS, Carlos José. *Corpo e história: uma abordagem genealógica*. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. Memórias e Descobrimientos: 500 anos de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança no Brasil, Gramado, RS, maio de 2000. p. 344-349.
- _____. Ontologia, História e modernidade na obra de Michel Foucault. *Cadernos de Filosofia Contemporânea*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 24-34, 2002 - ISSN 1516-5434.

MARTINS, Carlos José._____. Utopias e heterotopias na obra de Michel Foucault: pensar diferentemente o tempo, o espaço e a história. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 85-98.

MICHAUD, Y. Foucault et les identités de notre temps. *Cités, Philosophie, Politique, Histoire*, p. 11-39, 2000.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

PARTE 2
LAZER, POLÍTICA E CIDADE

O LAZER E OS ESPAÇOS NA CIDADE¹

Nelson Carvalho Marcellino

O lazer,² tal como o conhecemos hoje, é uma problemática tipicamente urbana, característica das grandes cidades, porém ultrapassa suas "fronteiras", uma vez que os grandes centros urbanos a levam, com as mesmas características, através da mídia, para outras regiões do país, nem tão grandes, nem tão urbanizadas.

Os conceitos de espaço e equipamento freqüentemente se confundem. Segundo Santini (1993) existem duas formas de entendimento para essa diferença entre os conceitos. O primeiro entendimento propõe que os conceitos sejam utilizados como sinônimos. Já o segundo sugere uma distinção clara entre espaço

e equipamento. Espaço é entendido como o suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade. Seguindo o segundo ponto de vista apontado por Santini, conclui-se que é possível se exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora os equipamentos construídos exerçam atração nas atividades desenvolvidas no lazer, deve-se considerar que, para a efetivação das suas características é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos de vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano. As cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer. Somos partidários da opinião de que a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí, onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo.

Entretanto, verifica-se uma série de descompassos em relação ao espaço para o lazer. O crescimento de nossas cidades é relativamente recente, caracterizando-se pela aceleração e imediatismo. O aumento da população urbana, agravado pelo êxodo rural e pelas migrações das cidades menores para aquelas que se constituem em pólos de atração, não foi acompanhado no que se refere à habitação e serviços urbanos, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado as áreas centrais,

concentradoras de benefícios, e de outro, a periferia, verdadeiro depósito de habitações. A constituição desses núcleos é primordialmente assentada em interesses econômicos. Foram e são concebidos como locais de produção (Marcellino, 2004b). Mesmo quando nesses espaços estão localizados equipamentos tais como *shoppings*, a população local, geralmente, não tem acesso privilegiado a eles.

Constata-se, principalmente, a centralização de equipamentos específicos³ (teatros, cinemas, bibliotecas, etc.), ou a sua localização em espaços para públicos segmentados, o ar de "santuário" de que ainda se revestem um bom número deles e as dificuldades para utilização de equipamentos não específicos – o próprio lar, bares, escolas, etc.

Assim, o próprio espaço urbano passa a constituir um bem econômico – um produto a mais no mercado –, com a valorização absurda das áreas centrais inviabilizando a construção de equipamentos públicos e incentivando o crescimento vertical. Além disso, o crescimento horizontal exagerado das grandes cidades passa a ser uma necessidade do lucro, ampliando-se a malha urbana além dos limites necessários, tendo em vista a reserva de áreas para a especulação imobiliária, o que dificulta a extensão de recursos e de serviços às regiões periféricas, cada vez mais afastadas.

Mas não somente a urbanização é regida pelos interesses imediatistas do lucro. A visão utilitarista do espaço é determinante nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço urbanizado ditadas pelas transformações verificadas nas relações sociais. Trata-se de prática inevitável se considerada a evolução das necessidades da vida nas cidades. Deve-se

questionar, no entanto, a maneira como vem se processando a renovação. Além da alteração da paisagem, fato mais facilmente observado e que pela ausência de critérios geralmente contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental urbano e a conseqüente perda das ligações afetivas entre o morador e o habitat, a diminuição dos equipamentos coletivos, o aumento do percurso casa/trabalho, enfim, favorece pequenos grupos sociais em detrimento dos antigos moradores. Evitando a fixação residencial e privilegiando a ação econômica, as áreas renovadas freqüentemente se transformam em locais potencialmente inseguros e perigosos fora dos períodos de funcionamento comercial.

As grandes distâncias entre os locais de trabalho e moradia obrigam a grande massa de trabalhadores a despender uma parcela razoável do seu tempo diário na locomoção, muitas vezes saindo e voltando a suas casas sem ver a luz do sol. Nas grandes concentrações urbanas já é comum a existência de cidades-satélites, também chamadas de dormitórios, cuja principal razão de ser é dar o descanso necessário — sono — à mão-de-obra que alimentará o ritmo da produção no dia seguinte.

Analisando a manipulação do uso do espaço para o aprofundamento das diferenças de classe, fato agravado pelo advento da sociedade mundial que tornou o espaço global capital comum à humanidade, mas de efetiva utilização somente aos que dispõem de um capital particular, Milton Santos conclui que:

A própria cidade converteu-se num meio e num instrumento de trabalho, num utensílio como a enxada na aurora dos tempos sociais. Instrumento *sui generis*, pois sua matéria

é dada pelo próprio trabalhador. Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros (1982, p. 22).

Com o crescimento das cidades, agravam-se, pois, o isolamento de seus habitantes e sua condição de passividade frente às decisões que afetam diretamente sua vida diária.

Ao se considerar o espaço é preciso que se considere o tempo. Não há como evitar essa interface. Os usos de um se desdobram nos usos do outro, e vice-versa. E dessa forma, ao tempo abstrato corresponde, portanto, um espaço abstrato. Ao ser submetida a lógica do lucro a cidade é rebaixada de obra (valor de uso e fruição) a produto para o consumo (instrumento do valor de troca), e o espaço/tempo passam a ser considerados como itens de produção — mercadorias. Os espaços públicos passam a ser convertidos em espaços "privatizados" (Santos, 1999; Lefebvre, 1991b).

É perfeitamente lógica, nesse esquema de raciocínio, a falta de espaço para o lazer, na perspectiva do encontro humano, e a oferta de equipamentos para o lazer mercadoria. Nas grandes cidades atuais sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência, pois, da forma pela qual são constituídas e renovadas, o vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em

termos humanos. Os equipamentos urbanos de lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada que os vê como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor. As possibilidades oferecidas em termos de lucro são os critérios levados em conta para a construção e manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer.

Sintomas desse mau arranjo da vida urbana são encontrados no cotidiano das pessoas em geral e, mais particularmente, nas fugas grandiosas que se repetem em todas as ocasiões em que a população tem oportunidades para tal. A atração exercida pelo espaço situado *fora das cidades é muito complexa e estaria afeta não somente aos valores do contato com a natureza, mas também à vontade de quebrar a rotina, ficando distante de um lugar-comum e sem maiores novidades, onde já se passou todo um período geralmente enfadonho.*

Mesmo saqueada e esvaziada dos valores do encontro humano a cidade, no entanto, não é eliminada. Ela resiste à medida que o valor de uso do espaço não é eliminado de vez. E ele reaparece, entre outras possibilidades nas práticas de lazer da perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, do encontro e da convivencialidade, do corpo, em contraposição ao lazer mercadoria — valor de troca, ou na recuperação da festa, de que nos fala Lefebvre (1991a).

E um dos fatores mais importantes, ainda que não único, para o crescimento do "lazer mercadoria", em detrimento do lazer de criação e participação culturais é a falta de espaços vazios urbanizados.

A começar da infância, uma vez que para o desenvolvimento de uma cultura da criança a disponibilidade de espaço é fundamental. Fernandes (1979) já destacava a importância da "cultura infantil",

"constituída de elementos culturais quase exclusivos... e caracterizada por sua natureza lúdica", distinguindo nela uma "educação da criança, entre as crianças e pelas crianças" (*Ibidem*). A carência de espaços, aliada a outros fatores (Marcellino, 2005), vem contribuindo para a substituição quase maciça da produção cultural da criança, pela produção cultural para a criança, que por melhor que seja, não tem condições de substituí-la. Isso é destacado por vários autores, incluindo Perroti (Zilberman, 1982), que observa a substituição que ocorre do real pelo simbólico. Mas Benjamin (1984), já alertava para os "perigos" da produção cultural para a criança. Na sua análise do teatro infantil proletário, o autor considera tanto a produção como a fruição da atividade cultural positivas, desde que feitas por crianças para crianças: "Esse teatro infantil é ao mesmo tempo para o espectador infantil, o único proveitoso. Quando adultos representam para crianças, irrompem patéticas". As conseqüências desse processo são bastante conhecidas: a mais negativa delas, provavelmente, seja a diminuição das ocasiões de reunião das crianças, isto é, das brincadeiras coletivas, tão importantes no aprendizado da vida em grupo e no desenvolvimento do sentimento comunitário.

Em se tratando de equipamentos não específicos de lazer, as escolas contam com grandes possibilidades, em termos de espaço, nos vários campos de interesse: quadras, pátios, auditórios, salas, etc. Devem-se considerar ainda seus períodos de ociosidade, em férias e fins de semana, e a existência, que pelo menos deveria ocorrer, de vínculos com a comunidade próxima. No entanto, a tão propalada abertura comunitária desses equipamentos não vem se verificando, talvez pelo temor dos riscos de depredação. Embora algumas iniciativas

estejam ocorrendo com o desenvolvimento de atividades de lazer em escolas, podem-se e devem-se questionar suas metodologias de abordagem, mas mesmo assim em trabalhos comunitários. Ao contrário do que se possa imaginar à primeira vista, uma ação bem realizada nesse sentido só contribui para aumentar o respeito das pessoas pelo equipamento, uma vez que, à medida que o utilizam, vão desenvolvendo sentimentos positivos, passando a colaborar na sua conservação. Guimarães (1985; 1990) deixa isso muito claro quando analisa a depredação escolar por dentro do equipamento, chegando à conclusão de que a violência está ligada a vigilância e punição escolares e, quando estuda a violência externa ao equipamento, conclui que a violência, nesse caso, está ligada à exclusão do próprio sistema escolar.

A proposta da Pedagogia da Animação (Marcellino, 2004a; 2005) considera a escola como equipamento e enquanto organização de educadores, funcionando como "centro de cultura popular", e analisa entre seus vários componentes a sua tarefa educativa em termos de espaço, ultrapassando os limites dos muros dos prédios escolares, estendendo-se a outros equipamentos da comunidade próxima, procurando dessacralizá-los.

As conseqüências das questões políticas e econômicas que envolvem o espaço acabam fazendo com que um equipamento não específico de lazer, o lar, venha se tornando, já há algum tempo, o principal espaço de lazer situação minimizada com o advento do automóvel, que "expulsou" as famílias de suas casas, agravada agora porque esse mesmo equipamento vem se tornando cada vez mais, por circunstâncias diversas, também um local de trabalho, tanto na

classe dominante — uso de micros e equipamentos eletrônicos sofisticados, que "empurram" as pessoas para dentro —, quanto na classe dominada, devido à necessidade crescente de pequenos negócios de economia informal, em decorrência da crise do desemprego estrutural.

Sáimos de uma situação histórica, na chamada "sociedade tradicional", em que o brincar e o trabalhar, conviviam com o ambiente familiar no espaço da casa e seu entorno. Por uma série de razões, na sociedade "contemporânea", a casa volta a ser novamente, e cada vez mais, um lugar de morar, de trabalhar, e de brincar. Quais as conseqüências dessa situação? Como nos preparar para enfrentá-la ou conviver com ela, enquanto profissionais do lazer? Como equilibrar o lazer *em* família, com o lazer *da* família? O lar, como espaço para brincar, morar e trabalhar será o local de aproximação forçada ou possibilidade de afirmação das individualidades?

Mesmo os bares vêm perdendo suas características de pontos de encontro, embora algumas iniciativas ocorram no sentido de transformá-los em espaço alternativo para atividades como exposições, lançamentos de livros, música ao vivo, etc. Essas iniciativas quase sempre se restringem aos chamados "barzinhos". Os tradicionais "botequins" são substituídos pelas lanchonetes, os *fast-foods*, onde o consumo é rápido, e a convivência, desestimulada.

As ruas e a maioria das praças, das grandes cidades, são concebidas, quase sempre, unicamente como locais de acesso e passagem.

Os condomínios verticais e horizontais buscam a ilusão da saída individual para o "lar, doce lar", construindo suas moradas como "cantinho de sonho", "refúgio do guerreiro", mas têm em suas construções guaritas medievais, e fossos, com pontes elevadiças, separando as casas. E o lazer é individualizado, com profusão de piscinas e parabólicas, e bancos individuais, nos jardins, distando, em alguns casos, pelo menos dez metros uns dos outros.

O lazer, visto como manifestação humana, com suas especificidades, mas entendido no conjunto delas, sofre as mesmas influências que qualquer área do social. Entendê-lo como um "oásis" de tranqüilidade, e que inclusive, a gera, é uma visão contraditoriamente mercantilista – lazer mercadoria a ser consumida, funcionando como válvula de escape. Pelo contrário: a violência, a falta de segurança, são apontadas como fatores que impedem a escolha do lazer das pessoas, contribuindo para que fiquem reféns de suas próprias casas, aumentando o já elevadíssimo número de indivíduos que têm, na casa, o seu principal "equipamento" de lazer.

Quando se pergunta às pessoas, qual a importância do lazer nas suas vidas, a resposta fica entre sétimo a décimo lugar numa escala de prioridade. Isso se deve à pouca "ressonância social do lazer", ainda não visto como um direito social, e também à hierarquia de necessidades. Mas, quando se convive diretamente com as pessoas pode-se ver, claramente, a importância do lazer, como busca de significado para as suas vidas. Além disso, muitas pessoas fazem lazer, sem saber que estão fazendo. Porque, via de regra, o que é chamado de lazer é o que é veiculado pela mídia como sendo lazer.

Muito se fala da péssima qualidade de vida das grandes metrópoles. A mudança na percepção da importância do lazer na vida das pessoas poderia trazer mudanças, nesse aspecto, sem dúvidas. Seria uma mudança de valores. Mas, ela não acontece de per si. É preciso que se tenham condições objetivas. O mundo do lazer também pode ser o mundo da violência: o lazer como esfera de manifestação humana é plena de possibilidades, inclusive de violência.

A grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento à população. E o que é pior: muitos deles, mantidos pela iniciativa privada, como teatros e cinemas, estão fechando e dando lugar a empreendimentos mais lucrativos. Mesmo aquelas cidades que contam com um razoável número desses equipamentos nem sempre têm seu uso otimizado, pela falta de conhecimento do grande público, ou seja, pela falta de divulgação insuficiente entre os próprios moradores.

Iniciativas particulares vêm sendo tomadas e devem merecer apoio, mas o poder público não pode ficar ausente. O urbanismo moderno atribuiu às cidades quatro funções: lazer, morar, trabalho e circulação. Destas, três ficaram confinadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais circunscritos e homogêneos, cabendo à dimensão pública a quarta função (Rolnik, 2000). As classes sociais média e alta atribuem à cidade a função exclusiva de circulação, já que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados. Porém, para as classes mais pobres, a cidade continua com a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação. Mas, como os investimentos em equipamentos de lazer são feitos, na sua grande

maioria, pela iniciativa privada, o espaço público passa a possuir equipamentos de péssima qualidade – já que o poder público vem sendo negligente a essa questão. Há uma crescente privatização dos espaços de convivência social em favor das classes mais favorecidas. Assim, o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento, e as ruas, pelos *shoppings centers* (Bonalume, 2002).

O espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. E para que as cidades deixem de possuir somente a função de circulação é necessário:

[...] implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (Rolnik, 2000, p. 184).

Um dos canais possíveis para isso é a implantação de políticas setoriais de lazer, devidamente conectadas com as demais áreas socioculturais. A manutenção e animação de equipamentos de lazer e esporte podem ser instrumentos importantes na re-significação do espaço urbano.

Nas grandes cidades, as pessoas buscam por áreas abertas (praças, parques, etc.), pois sentem a necessidade de estar em contato com o meio ambiente. "Eis por que alguns grandes parques, espalhados

pela cidade, tornam-se pólos centralizadores de verdadeiras multidões." (Santini, 1993, p. 44). A existência de parques nas cidades torna-se, assim, de extrema importância para o lazer da população. Porém, muitas vezes falta espaço para a construção desses parques. "O processo desordenado de constituição das cidades brasileiras não garantiu espaço para uma ocupação planejada do solo urbano. A consequência desse problema aparece na forma de disfunções urbanas." (Santos; Miotto, 2003).

Essa falta de espaços de lazer contribui para o enclausuramento das pessoas, que, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico, conforme já havíamos destacado anteriormente. Mas esse processo não resulta somente da falta de espaços para o lazer. A violência das cidades também contribui com isso.

Assim, a vida privada é marcada cada vez mais pelo medo e pelo enclausuramento. Vivemos uma realidade travestida pelo virtual e pelo simulacro. Desaparece a rua como lócus da sociabilidade. Da mesma forma como desaparecem a família e a rua, as relações de vizinhança e de compadrio, tende a desaparecer também o mundo vivido (Rodrigues, 2002, p. 154).

Para lutar contra essa individualização do lazer, é necessário que cada vez mais o poder público crie políticas de lazer que possam dar maior ênfase aos espaços e equipamentos. Em vez disso, cresce o lazer doméstico, amparado nas possibilidades individuais eletrônicas, que contribui para que as pessoas busquem somente o lazer entretenimento, deixando de lado o lazer convivência social (*Idem*).

Conforme já foi dito, a iniciativa privada, já vem criando novos espaços de lazer no ambiente urbano. Mas num país periférico como o Brasil, a grande maioria da população não possui condições financeiras de desfrutar de espaços de lazer pagos. Dessa maneira, o poder público, através de políticas de lazer, deve criar novos equipamentos e espaços e revitalizar os antigos. Dessa forma, a população em geral poderá ter maior disponibilidade de acesso às atividades de lazer, tendo garantido assim, o seu direito constitucional.⁴

O governo não pode ficar refém da política globalizante, que o coloca no ínfimo papel de preparar a cidade para receber os novos padrões de produção do mundo globalizado. É necessário romper com os modelos existentes de ocupação espacial das áreas urbana e rural, enfrentando as dificuldades e resistências inerentes ao processo, para que as pessoas possam ser inseridas em um espaço harmônico. As políticas de ocupação do solo devem democratizar oportunidades, resgatar a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorar a circulação de pessoas, favorecer o convívio, a integração, o encontro (Bonalume, 2002, p. 198).

Além da luta para obtenção de novos espaços, é preciso tratar da conservação dos já existentes. Muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de espaços, destinando-os à sua própria função original, ou, com as adaptações necessárias, a outras finalidades. Algumas iniciativas já vêm sendo tomadas nesse sentido. Mas, muito mais pode ser feito, e na maioria das vezes, dependendo de recursos bastante menores do que os necessários para novas construções.

No processo de construção de equipamentos e adaptação de equipamentos, é importante observar a redução das barreiras arquitetônicas, pois essas impossibilitam as pessoas idosas e portadoras de deficiências e/ou de necessidades especiais de usufruírem dessas áreas (Müller, 2002). Só dessa maneira a democratização cultural do lazer será efetivamente alcançada. Afinal, democratizar significa tornar acessível a todos. E "todos" inclui crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiências/necessidades especiais.

Os clubes recreativos (privados ou públicos) são equipamentos específicos de lazer. Porém, hoje, há pouco investimento técnico efetuado para uma conceituação adequada de clubes. É preciso que se crie um dimensionamento adequado da infra-estrutura de água, energia elétrica, esgoto e lixo, bem como uma projeção proporcional à frequência, ao tipo de atividade e à boa circulação de pessoas dessas instalações. Infelizmente, a arquitetura de lazer ainda é "amadora", ainda está se firmando entre nós (Camargo, 1998, p. 48). O estudo de Capi (2006) aponta para a importância do clube como espaço privilegiado para a concretização do associativismo e como um dos componentes do setor corporativo que pode fazer parte de uma política pública de esporte e lazer. Se os Clubes,⁵ com toda a estrutura clubística existente no país, conseguissem se estruturar em Movimento,⁶ boa parte da política pública de esporte e lazer estaria definida pelo seu componente corporativo, que inclui também o Sistema S.⁷

No processo de planejamento de um equipamento específico de lazer, antes de sua construção, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão. Assim,

é possível saber que tipo de equipamento construir. E que aspirações atender em termos de conteúdos culturais.

Se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo o esforço para a sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos. Eles são importantes e sua proliferação é uma necessidade que deve ser atendida. Mas a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, "dessacralização", e incentivo à utilização, através de políticas específicas, e a preservação do patrimônio ambiental urbano (Marcellino, 2002).

Mesmo quando superados todos os entraves para a participação da população em atividades realizadas nos equipamentos específicos, particularmente naqueles dirigidos às áreas de interesses intelectuais e artísticos, caso de bibliotecas, museus, galerias de arte, teatros, etc., freqüentemente essa participação é dificultada e inibida pelo ar de santuário de que se revestem as construções e sua sistemática de utilização, principalmente, quando são mantidos pelo poder público.

Talvez por nossa falta de tradição, fruto de uma história ainda recente, e marcada por longo período de colonialismo, e ultimamente do consumismo das obras da indústria cultural que, em última análise também representa uma forma de colonialismo, a necessidade de preservação de bens culturais, até bem pouco tempo, atingia um pequeno número de especialistas e cultores, os quais, não raro, adotavam atitudes que, aos olhos da maioria, assumiam características de esnobismo.

Outro fator deu uma parcela bastante significativa, nesse sentido: a crença na impossibilidade de conciliar tradição e progresso, e a própria idéia do que seriam essa tradição e esse progresso.

Até bem pouco tempo era difundida uma falsa noção de memória cultural, de sentido muito restrito e embebida na ideologia dominante. Essa noção estava ligada ao conceito clássico de patrimônio histórico e artístico, tal como definido no decreto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assim, o decreto-lei nº 25, no seu artigo primeiro, definia como patrimônio artístico nacional

[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico.

Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas para a preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência do conceito, com a idéia de excepcionalidade dando lugar à noção de representatividade dos elementos a serem preservados. Dessa forma, evoluiu-se para o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, constituído por espaços, que inclusive transcendem a obra isolada, e que caracterizam as cidades, pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo.

Congressos e seminários mais recentes vêm ampliando, ainda mais, a abrangência do conceito, incluindo usos e costumes. Para nós importa destacar que, enquanto a primeira noção era baseada

em atributos como a singularidade e a monumentalidade, o conceito mais recente reconhece, inclusive, os elementos afetivos como critérios para a preservação.

Dessa perspectiva, a participação comunitária é fundamental para o conhecimento do valor do ambiente e da cultura, e para o incentivo a um comportamento destinado à preservação, valorização e revitalização urbanas.

Os espaços preservados e revitalizados contribuem de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Além disso, preservando a identidade dos locais, pode-se manter, e até mesmo aumentar, o seu potencial turístico.

O lazer pode contribuir, de forma prazerosa, no processo de valorização e preservação do patrimônio, desde que entendido da perspectiva colocada anteriormente, e não como mero item da indústria cultural. Cumpre importante papel, também, na revitalização dos espaços e equipamentos. Assim, é muito importante a consideração dos patrimônios artísticos, arquitetônicos e urbanísticos, que fazem parte da memória das cidades, como elementos de enriquecimento da paisagem urbana. Esse "patrimônio ambiental urbano", desde que preservado e revitalizado, pode e deve se constituir em novos equipamentos específicos de lazer para as cidades. Além disso, contribui de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Outro aspecto, não menos importante, é que, ao se preservar a identidade dos locais, pode-se manter e até mesmo aumentar o potencial turístico de nossas cidades.

Se os equipamentos específicos de lazer são necessários, a adaptação e utilização de equipamentos não específicos subtilizados são mais prementes ainda. Nesse sentido, vale lembrar: 1. A necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer – o que não é fácil num País como o nosso, com alto déficit habitacional, e que deve estimular alternativas criativas em termos de áreas coletivas; 2. A consideração da necessidade da utilização dos equipamentos não específicos para o lazer, através de uma política de animação; 3. A preservação de espaços urbanizados "vazios" (Marcellino, 2002).

Por outro lado, a observação do uso dos equipamentos de lazer tem nos levado à constatação de inúmeros casos de "adaptações, ou de "novos usos", pela população, diferentes daqueles para os quais foram planejados, o que exigiria uma postura diferenciada dos animadores, ou uma nova forma de planejamento de equipamentos mais participativa, de acordo com as aspirações da população, diga-se de passagem, em consonância com o próprio conceito de lazer.

Toda essa questão do acesso aos equipamentos e espaços de lazer deve ser pensada não somente no âmbito municipal, tendo em vista a formação das chamadas Regiões Metropolitanas em muitas áreas do país.

O termo "megalópole" é usado principalmente para designar um fenômeno preponderante contemporâneo. Baseia-se na superposição e interpenetração de áreas metropolitanas anteriormente distintas, formando um setor urbanizado contínuo. Onde havia cidades menores, forma-se uma área urbanizada maior, na qual os centros metropolitanos são as unidades básicas (Santini, 1993, p. 41).

Diante do novo quadro urbano que se desenha no país, com a concentração das populações em regiões metropolitanas, e tendo em vista que o lazer se configurou, historicamente, como uma problemática essencialmente urbana (Requixa, 1977), é imperioso que se trabalhe em políticas públicas na perspectiva dessas regiões-consórcios. É impossível restringir-se aos âmbitos municipais, inclusive com a série de impactos que políticas de lazer podem trazer para regiões inteiras (Marcellino, 2001).

A pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001) aponta que em quase metade da Região Metropolitana de Campinas – RMC não há espaços culturais e de lazer construídos, embora o perfil apresentado para a região esteja acima da média brasileira em oferta de serviços de lazer e cultura. Ainda assim, as cidades periféricas da região conseguem ter algum serviço de qualidade em lazer quando eles são da natureza, como lagos e cachoeiras. Mas, mesmo aqueles mais democráticos, como parques, também são muito pobres nas periferias. Dos municípios que integram a RMC apenas um não tem clube, a associação recreativa, e somente dois não têm estádio ou ginásio poliesportivo, mas a pesquisa constata a alta concentração dos serviços na cidade-sede.

Segundo Rinaldo Bárcia Fonseca, coordenador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur), do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), esses dados refletem o perfil tradicional das regiões metropolitanas, que são caracterizadas por Centro e periferia, onde a oferta de serviços de qualidade está no Centro (Costa, 2002).

Partimos do pressuposto de que o que ocorria antes com a concentração dos equipamentos de lazer, no centro das cidades, e que com o decorrer do processo de urbanização e especulação imobiliária deslocou-se para outras áreas urbanizadas, hoje, se dá com relação ao centro de regiões metropolitanas, em relação às cidades periféricas, dificultando o acesso da população.

Mesmo para os municípios sede das regiões metropolitanas, onde há mais facilidade de acesso aos equipamentos, é preciso verificar o grau de "sacralização" de que muitas vezes eles são revestidos, como fatores inibidores, do seu efetivo uso democrático por parte da população.

Nesse sentido é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para uma política de democratização cultural. Torna-se, assim, muito importante a relação que se estabelece entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de lazer, verificando o comportamento de praticante e espectadores, uso de equipamentos específicos e não específicos, modificações ou adaptações, e expectativas de atuação profissional.

É preciso a atenção em Políticas Públicas com o lazer sim, mas não qualquer lazer. Não o mero entretenimento, não o "lazer-mercadoria". Cada vez mais precisamos do lazer que leve à convivencialidade, mesmo, por paradoxal que isso possa parecer, sendo fruído individualmente. Convites à convivência significam, do nosso ponto de vista, minimizar os riscos da exacerbação dos próprios componentes do jogo: *agon*, a competição, que não leve à violência; *ilinx*, a vertigem, que não leve ao risco não calculado

de vida; *mimicry*, a imitação, que não promova o fazer-de-conta imobilizante da pior fantasia; *alea*, sorte/azar, que não provoque alheamento (componentes analisados por Callois, 1990).

E o espaço para o lazer é fundamental quando se pensa em vincular essa esfera da vida humana com a convivencialidade ou a qualidade de vida.

O lazer e a segurança precisam ser tratados não como meros esforços de entretenimento que pode camuflar uma situação de violência. Violências, melhor dizendo. Porque somos violentados, de várias formas, no nosso cotidiano, e não apenas num assalto, num seqüestro, ou num assassinato. A busca da convivencialidade e da felicidade não precisa de justificativas. Quem sabe, assim, não serão necessárias mais grades nas nossas casas e nos nossos parques e jardins.

Por tudo isso, falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução de jornada de trabalho — sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano, etc.; significa, também, incluir uma política de formação e desenvolvimento de quadros, pois depende de uma estrutura de animação, formada de animadores profissionais de competência geral, específica e voluntários. E, finalmente, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno, mas não se restringe a ela.

Para a sua efetivação é imprescindível a articulação do setor público governamental, com os setores públicos em geral, corporativo e privado, com a articulação também entre equipamentos não específicos e específicos, e se possível, com o funcionamento dos equipamentos específicos em rede.

Em grande parte dos processos de reorganização dos espaços e equipamentos já existentes e na construção de novos equipamentos, os profissionais da área e a população não são chamados a contribuir. É preciso enfatizar que esses processos precisam contar com a participação dos profissionais da área, garantindo-se, assim, as qualidades técnicas requeridas e as especificidades da área, precisam contar também com a participação popular, viabilizando a satisfação dos interesses culturais a serem satisfeitos e/ou superados, através da animação sociocultural, e a manutenção dos vínculos com a cultura local.

Quando a questão dos espaços e equipamentos de lazer é vista sobre a mancha urbana metropolitana, para além dos limites dos municípios, fica claro que os problemas ganham outra dimensão, como equipamentos utilizados pela população da Região Metropolitana, e de difícil manutenção apenas pelo município-sede. Uma das alternativas que se apresentam são os Consórcios entre os Municípios. Além disso, a paisagem da Região Metropolitana é comum a todos os seus habitantes e percorrida cotidianamente, uma vez que seus habitantes moram em cidades diferentes daquelas onde estudam, ou trabalham, podendo ser monótona, ou se tornar em estímulo agradável de contemplação. Assim, as soluções também terão que partir de um ponto de vista metropolitano.

O setor do Turismo vem buscando alternativas com a criação de circuitos os mais variados (somente na RMC, que estamos estudando, já estão em desenvolvimento os das Frutas, da Ciência e Tecnologia, das Águas, etc.). Para a conservação de alguns rios estão sendo adotados consórcios para preservação de suas bacias, que percorrem vários municípios, caso do Rio Piracicaba, por exemplo.

Já está em discussão, no campo da Arquitetura não planejada, a idéia do usuário como produtor de espaços e do arquiteto como designer de interfaces com grupos como o MOM - Morar de outras Maneiras,⁸ destinado à habitação, mas que outras iniciativas poderiam ampliar para o campo do lazer, e o Projeto Lotes Vagos: Ação Coletiva de Ocupação Urbana Experimental,⁹ experiência bem mais ampla, e também muito interessante, inclusive no campo do lazer.

É assim que as ações precisam ocorrer: embaçadas, de forma crítica, mas em ação, fazendo acontecer, sem precisar que a vida pare, ou que aconteçam grandes alterações estruturais, para que só dessa forma se inicie a mudança. Para que a cidade seja o espaço por excelência do encontro humano, e onde a festa aconteça em plenitude.

NOTAS

¹ Texto elaborado a partir da comunicação apresentada, sob mesmo título, em mesa-redonda, realizada no VII Seminário "O Lazer em Debate" - UFMG.

² O lazer é entendido aqui "[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no 'tempo disponível'. É fundamental como traço definidor, o caráter 'desinteressado' dessa vivência. Não se busca, pelo

menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A 'disponibilidade de tempo' significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa." (MARCELLINO, 2004a.). A noção de cultura deve ser entendida em sentido amplo, consistindo "[...] num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve" (MACEDO, 1982). Implica, assim, no reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, pois, não pode ficar restrita ao "produto" da atividade humana, mas tem que considerar também o "processo dessa produção" – "o modo como esse produto é socialmente elaborado" (MARCELLINO, 2005).

³ Requiça (1980) enfatiza a necessidade de integração, dentro de uma política de lazer, de equipamentos privados e públicos, de um lado, e de outro, de equipamentos específicos e não específicos. Como equipamentos não específicos, entendem-se os que, na origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. O autor ressalta que, hoje, os espaços das cidades precisam ser aproveitados de modo a se tornarem polivalentes. Entre esses equipamentos não específicos, estão: o lar, a rua, o bar, a escola, etc. Já os equipamentos específicos, são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pelo tamanho, atendimento aos conteúdos culturais, ou outros critérios.

⁴ Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo sexto como um dos direitos sociais; o termo aparece em outras ocasiões, mas é tratado, quando à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção II, Do Desporto, no Artigo 217, no 3, e último parágrafo do item IV – "O Poder Público incentivará o lazer – como forma de promoção social".

⁵ Segundo a Confederação Brasileira dos Clubes, em todo o Brasil há 13.826 clubes com sede própria. Para a CBC, esse total de clubes tem em média mil sócios titulares; multiplicando-se cada título pelo número médio de quatro pessoas,

devem existir cerca de 53 milhões de pessoas vinculadas aos clubes, quase um terço da população nacional (Confederação, 2005).

⁶ Os clubes, enquanto associações, estão no penúltimo degrau do associativismo. O último seria o Movimento: 1. Relações interpessoais; 2. Grupos; 3. Associações (Clubes); 4. Movimentos (OLIVEIRA, 1981).

⁷ Sistema que engloba o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), além de outras organizações.

⁸ <<http://www.arq.ufmg.br/mom>>. Acesso em 10 jun. 2006.

⁹ <<http://www.lotesvagos.arq.br>>. Acesso em 10 jun. 2006.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. de A.; TRACY, K. de A. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BONALUME, C. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A; DA COSTA, L. P. (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189-214.

CALLOIS, R. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMARGO, L. O. de L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CAPI, A. H. C. *Lazer e esporte nos clubes social-recreativos de Araraquara*. (Dissertação de Mestrado) – FACIS – Mestrado em Educação Física, UNIMEP, Piracicaba, 2006.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS CLUBES. *Quem somos: plano estratégico da CBC 2005/2008*. Disponível em: <<http://www.cbc-clubes.com.br>>. Acesso em 02 maio 2005.

COSTA, Maria Teresa. *Quase metade da RMC é carente de espaços culturais*. <http://www.cosmo.com.br/diversaoarte/2002/12/21/materia_div_4/131.shtml>. Acesso em 16 ago. 2006.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

GUIMARÃES, Áurea Maria. *Vigilância, punição e depredação escolar*. Campinas: Papirus, 1985.

_____. *A dinâmica da violência escolar*. Campinas: Autores Associados, 1990. IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. 2001. <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 ago. 2006.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991b.

MACEDO, Carmem Cinira. Sobre cultura. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J. (Org.). *A cultura do povo*. São Paulo: EDUC, 1982. p. 83-93.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. (Org.). *Esporte e lazer: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. *Lazer e educação*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004 a.

_____. *Lazer e humanização*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2004b.

_____. *Pedagogia da animação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

OLIVEIRA, P. S. É o brasileiro associativo? *Celazer*, São Paulo, n. 13, p. 1-6, 1981. Cadernos de Leituras.

PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado*. (Doutorado em Ciências Sociais) - IFICH, Unicamp, Campinas, 2003.

PERROTTI, E. A criança e a produção cultural. In: _____. ZILBERMAN, Regina (Org.). *A produção cultural para a criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 9-27.

REQUIXA, R. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

RODRIGUES, A. B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. *Licere*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: _____. *LAZER numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 179-184.

SANTINI, R. de C. G. *Dimensões do lazer e da recreação*. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, E. S. dos; MIOTTO, F. Parques públicos e área esportiva útil. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15. Santo André, 2003. *Anais...* Santo André: [s. n.], 2003. 1. CD-ROM.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SASSEN, S. A cidade e a indústria global do entretenimento. In: _____. *LAZER numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 113-120.

LAZER, URBANIZAÇÃO E OS LIMITES DA CIDADANIA¹

Sérgio Martins

Como considerar a urbanização, se a cidade, enquanto uma das formas desse processo, é trans-histórica? Ou seja, a cidade não é apenas uma forma que atravessa os momentos ou períodos em que se pode demarcar a trajetória da formação humana, como, numa acepção mais rica e ampla, pode ser considerada como um atestado de que o homem se levantou de sua animalidade. Afinal, as cidades foram os lugares privilegiados, os berços do pensamento, da invenção, da criação por excelência das obras (filosofia, direito, música, arte...) que distinguem os homens como seres *na* natureza. Nas e pelas cidades, os homens deixaram de se constituir como seres

da natureza, passando, portanto, a serem incompreensíveis por abordagens que procurem circunscrevê-los aos processos e fenômenos da natureza natural do mundo, cujos limites foram amplamente transgredidos. Na natureza histórica do homem, do seu vir a ser humano, a própria cidade figura, a rigor, como obra eminente, daí o equívoco de um materialismo muito grosseiro ao considerá-la como mero objeto, como um artefato, uma coisa redutível à sua materialidade.

Mas se a cidade é essencialmente e sobretudo uma obra, impõe-se compreender as relações entre os homens e as obras nas e pelas quais realizam sua natureza específica. É preciso considerar concretamente (portanto, a partir da *praxis*, social e historicamente determinada) como e por que os homens, ao se objetivarem em atividades produtoras de obras, nelas e por elas se realizam e se "perdem", se alienam. O espaço não é um mero substrato no qual se desenrolam as tramas e os dramas da História porque concerne às (im)possibilidades de os homens se apropriarem plenamente de suas criações.

Sendo assim, a questão que se coloca é a de compreender a urbanização, assim considerada, no âmbito de uma formação social historicamente específica como a que se convencionou denominar de capitalismo, posto que este corresponde a uma forma histórica da atividade produtiva (que em acepção ampla é sempre criativa) dos homens cujos conteúdos residem na generalização, a diferentes escalas (do indivíduo ao mundo), da produção social de riquezas sob a forma mercadoria. Isto é, através de um longo e vasto processo histórico ainda em curso, com inúmeras nuances correspondentes às

particularidades históricas com as quais se deparou no curso de sua mundialização, de sua reprodução ampliada em extensão e em profundidade, o capital, como relação social de produção que é, tornou-se hegemônico ao subverter as condições sociais — objetivas e subjetivas — para a produção da riqueza preexistente em favor do processo de sua própria valorização. Abrigou-se no seio das relações de troca unilateralizando-as em seu favor ao confiná-las ao mercado, reduzindo-as à troca de mercadorias; estreitou as noções de riqueza e de acumulação ao fazer com que suas definições passassem pela mediação do dinheiro; despertou uma nova alma social no corpo das coisas ao fazer os meios de vida adquirirem o estatuto de capital perante o produtor direto; aninhou-se fundamente na formação das subjetividades e nas relações de sociabilidade ao reduzir a própria atividade produtiva a trabalho, a um meio para atingir uma finalidade que o sobredetermina: a valorização da riqueza abstrata, cujas exigências não correspondem às necessidades e capacidades dos que a (re)produzem. É por isso que a valorização do capital (a realização da forma valor), ao atar às suas determinações o que delas se encontrava separado, se dá às custas da desvalorização do homem, que vê sua ação limitar-se à expansão do mundo da riqueza como capital.²

É desse vertiginoso deslocamento das relações fundamentais nas e pelas quais os homens se reproduzem socialmente que se trata quando nos referimos à industrialização, a essa primeira forma pela qual a produção capitalista efetivamente se pôs de pé na História, generalizando a produção social de riquezas sob a forma mercadoria.

Obviamente, as cidades não foram deixadas de lado nesse amplo processo. Através da industrialização, o capitalismo redefiniu visceralmente os espaços preexistentes ou constituiu novos de acordo com suas exigências.³ A partir do momento em que os prodigiosos avanços técnicos e tecnológicos (como o advento da máquina a vapor e da eletricidade, por exemplo) permitiram, a indústria se implantou decididamente nas próprias cidades, que assim deixaram de ser os lugares do mando e do controle sobre os espaços correspondentes ao trabalho. As cidades deixaram de ser os lugares nos quais se acumulavam os resultados do que se produzia fora delas para serem também os lugares por excelência onde tudo e todos se acumulam (matérias-primas, mercados, pessoas, produtos...). A industrialização estaria, assim, vinculada à cidade? Decerto, afinal com a industrialização a cidade passou a ser o epicentro da acumulação capitalista. Tragando em seu favor regiões e gerações inteiras, a industrialização conduziu à urbanização das sociedades, cada vez menos rurais. No entanto, *sob o capitalismo, a cidade, essa obra da humanidade, foi reduzida à sua dimensão econômica, transformada em força produtiva, num palco de operações, numa espécie de corpo sem alma.* Como observou Lewis Mumford, num extenso trabalho que se tornou referência nos estudos urbanos, assim que as instituições pré-modernas foram postas em escombros e as cidades foram alcançadas e desfiguradas pelo forte impulso dado pelas exigências da industrialização, seu crescimento passava a se fazer conforme a "crença de que uma providência divina regulava a atividade econômica e assegurava [...] o máximo de bem público, através dos esforços dispersos e não regulados de cada indivíduo que buscava promover seus próprios interesses. O nome não teológico dessa

harmonia preordenada era *laissez-faire*.⁴ Ao fim e ao cabo, dizia Mumford sobre essa urbanização caudatária de um liberalismo acachapante, "o capitalismo, em seus efeitos sobre as cidades, é como a aberração da fisiologia humana que a medicina conhece como o estômago que se digere a si mesmo".⁵ Em suma, a industrialização estaria ligada, antes de mais nada, à *não-cidade*, à sua negação enquanto obra.⁶

Porém, se é certo que a cidade, como apontado, é também uma prática, compreender a realidade urbana exige considerar as práticas sociais com e no espaço, o que envolve a disposição sobre o tempo. Ora, também os tempos sociais foram profundamente reconfigurados pela industrialização. O exemplo mais evidente é o da jornada de trabalho, que deixou de ser regulada pelos ritmos e ciclos da natureza natural do mundo para obedecerem à abstração do tempo quantificado. Desde os primórdios da industrialização são abundantes os relatos acerca das extensas e extenuantes jornadas a serem cumpridas pelos trabalhadores, impelidos aos locais de trabalho a determinada hora, com início e término fixados independentemente, por exemplo, do alvorecer e do pôr-do-sol. Sem esquecer que os limites do corpo do próprio trabalhador foram logo transgredidos, especialmente quando a mecanização dos processos produtivos, fortalecendo amplamente o controle do capital sobre eles, reduziu enormemente a importância das qualidades subjetivas do trabalhador (destreza, agilidade...) e permitiu a entrada generalizada de crianças e mulheres nas fábricas. Não obstante, como a reprodução do capital não é um processo puramente lógico, que se desdobra inexoravelmente em "terra de ninguém", existem contradições que a dialetizam. No caso a que aludo,

também são abundantes os registros sobre a organização dos trabalhadores, quer para reduzir ou ao menos frear a perda de controle do processo produtivo para o capital objetivado nas máquinas, quer para ampliar o tempo do não-trabalho, o tempo não referido diretamente às relações essenciais da produção social de riquezas em moldes capitalistas, portanto livre, porém crescentemente utilizado para a recomposição do trabalhador, pois em situações de superexploração o que se verifica, não raro, é o consumo da força de trabalho, sua não-reprodução, cuja evidência empírica são as altas taxas de mortalidade (nos locais de trabalho e fora deles, para o que contribuía sobremaneira as péssimas condições sanitárias dos lugares onde se apinhava o proletariado do qual se nutria a industrialização).

Mas é preciso considerar que a urbanização induzida pela industrialização passou a ser objeto de ações concebidas e definidas no âmbito do Estado. Refiro-me ao urbanismo, que se cristaliza no contexto da acumulação de contradições que passam a requerer a presença crescente e constante do Estado na sociedade civil. Escorado numa suposta neutralidade técnica e científica, o urbanismo, que cinicamente iria se proclamar libertário,⁷ procura tomar a urbanização como objeto, com pretensões a dominar a realidade e as práticas socioespaciais correspondentes submetendo-as à sua ordem. Ou melhor, à ordem que lhe é permitido e designado estipular e guarnecer.⁸

Emblemática a este respeito é a chamada reforma urbana de Paris, na segunda metade do século XIX, levada a cabo por Georges-Eugène Haussmann (investido no cargo de Prefeito do departamento do Sena em 1853, por um mandato imperial de Louis Bonaparte,

ao qual permaneceria fiel até a queda do Império). Os *grands travaux* de Haussmann,⁹ que se apoiaram inicialmente na legislação sobre a expropriação originária do combate às epidemias de cólera dos anos 30 daquele século e foi devidamente ampliada ainda durante a república parlamentar,¹⁰ e se caracterizaram pela abertura de extensa rede de bulevares, desventraram de fato a velha Paris. Como indicado por vários estudiosos, a amplitude da reprodução do espaço parisiense é fundamental para se compreender por que "por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno [e], como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon".¹¹

Entretanto, os sentidos e finalidades do ato bonapartista-haussmanniano não se resumem à modernização da morfologia espacial (ainda pré-moderna) necessária a uma sociedade urbanizada pela industrialização.¹²

Marx chegou a caracterizá-lo como um ato de vandalismo que arrasara a Paris histórica "para dar lugar à Paris do visitante".¹³ Apesar de embebida em nostalgia, essa observação nada tem de casual. De fato, quando Marshall Berman afirma que o empreendimento haussmanniano "franqueou toda a cidade, pela primeira vez em sua história, à totalidade dos seus habitantes",¹⁴ o leitor de seu admirável *Tudo que é sólido desmancha no ar* compreende, em meio às citações das não menos instigantes observações baudelaireanas sobre as transformações de Paris provocadas pelo urbanismo haussmanniano, que tal abertura significou ao mesmo tempo o fechamento da cidade para o morador, que não poderia conviver com uma realidade urbana devotada ao espetáculo.

Michelle Perrot, em admirável estudo sobre as relações entre os operários e a cidade de Paris no século XIX, demonstrou que aqueles possuíam

uma capacidade surpreendente de aproveitar as potencialidades da cidade, não apenas pelo ângulo econômico, mas como local de prazeres. [...] Esse povo dança, quando pode, em todos os recantos da cidade; o baile, como a taverna ou a baiúca com música, são formas de aculturação e domesticação urbanas. Os migrantes colonizam Paris, e Paris os modela [...] É lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar.¹⁵

Suas experiências na e com a cidade explicam por que a ambição operária se inscreve no coração dela. Por isso, e ainda por uma recusa ao esfacelamento da cidade (a uma vida urbana fragmentada, diríamos nos termos de hoje), os operários se opuseram à haussmannização, "essa operação conjunta de política e higiene"¹⁶ correspondente à "estripação de Paris de acordo com uma estratégia, expulsão do proletariado para a periferia, invenção simultânea do subúrbio e do habitat, aburguesamento, como despovoamento e apodrecimento dos centros".¹⁷

Esse povo do século XIX tem o sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede é poder utilizá-lo à sua vontade, de modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem. Pois essa desordem, que tanto incomoda os higienistas, esses primeiros urbanistas, é favorável a uma flexibilidade, a uma variedade de usos incontrolados. É por isso que a noção de equipamentos urbanos — apropriação pública do espaço, certamente, mas para um uso bem definido — não é necessariamente popular.¹⁸

Essa redefinição das práticas urbanas implicadas pelo urbanismo¹⁹ foram percebidas como uma perda na Paris da última quadra do século XIX a ponto de motivarem lutas pelo *direito à cidade*.²⁰

Agora, se (com o auxílio de um verdadeiro salto acrobático) considerarmos o que será, um século mais tarde, colocado no centro do chamado direito à cidade a partir das periferias metropolitanas brasileiras empobrecidas materialmente, a partir da constituição de uma miríade de movimentos populares nascidos durante os anos 1970 nos lugares onde se concentram os descompassos entre a imensa produção social de riquezas através da industrialização e a esqualidez da realidade urbana destituída das conquistas do gênero humano,²¹ veremos que a entrada, na cena política, dos chamados movimentos sociais urbanos, anunciando "a vontade de serem 'sujeitos de sua própria história', tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência",²² passou a expressar objetivamente que a recriação do fazer política não passava somente pela reativação dos condutos institucionais (como os partidos políticos ou os sindicatos, por exemplo) fechados ou condicionados à época pela ditadura militar. Não se tratava apenas de reivindicar direitos civis e políticos negados. Tratava-se, a rigor, de produzir um novo leito do rio, ou seja, espaços políticos novos, capazes eles também de dar visibilidade e concretude à urgente criação de novos direitos. O que se expressava, através dos inúmeros movimentos em defesa da moradia, do transporte, da educação, da necessidade da reforma urbana, entre outros que poderiam ser entendidos como um grito de basta "dos de baixo" (como dizia Florestan Fernandes), ao atraso do desenvolvimento social e político que o avanço do crescimento econômico mostrou-se incapaz de resolver, era a necessidade de ampliação da pauta da política pela inscrição da urbanização nela.

Nunca é demais lembrar que o caráter inovador representado pela constituição desses novos personagens que procuraram alargar o campo da política residiu no rompimento com a tradição da tutela e do mando pela criação de práticas que escapavam das representações que buscam desqualificá-los prévia e preventivamente.²³ Ora, numa sociedade como a brasileira, onde historicamente os direitos sociais têm sido pensados e praticados como se fossem favores feitos pelos governantes de turno aos que, despojados de efetivos direitos civis e políticos, mostrem-se obedientes, agradecidos e, portanto, merecedores da integração protetora (portanto, infrapolítica) ao Estado que, assim, os anula politicamente,²⁴ não pode haver dúvidas de que o desenvolvimento da cidadania para além das concessões prévias e preventivas conseqüentes com o figurino de uma cidadania caricata, desradicalizada e despolitizante implica alterações no padrão de desigualdade social.

A meu ver, é aí, ou seja, na perspectiva de realização (através de duras lutas, decerto) da noção de direito à cidade como ampliação dos direitos de cidadania que se poderia encontrar o alcance e os limites do que hoje se formula como direito ao lazer. Obviamente, num primeiro momento as lutas dos periferizados pelo direito à cidade caracterizaram-se fortemente pelo que Manuel Castells chamava de socialização dos meios de consumo coletivo. Mesmo se considerarmos uma experiência política levada a cabo a partir dos anos 1990, como os Orçamentos Participativos, veremos que têm sido representados e praticados como um instrumento para realização de melhorias infra-estruturais. O que não é desprezível e se justifica, em princípio, pelos espaços de urgência consubstanciados pelas periferias metropolitanas. Mesmo assim, quando os arranjos

institucionais comportam as demandas por equipamentos, senão por políticas de lazer se manifestam.²⁵

Entretanto, é preciso reconhecer também que os chamados movimentos sociais urbanos, desde a sua emergência no início da última quadra do século passado, perderam vitalidade política ao longo de seu percurso no sentido da institucionalização. Se considerarmos essa experiência mais recente, à qual aludi, ou seja, os Orçamentos Participativos, poderemos observar isso limpidamente. Em primeiro lugar (o que é óbvio), as realizações concretizadas através deles são bastante díspares. Sequer me refiro às suas caricaturas, ao que melhor seria designar por "ornamentos participativos", dados os recursos ínfimos a eles destinados.²⁶ A meu ver, o mais interessante na análise sobre essa experiência política é, primeiro, interrogar o seu sentido, ou sua tendência quanto à constituição de alterações profundas na relação entre sociedade civil e Estado através da política como campo e movimento que o exceda, que aponte, portanto, no sentido de sua redução e superação. As indicações, especialmente a partir do caso de Belo Horizonte, são de uma distância muito grande quanto à realização dessas possibilidades inscritas numa experiência como os OPs. Não tanto pela setorialização e tecnicização administrativa (isto é, a despolitização da política) que os têm atravessado reduzindo-lhes a potência. O ponto decisivo é que os OPs ficam aquém da realização da "revolução política" neles entranhada como potência porque não alcançam as *determinações concretas da urbanização*. A questão reside menos no montante dos recursos destinados à chamada participação popular, por exemplo, que nas possibilidades de colocar politicamente a urbanização no centro da prática e da teoria

retirando-a do primado do econômico salvaguardado pelo Estado e, assim, efetivamente inverter prioridades. Não surpreende, portanto, que a urbanização continue sendo campo de atuação, por exemplo, para capitais que têm a sua reprodução como finalidade em si mesma, como os que compõem o chamado setor imobiliário.

O mesmo vale para as políticas referidas ao lazer. Ora, em torno do lazer constituiu-se um setor de interesses significativo. Não seria necessário grande esforço para constatar a presença dos capitais que governam esse setor no âmbito do Estado. O controle de parcelas dos orçamentos do Estado (governos federal e estaduais, por exemplo), também neste caso, como em qualquer outro setor de atividade econômica onde se verifica o processo de concentração e centralização dos capitais, é imprescindível para lhes assegurar condições para a reprodução ampliada. Uma primeira aproximação sobre a importância do lazer enquanto campo de atuação para determinados capitais poderia ser alcançada aquilatando-se a magnitude dessa presença incrustada no Estado. A passada para além do que pode ser propiciado por esse exercício de materialismo vulgar poderia ser dada buscando suas articulações com a reprodução do espaço. Afinal, "através dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e nas regiões montanhosas."²⁷ Nos dias de hoje, com o deslocamento territorial da indústria que se verifica nas metrópoles brasileiras já faz cerca de duas décadas, a indústria do lazer é parte integrante da reprodução do espaço nas áreas anteriormente devotadas à implantação industrial. Sem esquecer (apenas para aludir

a aspectos cruciais que não tenho como desenvolver aqui) que a definição de uma vida cotidiana previamente estipulada é, hoje, parte decisiva na produção de diferenciais pelas indústrias da construção civil. Nos dias de hoje, tais indústrias não colocam no mercado apenas uma unidade habitacional, um apartamento mais ou menos luxuoso. A mercadoria que vendem é o espaço, que comporta um cotidiano, um certo modo de vida (ou sua representação), com os signos de prestígio, de status social, de relação com o tempo (de deslocamento para determinados locais), inclusive para o lazer, concebido de antemão.

Não obstante, as políticas de lazer, quando se voltam para as periferias metropolitanas, não raro, se caracterizam pelo atendimento aos que não compõem a demanda solvável da indústria do lazer, propiciando-lhes equipamentos e/ou atividades aos quais não teriam acesso economicamente. E, assim circunscritas, encontram-se desarticuladas, por exemplo, das questões afeitas à atuação das forças que consubstanciam o setor centrado no lazer, bem como ficam ao largo das questões referidas ao processo geral de reprodução capitalista da riqueza.

Penso que em ampla medida as explicações para que os fundamentos objetivos da realidade social continuem intocados pela política devem ser buscados nas limitações da cidadania moderna. Em primeiro lugar, é certo (como o próprio Marshall demonstrara em seu clássico trabalho²⁶) que os direitos sociais configuram uma participação na riqueza socialmente produzida, impondo modificações nas situações experimentadas pelas classes sociais, o que dificilmente seria acessível a partir das condições que determinam as próprias

classes. Também sabemos que os direitos sociais, ao serem inscritos como deveres do Estado, impõem-lhe custos. Mais que isso, poder-se-ia dizer que a constituição de um fundo público como base na qual se travam embates políticos perturba, com efeito, a geometria do poder (sendo esta a potência contida na experiência dos OPs). Mas, ao mesmo tempo, a cidadania constitui-se num umbral, num limite que condiciona a democracia, haja vista que esta é mais que um regime jurídico-político cuja culminação residiria na configuração e consolidação do Estado de direito onde estariam asseguradas as prerrogativas da cidadania moderna, exercida através dos direitos (civis, sociais e políticos, tal como consagrados). Por conseguinte, estes últimos definem uma última fronteira para além da qual os fundamentos da ordem social estariam ameaçados. Destarte, a modificação das situações de classe, enquanto fruto da cidadania, não altera os pilares sobre os quais a sociedade encontra-se estruturada e a partir dos quais se reproduz.

Para não concluir: as lutas pela ampliação dos direitos de cidadania foram e continuam sendo fundamentais, ainda mais se considerarmos que a homilia neoliberal, especialmente a partir dos anos 1990, decretou que os avanços no terreno da política (sob a forma de direitos) a duras penas conquistados durante a "década perdida", não só constituíam privilégios, mas, o que é mais grave, eram as verdadeiras causas da miséria e da pobreza. Essa é a sua letalidade: a hostilização ostensiva da temática democrática por sua definição apriorista de entrave ao crescimento econômico, isto é, à acumulação de capital. Entretanto, se quisermos nos colocar à altura das exigências próprias da democracia, é preciso radicalizá-la,

chegar às suas raízes para demonstrar que excede a cidadania, que o agir democrático deve colocar-se a serviço do desenvolvimento de ações estratégicas que visem a ampliação do campo de atividades sobre o qual podem e devem ser feitas escolhas políticas, o que exige ir além das formas que a aprisionam, como o Estado, essa degenerescência da política que a condena a existir somente sob suas formas. Se os debates sobre o lazer não estiverem conjugados com os debates concernidos à necessária reorientação das atividades produtivas presas nas determinações capitalistas, se não forem parte integrante do enfrentamento efetivo dos desafios para concretizar a utopia do fim do trabalho (para usar a formulação sintética de Alain Bihl, começando por trabalhar menos para que todos possam produzir, de outra maneira e outra coisa²⁹), continuaremos a (sobre)viver, especialmente nas metrópoles, a (re)produção do urbano como algo estranho e ameaçador, não apenas do ponto de vista da sua materialidade, mas sobretudo do modo de vida... que não é urbano, mas sua negação.

NOTAS

¹ Texto referente à participação na mesa-redonda "O Lazer e os Espaços na Cidade", realizada em 27 de maio de 2006 durante o VII Seminário "O Lazer em Debate", organizado pelo Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR), do Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

² "Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção directa a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens. Semelhante facto implica apenas que o objecto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objecto, que se transformou em coisa física, é a *objectivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua *objectivação*. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a *objectivação* como *perda e servidão do objecto*, a *apropriação* como *alienação*." (MARX *Manuscritos económico-filosóficos*. p. 159, ênfases do autor.). Cf., também, MARX. Capítulo VI, inédito, de *O capital: Resultados do processo de produção imediata*, p. 43-54.

³ O melhor estudo a esse respeito continua sendo o de Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

⁴ MUMFORD. *A cidade na História*, p. 575.

⁵ *Ibidem*, p. 557. É interessante observar como, neste aspecto, a abordagem mumfordiana parece bastante próxima à de algumas representações da urbanização inglesa prevalentes no século XVIII. A imagem do "grande tumor", do "monstro", como observou Raymond Williams, "seria usada repetidamente, à medida que Londres continuava a crescer" (WILLIAMS. *O campo e a cidade: na história e na literatura*, p. 205), em contraste com outras (como as de Voltaire e de Adam Smith, por exemplo), pelas quais se celebravam a atividade industrial e a urbanização dela decorrente, enquanto marcas de uma civilização cujos marcos passavam a ser noções como as de liberdade e ordem. A esse respeito, cf., também, BRESCIANI, 1982.

⁶ A este respeito, cf. os estudos de Henri Lefebvre sobre a cidade e o urbano. Especialmente, *O direito à cidade*, [1968] 1969 e *A revolução urbana*, [1970] 1999.

⁷ "Pela ordem, promover a liberdade" foi um dos *slogans* de Le Corbusier, que enfatizou que a liberdade e a libertação na metrópole contemporânea dependiam de maneira vital da imposição da ordem racional." (HARVEY. *A*

condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, p. 39).

⁸ Tomo a liberdade de sugerir ao leitor interessado a consulta ao texto no qual desenvolvi de maneira mais detalhada os fundamentos do urbanismo. Cf. MARTINS. O urbanismo, esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, p. 39-59.

⁹ Para Leonardo Benevolo, é com Haussmann, que "evita sempre motivar politicamente as suas medidas, apresentando-as como actos técnicos ou administrativos resultantes das necessidades objectivas", que se "estabelece o protótipo do urbanista como operador especializado, que declina qualquer responsabilidade sobre opções de preconceito, e, portanto, na prática, do urbanista disponível para a nova classe dirigente" (BENEVOLO. *As origens da urbanística moderna*. p. 138-139).

¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 108-109.

¹¹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, p. 147. É importante lembrar que a disseminação do "método Haussmann" para além de Paris encontra-se claramente referida no estudo de Engels sobre a manifestação da problemática urbana através da questão da habitação. Cf. ENGELS. Para a questão da habitação, p. 379-380. Entre a abundante bibliografia sobre a difusão do urbanismo haussmanniano, cf., também, PINHEIRO. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*, 2002.

¹² Movendo-se entre as observações de Charles Baudelaire e Walter Benjamin sobre a rede de bulevares, Marshall Berman caracterizou-a como o advento de um novo "sistema circulatório urbano" concebido por Napoleão III e seu preposto. "Quando Haussmann deu início aos trabalhos nos bulevares, ninguém entendeu por que ele os queria tão espaçosos [...] Só depois que o trabalho estava concluído é que as pessoas começaram a ver que essas estradas, imensamente amplas, meticulosamente retas, estendendo-se por quilômetros, seriam vias expressas ideais para o tráfego pesado [...] Com isso, a vida dos bulevares, mais radiante e excitante que toda a vida urbana do passado, era também mais arriscada

e ameaçadora para as multidões de homens e mulheres que andavam a pé". É esse, pois, o palco da cena moderna primordial de Baudelaire: "Eu cruzava o bulevar, com muita pressa, chapinhando na lama, em meio ao caos, com a morte galopando na minha direção, de todos os lados'. O homem moderno arquetípico, como o vemos aqui, é o pedestre lançado no turbilhão do tráfego da cidade moderna, um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energia pesadas, velozes e mortíferas." (*Ibidem*, p. 153-154). Ao contrário do sugerido pela leitura de Berman, especialmente em suas referências aos bulevares como "sistema circulatório urbano", Henri Lefebvre observou que a abertura dos espaços imensos, das largas avenidas e amplas praças abertas ao espetacular, obedeceu em verdade a uma prática correspondente à racionalidade do Estado — retomando, assim, uma longa tradição que vem desde Roma — que, notadamente a partir de Haussmann, instaura o vazio para cumprir a estratégia da classe dominante no que concerne à urbanização. Cf. LEFEBVRE. *A revolução urbana*, p. 104.

¹³ MARX, Karl. A guerra civil em França. In: ENGELS; MARX. *Obras escolhidas*. Tomo II, p. 260.

¹⁴ BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, p. 146.

¹⁵ PERROT. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX, p. 116-119.

¹⁶ *Ibidem*, p. 119.

¹⁷ LEFEBVRE. *A revolução urbana*, p. 104.

¹⁸ PERROT. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX, p. 123-124.

¹⁹ Sobre a relação entre o urbanismo e as práticas urbanas, Henri Lefebvre era resolutivo: "Como definir o vazio fundamental do urbanismo, privado ou público, nascido no intelecto de uns ou secretado pelos gabinetes onde os outros estão instalados? Pelo fato de o urbanismo pretender substituir e suplantar a *prática urbana*. Ele não a estuda. Para o urbanista, essa prática é, precisamente, *um campo cego*. Ele vive nele, nele se encontra, mas não o vê, e menos ainda o compreende como tal." (LEFEBVRE. *A revolução urbana*, p. 141). Jane Jacobs, em livro que se tornou célebre, deu inúmeros exemplos a esse

respeito. Cito um deles: "No East Harlem de Nova York há um conjunto habitacional com um gramado retangular bem destacado que se tornou alvo da ira dos moradores. Uma assistente social que está sempre no conjunto ficou abismada com o número de vezes que o assunto do gramado veio à baila, em geral gratuitamente, pelo que ela podia perceber, e com a intensidade com que os moradores o detestavam e exigiam que fosse retirado. Quando ela perguntava qual a causa disso, a resposta comum era: 'Para que serve?', ou 'Quem foi que pediu o gramado?' Por fim, certo dia uma moradora mais bem articulada que os outros disse o seguinte: 'Ninguém se interessou em saber o que queríamos quando construíram este lugar. Eles demoliram nossas casas e nos puseram aqui e puseram nossos amigos em outro lugar. Perto daqui não há um único lugar para tomar um café, ou comprar um jornal, ou pedir emprestado alguns trocados. Ninguém se importou com o que precisávamos. Mas os poderosos vêm aqui, olham para esse gramado e dizem: 'Que maravilha! Agora os pobres têm de tudo!'" (JACOBS. *Morte e vida de grandes cidades*, p. 14).

²⁰ "A Comuna, considerada como prática urbana revolucionária, com seu mito e sua ideologia, com sua utopia (descentralização, federalismo proudhoniano). Os operários, expulsos do centro para a periferia, retomaram o caminho do centro ocupado pela burguesia. Apoderaram-se dele, manu militari, com um pouco de sorte e muito discernimento." (LEFEBVRE. *A revolução urbana*, p. 104). "Nessas circunstâncias, não admire que todo movimento revolucionário seja uma reconquista do centro. [...] *Os communarés* [...] reivindicam o direito à cidade. Eles reocupam o centro de onde pretendiam-se expulsá-los. [...] Com eles culminam todas as lutas urbanas da história." (PERROT. *Os operários, a moradia e a cidade no século XIX*, p. 121).

²¹ Para não soar abstrato, tomemos a ajuda das observações de Dom Paulo Evaristo Arns no prefácio a estudo pioneiro sobre a metropolização de São Paulo: "Em constante declínio a partir de 1940, tendo diminuído em 30% entre 1940 e 1950, de 32% entre 1950 e 1960, [a taxa de mortalidade infantil] experimentou violento recrudescimento entre 1960 e 1973, tendo aumentado 45%. [...] O Bispo,

e com ele toda a Igreja, não pode assistir, calado, a uma violência difusa que atinge o povo, ceifando vidas, pela desnutrição e pelas más condições de saneamento e saúde, pelos acidentes de trabalho e de trânsito, fadiga e depauperamento, pelo desemprego e pela remuneração que não cobre as necessidades mínimas, pela ausência de moradia e precariedade de transportes, pela insegurança e pela asfixia da liberdade de associação, informação e reivindicação." (CAMARGO, et al. São Paulo 1975: crescimento e pobreza).

²² SADER. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*, p. 311.

²³ A este respeito, cf. PAOLI; SADER. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*.

²⁴ José Murilo de Carvalho chegou a denominar esse modelo de cidadania desradicalizada, concebido antes mesmo do advento da república entre nós, de "estadania". Cf. CARVALHO. *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*, 1995 e, do mesmo autor, *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Sobre a relação infrapolítica com o Estado, tanto por parte das classes dominadas quanto pelas dominantes na formação social brasileira, cf. CHAUI. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 19-30.

²⁵ Um caso, estudado por meu colega do Departamento de Geografia, William Rosa Alves, no Urca, um bairro inserido na regional político-administrativa da Pampulha, em Belo Horizonte, é exemplar. Destoando das demandas formuladas pelos demais participantes de uma das "rodadas" do Orçamento Participativo, os moradores do Urca conseguiram efetivar a construção de um centro cultural, um equipamento a partir do qual tem se organizado e implementado também uma política de lazer. Num dos bairros adjacentes, o Conjunto Confisco, que venho conhecendo mais e melhor ao participar de pesquisa desenvolvida no âmbito da Rede CEDES e sediada na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, as demandas relativas ao lazer não são desprezíveis.

²⁶ Este e outros aspectos foram observados por Marcelo Lopes de Souza através de ampla e escrupulosa pesquisa sobre os Orçamentos Participativos em importantes metrópoles brasileiras. Cf. SOUZA, Marcelo Lopes de. Os Orçamentos Participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. *Terra Livre*, p. 39-58, e, do mesmo autor, *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*.

²⁷ LEFEBVRE. *Espaço e política*, [1972], no prelo.

²⁸ Cf. MARSHALL. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, [1950] 1967.

²⁹ Cf. BIHR. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*, [1991] 1999, especialmente, parte III. Em ampla medida, os fundamentos dessa crítica foram expostos por Paul Lafargue em seu clássico *O direito à preguiça*. Marilena Chaui os expôs limpidamente: "Sabe-se, hoje, que Lafargue pensara, inicialmente, em intitular seu panfleto como direito ao *lazer* e, depois, como direito ao *ócio*. A escolha da preguiça não foi casual. [...] Ao escolher e propor como um direito um pecado capital, o autor visa diretamente ao que denomina 'religião do trabalho', o credo da burguesia (não só francesa) para dominar as mãos, os corações e as mentes do proletariado, em nome da nova figura assumida por Deus, o Progresso." (CHAUI, 2000. "Introdução", p. 24).

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, [1963] 1981. p. 138-139.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 7ª. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, [1982] 1989. p. 146,147.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, [1991] 1999.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de *et al.* *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México: El Colegio de México/Fideicomiso Historia de las Américas/Fondo de Cultura Económica, 1995

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 19-30.

CHAUÍ. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp: Hucitec, [1880] 2000. p. 24.

ENGELS, Friedrich. Para a questão da habitação. In: ENGELS; MARX. *Obras escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições "Avante!"/Moscou: Edições Progresso, [1872] 1983. p. 379-380.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, [1845] 1986.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, [1989] 1992. p. 39.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 2000. p. 14.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999. p. 104, 141.

_____. *Espaço e política*, [1972]. No prelo.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, [1968] 1969.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, [1950] 1967.

MARTINS, Sérgio. O urbanismo, esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, n. 3, p. 39-59, nov. 2000.

MARX Karl. *Manuscritos económico-filosóficos*. Lisboa, Edições 70, [1844] 1975, p. 159.

MARX, Karl. A guerra civil em França. In: ENGELS; MARX. *Obras escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições "Avante!"/Moscou: Edições Progresso, [1871] 1983. p. 260.

_____. Resultados do processo de produção imediata. _____. *O capital*. São Paulo: Moraes, [s.d.]. p. 43-54. Capítulo VI, inédito.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. 2 v. Belo Horizonte: Itatiaia, [1961] 1965. p. 575.

PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: _____. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 116-119, 121-124.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 311.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os Orçamentos Participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 39-58, 2000 e, do mesmo autor.

_____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, [1973] 1989. p. 205.

PARTE 3
LAZER, POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA

GESTÃO MUNICIPAL E POLÍTICA DE LAZER

Lino Castellani Filho

O PANO DE FUNDO...

Cinquenta e dois por cento da população mundial – aproximadamente três bilhões e duzentos milhões de pessoas – vive em cidades. Segundo estimativas da ONU, em 2020 pelo menos 60% da população mundial viverá em zonas urbanas. Há cerca de um século, nos idos de 1900, somente 9.40% dos brasileiros viviam em cidades. Na metade daquele século o percentual dos que viviam nas

urbes já era de 36.16%. A substituição do modelo econômico agrário comercial-exportador para o industrial, já dentro dos parâmetros do modo de produção capitalista, levada a cabo nas suas primeiras décadas, seguiu seu curso aprofundando o processo de urbanização da sociedade brasileira. Em 1980, 75.59% de nós já éramos cidadãos. No Brasil de hoje, somos 81% da população vivendo em cidades.

Não há dúvidas no entendimento de que o fenômeno da urbanização — calcado na lógica que hegemonicamente define a forma de sua materialização — é um dos maiores responsáveis pelo aprofundamento do quadro histórico de *exclusão social*, marginalização e violência, reconhecido por todos como um dos maiores desafios do século recém-iniciado. Para Marcio Pochmann e Ricardo Amorim, organizadores do *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, "o fato de a industrialização brasileira ter sido conduzida dentro de um padrão imitativo de consumo modificou, sem superar os laços de dependência e terminou por reforçar o elitismo e a exclusão social". E continuam, mais à frente, o raciocínio:

[...] Nas sociedades mais pobres e ou desiguais, a exclusão social talvez possa ser mais facilmente observada, sobretudo na relação entre os bem alimentados e os famintos. Mas à medida que as sociedades vão incorporando novas realidades — como a urbanização —, nascem necessidades adicionais de vida digna, para além do simples critério de subsistência.¹

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, indicam estar nosso território organizado administrativamente em 5.560 municípios. Deles, 73% possuem menos de 20 mil habitantes. Se elevarmos o patamar para menos de 50 mil, o percentual sobe para

80%. Até aí, tudo bem, a não ser pelo fato de que toda a experiência brasileira de planejamento urbano tenha estado de costas para essa realidade, voltando-se para as grandes e médias cidades. O próprio *Estatuto da Cidade* reflete essa concepção ao dar direcionamento a grande parte de seus instrumentos aos processos de: a) verticalização das cidades; b) expansão periférica; e c) superação da falta expressiva de moradias.

Segundo o IBGE, portanto, em diagnóstico balizador das ações do Governo Federal, notadamente através do Ministério das Cidades, 4.485 pequenos municípios compõem o universo daqueles para os quais o país nunca teve política específica, cenário esse que começa a se modificar muito recentemente, entre outros motivos, pela ação política do *movimento em prol da reforma urbana*.

Com efeito, a inserção do *movimento pela reforma urbana* no quadro das históricas reivindicações populares não é de muito tempo, sendo uma de suas conquistas mais expressivas a inclusão do tema da *política urbana* na Carta Magna de 1988.² Onze longos anos se passaram até que outro significativo passo viesse a se explicitar, dessa vez na figura da promulgação da lei nº 10.257/2001, batizada pelo nome de *Estatuto da Cidade*.

De forma sucinta, podemos nos reportar ao *Estatuto da Cidade* como o marco regulatório da instrumentalização do município para o exercício do pleno desenvolvimento das *funções sociais da cidade*. Ao estabelecer princípios e diretrizes de *gestão democrática*, visa garantir a possibilidade da participação da população em todas as decisões de interesse público, prevendo-a — através de suas associações representativas — no processo de elaboração, implantação e avaliação

do *plano diretor* e na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal. Em síntese, mediante o *princípio da justa distribuição* dos benefícios e dos encargos decorrentes do processo de urbanização, busca garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público.³

Pois é ele, *Estatuto da Cidade*, que torna obrigatória a elaboração do *plano diretor* até outubro deste ano de 2006 – devidamente aprovado pela respectiva Câmara Municipal – para os municípios com mais de 20 mil habitantes e os situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, além daqueles cujos planos diretores foram aprovados há mais de 10 anos. Estamos falando, portanto, de 2.342 municípios. Os 3.218 pequenos municípios excluídos dessa obrigatoriedade podem envolver-se no processo de definição de seus planos diretores por vontade própria – construída seja a partir da sensibilidade governamental, seja da pressão organizada dos munícipes ou da conjugação desses dois fatores, como também por determinações originárias das leis orgânicas estaduais e municipais.

O Ministério das Cidades, em encarte informativo⁴ amplamente distribuído, alusivo ao *plano diretor*, a ele se refere como "um instrumento para garantir a todos os cidadãos do município um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade, proporcionando acesso à habitação adequada, saneamento ambiental, ao transporte e mobilidade, ao trânsito seguro e aos serviços e equipamentos urbanos [...]".

São várias e de distintas ordens, as dificuldades presentes quando do processo de elaboração do *plano diretor*, notadamente quando nos reportamos aos pequenos municípios. Contudo, podemos agrupá-las a partir do elemento central ausência (absoluta) de: a) estrutura administrativa; b) pessoal qualificado; e c) instrumental apropriado de trabalho.

Estudo realizado pelo economista Cláudio Ferraz, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA nos traz dados interessantes acerca dessas dificuldades. Baseado em informações coletadas por auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União, CGU, revela a detecção de problemas na máquina administrativa em 73% dos municípios que receberam repasses de recursos do Governo Federal entre 2001 e 2003. Parte deles motivada por *práticas corruptas*: segundo os dados apurados, em 54% dessas Prefeituras ocorreram práticas ilegais durante a realização de licitações; em 48% das cidades houve incidência de algum tipo de desvio de recursos públicos; em 7% dos casos foram encontrados indícios de superfaturamento de contratos. Outra parte, por *incompetência*: em 67% dos casos houve administração ineficiente dos recursos federais destinados a programas ou obras específicas.⁵

Se cruzarmos tais números com a informação de que 9% das cidades brasileiras vivem de recursos governamentais, ou seja, de que "a economia de muitas cidades só existe por causa da injeção de recursos do Estado, que emprega a maioria dos trabalhadores locais e gera a maior parcela do Produto Interno Bruto municipal",⁶ temos evidenciado o significado da estrutura jurídico/ administrativa de governo no cotidiano das vidas nas cidades...

O conjunto de municípios de pequeno porte e baixa densidade populacional mencionado anteriormente, ao passar a merecer a atenção do poder público com vistas a incorporar preceitos de planejamento urbano, foi subdividido em dois grupos. O primeiro deles, composto por municípios predominantemente urbanos localizados nas periferias das metrópoles e das médias cidades. O segundo, de municípios predominantemente rurais, em que o ecossistema é pouco alterado pelas atividades urbanas.

Não obstante o porte dos municípios, três perguntas se fazem presentes quando a questão da elaboração do *plano diretor* está em pauta: 1) Que município temos? 2) Que município desejamos? e 3) Que acordo podemos firmar para alcançar a situação desejada?⁷

...Talvez já devêssemos perguntar qual vem sendo (e como vem ocorrendo) a inserção dos que circunscrevem sua atuação — seja como estudioso, seja como gestor - na órbita do lazer, nesse processo de planejamento urbano...⁸

A POLÍTICA DE LAZER...

Propomos nos valer das três perguntas acima e as adaptarmos ao campo do lazer, de forma que ganhem a seguinte formulação: 1) Que lazer temos? 2) Que lazer desejamos? e 3) Que acordo podemos firmar para alcançar a situação desejada?

Instituição típica da sociedade industrial, nascida com a velada intenção de ampliar o controle social dos donos dos meios

de produção sobre os trabalhadores para além do tempo de trabalho dos mesmos, o lazer se configurou entre nós a partir de um forte viés funcionalista, colocando-se a serviço da reprodução dos hábitos, valores e sentidos necessários à manutenção da ordem social vigente.⁹

Mais recentemente, já de conformidade com a lógica da *sociedade de consumo*, o lazer colocou-se também como *tempo e espaço de fruição dos interesses da indústria do entretenimento*, a qual fez por restringir o acesso ao patrimônio cultural historicamente construído pela humanidade, somente àqueles portadores de condições socioeconômicas possibilitadoras de sua aquisição. Essa sua faceta reforçadora dos valores próprios à sociedade de consumo, de forte teor excludente, é a síntese de uma concepção de organização social que traduz cidadania pela capacidade consumidora do cidadão, visto meramente como consumidor, e manifestações culturais – entre elas a esportiva – como mercadorias, produtos suscetíveis à lógica de mercado.¹⁰

A constatação do acima exposto, aliada à intenção de se construir o seu antídoto, no sentido de *contra-hegemônico*, trouxe a necessidade de se elaborar e desenvolver política de lazer centrada no *princípio da inclusão* que o resgatasse como direito social inalienável de um povo e, como tal, merecedor de políticas públicas que garantissem o acesso a ele com qualidade social, independentemente do poder aquisitivo inerente a cada um. Para essa vertente de pensamento, lazer é entendido como "fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia".¹¹

É esse entendimento que, ao recuperar o caráter contraditório desse *tempo* e desse *espaço*, nos induz a perceber a possibilidade de tê-lo também como *espaço e tempo de desenvolvimento e emancipação humanos*. Assim percebido, as manifestações socioculturais de índole predominantemente intelectual, manual, artística e físico-esportiva encontram nele fértil campo de proliferação, expressando-se, seja através do *fazer* associado à busca da compreensão do seu significado, como também através da pura e simples *fruição*, materializada exemplificadamente no assistir a um espetáculo artístico e ou esportivo, obviamente dotados de sentido quanto mais elevada for a capacidade de compreendê-los.

Assim, ao buscarmos responder às perguntas formuladas poderíamos arriscar a afirmar que as duas primeiras assertivas sobre lazer se encaixam no quadro de resposta à primeira delas, e a última, à segunda,¹² sendo ela a que nos serve de referência para a resposta da terceira, ao nos permitir aferir que é no âmbito da *política* que o prevalecer de uma concepção sobre outra se estabelece.¹³

Devemos aqui, tomar emprestado da língua inglesa os três significados que a expressão *política pública* abarca. O fazemos a partir de um texto elaborado por Pierre Muller e Yves Surel traduzido para o português sob o título "Análise das políticas públicas".¹⁴ Segundo os autores, todo desenvolver de política pública passa necessariamente pelo crivo de três dimensões, a saber, aquela que: 1) expressa a *compreensão dela como esfera que se contrapõe à da sociedade civil e que corresponde à ordem política, ao sistema jurídico que lhe dá sustentação, e às estruturas político-administrativas constitucionais do Estado (Polity)*; 2) a que a tem como referência à

atividade ou aos processos políticos, quase sempre conflituosos, que se estabelecem entre agentes na disputa eleitoral, na disputa para cargos, no atendimento de interesses (*Politics*); e 3) a que a identifica com os próprios conteúdos da ação governamental, incluindo-se a configuração de programas e projetos e os processos de elaboração, execução e avaliação dos mesmos (*Policies*).

Em outras palavras, a primeira refere-se ao aparato jurídico-administrativo da máquina pública, de governo; a segunda, ao jogo dos interesses contraditórios e ou antagônicos de grupos, definidores da correlação de forças que, em última instância, apontará qual deles, em determinada conjuntura, se estabelecerá com maior capacidade de pressionar as instâncias governamentais, no buscar fazer prevalecer os seus interesses em detrimento daqueles dos outros grupos em cotejo; e a terceira, aos programas orçamentários que, com seus projetos e ações, darão exequibilidade ao ato de governar, no sentido de executar a política no plano orçamentário-financeiro.

Interessante, aqui, é exercitarmos nossa capacidade de imaginar cenários onde uma dimensão faz por exercer papel determinante na ação de governo, subjugando as demais dimensões à sua própria lógica, buscando-se a partir desses exercícios otimizar nossa capacidade de controle das distintas variáveis que interferem no processo de configuração de políticas públicas, de forma a ampliar as possibilidades de fazer prevalecer a intencionalidade dominante numa determinada esfera de poder público.¹⁵

A POLÍTICA DE LAZER NA CONCRETUDE DO PLANEJAMENTO URBANO...

Vimos construindo nossas reflexões no intuito de, neste momento, apontarmos para aquilo que, para nós, significaria o grande desafio a ser enfrentado por aqueles que, envolvidos com a problemática do lazer e da política pública, se deparam, no exercício do papel de gestores, com a tarefa de dar materialidade a uma ação de governo.

Saber, portanto, das interfaces presentes no cruzamento do desenho conceitual do programa a ser levado a efeito com as condições objetivas de sua execução, seja em razão das limitações orçamentário-financeiras, seja pela forma como as dimensões da política pública aqui referendada estabelecem suas interferências no *modus operandis* da máquina pública, torna-se de vital importância para a definição do grau de sua eficácia, aqui entendida como o alcance do resultado pretendido na realização da ação.

Isto vale também para aqueles que se relacionam com o tema na perspectiva de pesquisá-lo. Estudos de políticas de educação física, esporte e lazer passaram a fazer parte do universo de nossa área acadêmica há bem pouco tempo, motivadas sobremaneira pela chegada às instâncias de governo municipal e estadual – e mais recentemente, federal – de partidos comprometidos com o ideário de esquerda, no qual o conceito de gestão ganhou sentido bastante distinto daquele adotado pelo campo conservador. Gestão democrática, orçamento participativo, controle social,¹⁶ ganham espaço nessas administrações, pressionando o meio acadêmico comprometido com

essas forças políticas a tanto fornecerem referenciais teóricos para esse outro modo de governar, quanto para exercerem o papel de críticos propositivos das iniciativas governamentais.

Temos a compreensão de que é consenso entre os que atuam nesse campo que o desenvolvimento de uma política de lazer, ao lado de outras tantas, não pode ser articulada única e tão-somente por um setor governamental, dado o caráter de tema *transversal* que a caracteriza. Não obstante, em reconhecimento à história de uma área acadêmica e de intervenção profissional – Educação Física – que com ele estabelece diálogo há não menos de 25 anos – associada ao acúmulo de conhecimento que tal interlocução gerou –, e ainda não perdendo de vista o imaginário popular que relaciona lazer quase que mecânica e automaticamente ao interesse físico-esportivo e, também, às circunstâncias responsáveis pela presença de um determinado grupo de pessoas em um determinado lugar na esfera do Governo Federal, coube ao Ministério do Esporte, não sem resistência interna e externa, chamar para ele o protagonismo da articulação da ação de governo para esse setor, protagonismo esse bem recebido pelas instâncias governamentais, as quais se dispuseram a partilhar da responsabilidade de organizá-lo como política intersetorial.¹⁷

Paradoxalmente, aquilo que o fortalece também é responsável pela sua fraqueza. O caráter reconhecidamente conservador da comunidade esportiva, somado ao estágio ainda inicial – frente aos existentes em outras áreas – dos estudos de política pública de lazer (e também esportiva), não permitiu que o necessário diálogo entre esses segmentos com a totalidade da ação governamental – no caso

municipal, alvo dessa reflexão, materializada no envolvimento no processo de planejamento urbano expressado na dinâmica da definição do Plano Diretor da Cidade – ocorresse da forma a inserir, de fato, a questão do lazer na agenda desses governos.

Entretanto, essa constatação, longe de ganhar sentido desmobilizador, reveste-se de otimismo, dada a averiguação de que iniciativas promissoras em curso¹⁸ haverão de, em um período de tempo bastante razoável, trazer resultados significativos para a qualificação, seja dos estudos, seja do ato de gestão das políticas de lazer em nosso meio.

NOTAS

¹ Conforme Marcio Pochmann e Ricardo Amorim (Org.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, p. 09-10.

² A Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988 abre um capítulo específico (II) para tratar da reforma urbana em seus artigos 182 e 183, com seus respectivos parágrafos e incisos.

³ Constituído por 58 artigos, o *Estatuto da Cidade* (lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) entrou em vigor em outubro daquele mesmo ano, em conformidade com o preceituado em seu último artigo.

⁴ Referimos-nos ao folheto "Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos". Brasília: Governo Federal, Ministério das Cidades, 2005. Em uma linguagem simples, busca apontar os *motivos* de se fazer um *plano diretor*, *quem* estaria obrigado a fazê-lo até outubro de 2006, *de quem* seria a *responsabilidade* pela coordenação de sua elaboração, e enumera 10 *recomendações* para fazer do Plano Diretor Participativo uma ferramenta para se construir a cidade de todos, além de dar

indicativos gerais de como participar do processo. Já o *Estatuto da Cidade* a ele se reporta em seu capítulo III, artigos 39 a 42.

⁵ Tal estudo foi alvo da reportagem de Clarissa Furtado publicada pela revista *Desafios*, editada pelo IPEA, em sua edição de aniversário (Ano 2, n. 12, julho de 2005), p. 51-54, sob o título "Retrato do descaso".

⁶ Conforme matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, de 19 de novembro de 2005, à página B14, subtítulo: "Mapa da Economia: Em 1999, metade do PIB de 350 municípios dependia da administração pública; em 2003, já são 508".

⁷ Essas questões, bem como a linha argumentativa que adotamos ao abordar esse assunto, seguem o roteiro estabelecido pelo documento "Plano Diretor Participativo - Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos", organizado por Raquel Rolnik, e Otilie Macedo Pinheiro. Brasília: Ministério das Cidades/Confea, 2005.

⁸ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em parceria com o Ministério do Esporte - através da coordenação da sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer -, desde 2003 empenhou-se na elaboração de uma pesquisa aplicada em 2004 e publicada em fevereiro de 2006, junto às instâncias governamentais de todos os municípios e estados brasileiros sobre a estrutura esportiva e de lazer - aqui entendida a relativa aos recursos físicos, orçamentário-financeiros como também humanos e programáticos passíveis de ser identificados pelas administrações públicas. Para tanto elaborou, em conjunto com o ME, um *Suplemento de Esporte e Lazer*, que passou a integrar a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, levada a efeito por ele. Veja: www.ibge.gov.br

⁹ Chamamos a atenção, nesse particular, para o interessante estudo desenvolvido por Luciana Marcassa em sua dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, em 2002: *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo*.

¹⁰ Lembramos, aqui, da tese de doutorado de Valquíria Padilha, *Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado*, defendida junto ao Programa

de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 2003.

¹¹ Valemo-nos de conceito construído por Fernando Mascarenhas e presente em suas produções teóricas, notadamente em sua tese de doutorado *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp, em 2005. Também há de se frisar que reproduzimos aqui reflexões adotadas por nós ao longo dos três anos e quatro meses (jan. 03/abr. 06), que passamos à frente da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, de sorte que a semelhança entre os documentos lá gerados e elementos deste texto, em boa medida, traduzem a nossa participação nas suas elaborações.

¹² O Programa Orçamentário Esporte e Lazer da Cidade, constante do Plano Plurianual do Governo LULA 2004-2007, é a expressão mais acabada do que defendemos como política de lazer. Não avançaremos, contudo, na sua apreciação, por entendermos não ser pertinente ao que nos motiva escrever este texto. Não obstante, maiores informações sobre ele poderão ser obtidas na página do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br) ou no *Manual de Orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade* - Brasília: Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005 – também disponível na forma impressa.

¹³ Vale, aqui, reforçar a lembrança de que para nós *conceito* significa a materialização, no pensamento, de uma determinada apreensão (no sentido de constatar demonstrar, compreender e explicar uma determinada dimensão do real) da realidade, nada possuindo, portanto, de *idealização* e ou *abstração* (em seu significado de *desconectado da realidade*).

¹⁴ Conforme Muller, Pierre e Surel, Yves. *Análise das políticas públicas*. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu Ferraro. Pelotas, RS: Educat, 2002.

¹⁵ Não é objetivo deste texto analisar uma situação concreta, mas, sim, apontar a necessidade de tê-la em mente quando da materialização de uma ação de gestão. Cabe sim, o seguinte comentário: O estranhamento no envolvimento com a gestão

pública se, por um lado, permite uma apreensão da realidade não comprometida pelo direto envolvimento com as lutas internas (de concepção e de poder), por outro, acaba por artificializar a gestão uma vez que a constrói a partir de um processo de assepsia, de sua higienização. Assumir a gestão é retirar o parêntese em torno do objeto-alvo da ação, lidando com ele no seu próprio contexto, onde se localiza sujeito às suas múltiplas determinações.

¹⁶ Neste particular chamamos a atenção para interessante artigo de autoria do Ministro do Controle e da Transparência do atual Governo, Waldir Pires, publicado na seção Tendências e Debates da *Folha de S.Paulo*, em 04 de dezembro de 2005, página A4, sob o título "O controle em construção". O convite nele feito para acessarmos o *Portal da Transparência* merece ser aceito por todos nós.

¹⁷ Não sem árdua disputa, dado o caráter conservador hegemônico da área esportiva, prevaleceu na definição do tema central da II Conferência Nacional de Esporte o entendimento em pauta, fazendo girar em torno da construção do *sistema nacional de esporte e do lazer* todo o processo organizativo das etapas municipais, regionais, estaduais e nacional, esta última realizada em Brasília no período de 04 a 07 de maio próximo passado. Por sua vez, o detalhamento da análise da forma como o governo Lula construiu sua ação no campo da política esportiva e de lazer não é finalidade deste artigo, estando sendo tratado em outros estudos em andamento.

¹⁸ Grupos de pesquisa em várias universidades brasileiras, bem como a iniciativa do Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, de incentivar o fomento de *Centros de desenvolvimento de estudos sobre esporte recreativo e de lazer*, a Rede Cedes, na perspectiva da formulação de políticas públicas, nos fornecem elementos para a afirmação em apreço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001*. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. *Plano Diretor Participativo - Cidade de Todos*. Brasília: Governo Federal, Ministério das Cidades, 2005.

BRASIL. *Programa Esporte e Lazer da Cidade - Manual de Orientação*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.

BRASIL. *Suplemento de Esporte e Lazer - Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Governo Federal, IBGE, 2006.

BRASIL. *I Conferência Nacional de Esporte - Documento Final*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004.

BRASIL. *II Conferência Nacional de Esporte*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006.

FOLHA DE S.PAULO. *9% das cidades vivem de recursos do Estado*. São Paulo, p. B14, 19 nov. 2005. Dinheiro.

FURTADO, Clarissa. *Retrato do descaso. Desafios*. Brasília: IPEA, ano 2, n. 12, p. 51-54, jul. 2005.

MARCASSA, Luciana. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2005.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *Análise das políticas públicas*. Trad. BAVARESCO, Agemir; FERRARO, Alceu. Pelotas: Educat, 2002.

PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado*. (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2003.

PIRES, Waldir. O controle em construção. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. A4, 4 dez. 2005. Tendências e Debates.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilia Macedo (Org.). *Plano Diretor Participativo – Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos*. Brasília: Governo Federal, Ministério das Cidades/Confea, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

QUESTÕES ANALÍTICAS E DESAFIOS POLÍTICOS

Telma Menicucci

A Constituição Brasileira, no seu artigo sexto, define o lazer como um dos direitos sociais junto a outros direitos, como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. E no parágrafo terceiro do artigo 217, destinado ao "desporto", define ainda que "O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social". Diferentemente dos outros direitos, na CF/88 não foram definidos os princípios, diretrizes, objetivos, os mecanismos e regras institucionais que deveriam orientar a concretização do direito ao lazer. Mas, como os direitos sociais, diferentemente de outros que

compõem a noção moderna de cidadania, demandam para sua efetivação a ação ativa do Estado por meio de políticas públicas, o desafio posterior passou a ser a definição mais precisa do lazer enquanto direito e, conseqüentemente, a construção de uma política pública voltada para a sua efetivação.

Este artigo tem como objetivo discutir algumas questões analítico-conceituais envolvidas na afirmação do lazer enquanto *direito social*, as quais podem ser levadas em conta por aqueles que participam do processo de construção de uma agenda pública e governamental centrada no lazer como objeto de intervenção do governo. Inicialmente, é feita uma breve discussão de direitos e sua vinculação à cidadania e, em seguida, a partir da definição de política pública e de sua relação com a política, são abordados os fatores que levam à introdução de um tema na agenda pública e sua posterior tradução em formas de intervenção governamental, ou seja, sua constituição em uma política pública. Na terceira seção, são apontadas algumas tendências e inovações na gestão de políticas sociais, particularmente no âmbito dos municípios, que podem servir de parâmetros para a formatação de um desenho institucional para políticas de lazer. Por fim, são sugeridas algumas questões políticas e substantivas a serem consideradas no processo de construção de uma política de lazer.

DIREITOS E CIDADANIA

Juridicamente, cidadão é o indivíduo que tem um vínculo com o Estado, sendo portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal, estando implícito na idéia de cidadania o princípio da igualdade. Como destaca Carvalho (2002), a noção de cidadania, tal como desenvolvida no mundo ocidental, configura um ideal talvez inatingível, dado que a cidadania plena combina liberdade, participação e igualdade para todos, embora funcione como um parâmetro para julgamento da qualidade da cidadania em cada país e momento histórico.

Desde o célebre trabalho de Marshall (1967), costuma-se desdobrar a cidadania em três conjuntos de direitos: (1) os direitos civis, que se relacionam aos direitos à liberdade individual – direitos de ir e vir, liberdade de pensamento e fé, direito à propriedade privada, direito à justiça; (2) os direitos políticos, relacionados ao direito de participar do exercício do poder político - participação no governo, seja votando ou sendo votado e (3) os direitos sociais, definidos por Marshall como o direito de participar por completo da herança social, levando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevaletentes na sociedade em que está inserido.

Nessa concepção, os direitos sociais permitem reduzir os excessos de desigualdade gerados pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem-estar para todos. Historicamente, a cidadania social relaciona-se com acesso a bens e serviços de caráter universal e publicamente disponibilizados que reduz a dependência do indivíduo em relação ao mercado, permitindo uma *desmercantilização*

do *status* dos indivíduos, conforme a análise também clássica de Esping-Andersen (1990; 1991). Historicamente, a mercantilização das pessoas, por meio da venda da força de trabalho, se deu quando a garantia da reprodução social se deslocou de outras camadas institucionais da sociedade para o contrato de trabalho. Quando os mercados se tornaram hegemônicos, o bem-estar das pessoas passou a depender inteiramente de relações monetárias. Com a introdução dos direitos sociais modernos há um afrouxamento do *status* de mercadoria, pois, quando uma prestação é vista como um direito legal ou se a pessoa pode manter-se sem o mercado, ocorre uma desmercantilização, ou seja, a emancipação da dependência do mercado. Em função de um conjunto de fatores, os países desenvolveram, de formas diferentes, direitos desmercantilizados.

Dada a sua natureza, diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio de políticas sociais. E ao passo que existe certo consenso e clareza sobre o escopo dos direitos civis e políticos, o mesmo não acontece com os direitos sociais que são objetos de disputa e controvérsia, na medida em que se relacionam com a natureza da intervenção do Estado. Além disso, esses direitos apresentam a capacidade de poder ser ampliados e redefinidos constantemente em função de mudanças na sociedade, tanto no âmbito econômico, dado que a efetivação de políticas sociais está relacionada em parte com a capacidade de gasto dos países, quanto no desenvolvimento das concepções construídas socialmente sobre a natureza do bem-estar social. Como já definia Marshall, o direito social está vinculado aos padrões prevalecentes na

sociedade. Em conseqüência, seu escopo e natureza podem variar significativamente em diferentes contextos, sendo que os fatores cruciais para explicar as diferenças são de natureza política e estão relacionados com a atuação de segmentos sociais variados, no sentido de redefinir os direitos sociais por meio da agregação de novos conteúdos. Enfim, a definição dos direitos sociais é dotada de alto grau de elasticidade e depende da construção política da noção de cidadania social, que varia em contextos históricos e políticos diversos.

O desenvolvimento da cidadania social depende, assim, por um lado, da constituição de um sentimento de identidade e de obrigação comum, envolvendo a participação da comunidade, dado seu caráter coletivo. Por outro lado, remete à importância do Estado e está relacionado com a emergência dos sistemas de proteção social que têm como referencial o estado de bem-estar, desenvolvido nos países avançados, que visava libertar a sociedade da necessidade e do risco, garantindo o bem-estar a todos.¹ Em outros termos, a emergência dos direitos sociais tem como conseqüência a responsabilidade do poder público por meio da garantia e da provisão de políticas sociais, entendidas como aquelas capazes de garantir o bem-estar de todos os cidadãos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA

A afirmação de que a cidadania social se efetiva por meio da intervenção governamental ou da ação estatal positiva remete

à discussão das políticas sociais, enquanto um segmento historicamente constituído das políticas públicas. Em um contexto no qual se busca especificar o conteúdo de uma política pública voltada para o lazer, ou mais ainda, em que se discute como efetivar o direito constitucional ao lazer, torna-se necessário refletir um pouco sobre o conceito de políticas públicas e sobre o processo de sua constituição. Mais do que uma simples preocupação acadêmica, o entendimento analítico do processo de formação de uma política pode contribuir para a identificação dos caminhos a percorrer e, ao mesmo tempo, desmontar esperanças em um ativismo estatal isolado da construção social de um ideário relativo ao lazer, processo que envolve uma definição de lazer e de políticas de lazer, dos princípios e diretrizes a orientar essa política, dos conteúdos principais e das formas de sua implementação.

Em uma definição bastante simplificada, uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de decisão e a um conjunto de ações para implementar aquelas decisões.

Visto de forma mais descritiva, uma política pública são os atos, mas também os "não atos" de uma autoridade pública frente a um problema ou um setor da sociedade. Em geral, se apresenta sob a forma de um programa governamental que possui algumas características: (i) a existência de um conteúdo; (ii) um programa que articula ações em torno de eixos específicos; (iii) uma orientação normativa que expressa finalidades, preferências e valores e tende

para objetivos específicos; (iv) um fator de coerção, dado que a atividade pública se impõe em função da legitimidade decorrente da autoridade legal; e (v) pelo seu alcance, no sentido de que tem a capacidade de alterar a situação, os interesses e os comportamentos de todos que são afetados pela ação pública (Meny; Thoenig, 1992).

A noção de política pública remete também a um conjunto de decisões, que por afetarem a todos, são públicas, sendo uma política sobre coisas públicas. Como define Rua (1997, p. 2): "A sua dimensão 'pública' é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter 'imperativo'. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público."

As políticas são sempre escolhas em um quadro de conflitos de preferências relativas a diferentes questões, tais como o objeto específico da intervenção governamental, as concepções sobre a ação do Estado, a definição relativa à geração e à alocação de recursos, etc. Esses conflitos são mediados por instituições políticas, sendo as políticas públicas, portanto, resultado da atividade política.

De acordo com a definição sintetizada por Rua (1997, p. 1), a política refere-se a um "conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos". A política pode ser vista como uma forma de atividade humana, estreitamente ligada ao poder, e que se relaciona com a necessidade de convivência de interesses diversos, freqüentemente contraditórios, que possam ser acomodados por meio de processos institucionalizados e pacíficos.

Como o poder é desigualmente distribuído em uma sociedade, a política costuma ser um jogo desequilibrado. Daí que algumas preocupações emergem do processo de elaboração de políticas públicas relativas às conseqüências da ação governamental: quais são os efeitos das políticas? Para quem? E por quê? Em outros termos, por que os governos fazem o que fazem e quais são os beneficiários das suas ações? A resposta a essas perguntas nos remete à compreensão dos processos políticos envolvidos na constituição de uma política.

De forma bastante esquemática, pode-se dizer que o processo de formação de uma política pública começa a partir da identificação de um problema ou de um estado de coisas que demande uma intervenção governamental. Nem todos os problemas reais são tematizados dessa forma, de tal modo que para que uma questão entre na agenda governamental não basta ser considerada problemática. É preciso também que se torne um problema político a partir de mobilização política por meio da qual atores articulados consigam fazer com que a situação seja reconhecida como problema e entre na agenda governamental.

Tendo isso em conta, uma questão-chave na análise de políticas públicas é a compreensão de sua gênese, particularmente no caso de inovações que envolvem mudanças institucionais de maior escopo. A partir do pressuposto de que políticas públicas envolvem escolhas, mesmo que constrangidas por diferentes fatores, particularmente os de ordem institucional, as políticas públicas não são casualidades nem respondem a necessidades inelutáveis dos governos. Em conseqüência, o fato de que algumas questões (e não

outras) passem a ser objeto de decisões e ações públicas é algo que precisa ser explicado em cada situação específica e está relacionado à construção social de propostas no âmbito societário e ou governamental. Determinados fenômenos sociais se tornam políticas a partir da emergência de determinadas compreensões dos problemas que passam a guiar o processo de definição de políticas.

Políticas públicas inovadoras pressupõem, assim, a constituição de agendas também inovadoras e são resultados de vários processos articulados.² Tendo como ponto de partida a tematização de questões em espaços públicos e sua conversão em idéias e projetos sociopolíticos, a formação de uma política pública pressupõe a interação de coalizões promotoras ou a ação de um conjunto de atores, portadores de idéias reformadoras ou inovadoras, que constituem redes societárias e ou *policy networks*.³

Essas redes são formadas por um conjunto de atores envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão como um assunto público e incluem desde a restrita comunidade de especialistas até grupos de interesse, movimentos sociais, redes societárias temáticas, atores governamentais, etc. que, por meio da cooperação, buscam atingir seus objetivos. Conjuntos de profissionais ou técnicos, que compartilham critérios e valores e buscam influenciar o processo político e a definição de uma política pública, podem formar comunidades epistêmicas, tal como definidas por Haas (1992), entendidas como redes de profissionais e experts com conhecimento relevante que partilham um conjunto de crenças normativas, modelos causais e uma proposta de política pública.

Nessa perspectiva, cabe destacar nesse processo de constituição de agendas e de inovações de políticas o papel das idéias, dado que o processo político deve ser entendido também na sua dimensão simbólica enquanto instrumento de ordem interpretava. O referencial de uma política é a imagem cognitiva que se tem da realidade, e é dessa percepção que emergem as soluções ou propostas de ação. Entretanto, idéias não são suficientes dado que o processo político no bojo do qual são tomadas as decisões, mesmo que corporificado em torno de idéias e propostas, é uma disputa entre atores com graus variados de recursos de diferentes ordens, sejam financeiros, técnicos, organizacionais ou políticos.

A constituição de agendas é sempre um mecanismo altamente seletivo que envolve a concorrência entre problemas e hierarquias de prioridades heterogêneas. A incorporação de um problema à agenda traduz divergências de opinião, normas, interesses, percepções e juízos cognitivos que atravessam a opinião pública. De tal forma que a transformação de um fenômeno qualquer em um problema que deve ser objeto de uma política pública é uma construção social a partir da conversão de idéias em projetos políticos.

TENDÊNCIAS NA GESTÃO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

INTERSETORIALIDADE, TRANSVERSALIDADE E PARTICIPAÇÃO

A partir da Constituição de 1988, o poder municipal no Brasil teve suas funções bastante ampliadas, passando a ter a competência de

organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, além de ser responsável pela gestão das principais políticas sociais, como, por exemplo, saúde e assistência social. Com esse processo de descentralização, o município se tornou responsável pelas principais ações que permitem assegurar a qualidade de vida dos munícipes (Menicucci, 2002, p. 10). Com o aumento de suas responsabilidades, a cidade constituiu-se como um ator político fundamental e pólo central na articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais, devendo ser capaz de incentivar a cooperação social na busca de respostas integradas a diversos problemas, como emprego, educação, cultura, moradia, transporte. Podemos acrescentar a essa lista também a responsabilidade pela integração de ações voltadas para o lazer que teriam no município o lócus privilegiado na construção de uma vida com qualidade, que inclui o acesso ao lazer como um de seus atributos.

Entretanto, após mais de uma década de descentralização e em que pesem os avanços reais, embora com grandes variações locais, em termos de maior eficiência na utilização dos recursos, ampliação de cobertura para os diferentes serviços, maior equidade e promoção da participação no processo decisório e na gestão pública, os desafios continuam imensos no sentido de resolver os problemas da exclusão social e garantir uma vida com qualidade. Em outros termos, como garantir maior eficácia na gestão de políticas sociais?

A gestão municipal tem sido um laboratório de inovações na busca de maior efetividade das ações em contexto de muitas demandas e recursos limitados. A partir do conhecimento maior

da realidade sobre a qual atuam as políticas sociais, têm sido experimentadas novas estratégias de gestão visando superar formas consolidadas de intervenção. Um ponto de partida é o diagnóstico de que os problemas que são objeto das diversas políticas setoriais são interligados e interdependentes e se reforçam mutuamente. Dada a complexidade da realidade, as políticas públicas precisam se ajustar à natureza estrutural dos problemas sociais para, de fato, conseguir algum impacto sobre eles (Menicucci, 2002).

Com esse diagnóstico, tem ganhado força a proposta de articulação das políticas sociais por meio de uma integração intersetorial e interinstitucional no desenho, implementação e gestão de políticas sociais. A intersetorialidade tem sido definida como uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão na sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para a gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada em que usualmente são elaboradas e implementadas as políticas públicas, fracionadas em diferentes setores. Particularmente nas políticas voltadas para a inclusão social, um dos eixos estruturadores de uma nova agenda de políticas sociais, propostas mais recentes buscam atuar sobre a multidimensionalidade dos processos de exclusão, configurando-se mudanças nas formas de produção de políticas de inclusão social, com vistas à sua maior efetividade, por meio da articulação intersetorial e da incorporação da dimensão da territorialidade.

Nessa proposta, além da articulação de atores individuais e institucionais, de organizações públicas e privadas, torna-se necessário produzir tanto uma síntese dos diversos conhecimentos

especializados quanto a articulação de práticas por meio do estabelecimento de uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, quando o objetivo é garantir acesso igual aos desiguais.

A proposta coloca desafios para a gestão e para os gestores, dada a necessidade de se obter uma compreensão compartilhada de finalidades, objetivos, ações, indicadores e práticas articuladas. Enfim, demanda a construção coletiva dos objetivos e o compromisso de superar os problemas de maneira integrada. Como estratégias de ação, pressupõe valores de cooperação e parceria e a construção de redes como meio para articular atores, produzir conhecimento e intervir na realidade. Esse modelo organizacional em rede significa estabelecer um espaço de poder compartilhado e de articulação de interesses, saberes e práticas de organizações, indivíduos e grupos, sendo a rede centrada na identidade de um projeto.

Do ponto de vista da gestão, esse modelo demanda a constituição de arranjos complexos para a coordenação de ações setoriais, ponto nevrálgico para o sucesso. A proposta da intersectorialidade tem ainda algumas implicações importantes para a organização do trabalho e o planejamento, que ao invés de serem setoriais passam a ser definidos em base territorial com o objetivo de atuar sobre populações específicas, com vistas à sua inclusão nas dinâmicas sociais. A partir do reconhecimento de que as populações não se distribuem ao acaso, mas tendem a formar conglomerados humanos que compartilham características similares, a categoria território se torna crucial, enquanto critério de focalização das ações, considerando a intenção de atuar de forma sinérgica sobre regiões homogêneas em

termos de características socioeconômicas, urbano-espaciais e, particularmente em termos de identidades e redes de sociabilidade, construídas a partir do pertencimento ou identificação com o lugar. O foco em territórios e populações específicas permite não apenas a identificação dos problemas que lhes são próprios, mas também das potencialidades e soluções.

A mudança na forma de atuar tem implicações também nas estruturas organizacionais que, em princípio, devem expressar a intenção de articular os diversos segmentos da organização governamental, privilegiando a integração. Se é verdade que desenhos organizacionais não garantem por si só determinados comportamentos, eles podem, no entanto, favorecer ou não determinadas formas de atuação. Nesse sentido é que a integração e coordenação das ações pressionam para mudanças nas estruturas tradicionais de governo em dois sentidos principais: substituir as estruturas funcionais e piramidais — que refletem a especialização de saberes e modos de intervenção — por estruturas matriciais mais flexíveis, que permitam a coordenação constante em todos os níveis; e substituir órgãos segmentados por áreas de conhecimento e atuação por órgãos de corte regional que tenham como missão melhorar as condições de vida da população em áreas delimitadas geograficamente. Uma organização do trabalho que se constitua em bases territoriais possibilita articular os planos particulares de cada setor e as respectivas redes de serviços, integrando-as em uma única rede regional.

Essa inflexão nos modos de gestão implica mudanças tanto na cultura das organizações gestoras das políticas sociais, como das práticas institucionalizadas, imbuídas de valores consolidados

nos formatos de atuação setorializados. Uma estrutura organizacional com as características propostas é também mais permeável à participação dos cidadãos. Essa participação é ainda um elemento importante para a legitimidade, sustentabilidade e eficácia das ações, uma vez que as políticas sociais, por terem um impacto direto na vida das pessoas, têm poucas chances de ser efetivas se não contarem com a adesão do público-alvo.

Várias experiências têm sido ensaiadas com essa perspectiva da intersetorialidade, tendo como um exemplo paradigmático o Programa BH-Cidadania, criado em 2002 pela Prefeitura de Belo Horizonte, cuja concepção incorpora a perspectiva de gestão de proximidade e de intersetorialidade vinculada à territorialização, além da participação popular. A partir desses princípios, o Programa propõe um novo formato institucional e gerencial para articular a elaboração e a gestão das políticas municipais, voltadas para os segmentos excluídos.

Para além desse Programa, a Prefeitura realizou uma reforma administrativa cujos princípios norteadores são correspondentes aos do BH-Cidadania, como a descentralização, a intersetorialidade e a participação da sociedade. A partir de uma descentralização intramunicipal, a reforma fortalece a autonomia de administrações regionais, deslocando a gestão e execução das ações do centro para a periferia com a incorporação da lógica da territorialidade. Essa mudança organizacional de maior envergadura pode favorecer a integração das ações na medida em que foram redefinidas tanto as funções como a forma de articulação entre as unidades organizacionais da Prefeitura.

Uma outra perspectiva para se pensar a integração de ações governamentais com vistas à maior efetividade aponta no sentido da transversalidade. Vista tanto como conceito quanto como instrumento organizativo, a transversalidade tem a função de ampliar a capacidade de atuação com relação a alguns temas para os quais a organização clássica não é adequada (Serra, 2004). As administrações públicas se organizam em estruturas fortemente formalizadas, verticais e definidas por sistemas técnicos especializados e complexos, como saúde, educação, defesa, seguridade e outros. Entretanto, essa estrutura organizativa clássica não é capaz de resolver algumas situações, como: (1) demandas sociais ou de políticas públicas que não fazem parte das competências de uma única parte da estrutura orgânica vertical da corporação, mas que implicam toda a organização ou de parte significativa dela; e (2) a necessidade de dispor de uma visão integrada de determinados segmentos de população considerados como prioritários do ponto de vista da ação pública. Essas situações têm forçado o setor público a adotar visões, ou referências estruturantes na sua intervenção que não se ajustam às divisões clássicas da organização e que requerem novas respostas organizativas ou novas formas de trabalho.

A transversalidade é uma proposta por meio da qual se busca dar respostas organizativas à necessidade de incorporar temas, visões, enfoques, públicos, problemas, objetivos, etc. às tarefas da organização que não se encaixam em apenas uma das estruturas organizativas verticais. Como Serra chama a atenção (2004), a transversalidade não se confunde com a coordenação lateral ou interdepartamental nem com a integração organizativa ordinária;

não pressupõe novos pontos de vista nem novas linhas de objetivos dissociados dos objetivos setoriais dos órgãos verticais em que se estrutura a organização. Diferentemente, significa introduzir linhas de trabalho não estabelecidas verticalmente; construir uma proposta que deve impregnar e condicionar as outras áreas de atuação, ou seja: tenta-se que *todas* as estruturas verticais compartilhem sinergicamente a obtenção de um objetivo comum que não é específico de cada uma delas em particular. É, assim, um instrumento interorganizativo que se orienta a gerir, no seio da organização, um tema não contemplado explicitamente na estrutura orgânica básica, mas que exige, para seu tratamento adequado, o envolvimento de todas, ou pelo menos de várias, unidades verticais. Significa incorporar, no trabalho do conjunto ou de parte significativa da organização, o tratamento de políticas, problemas, segmentos da população, etc. que reflitam a multidimensionalidade da realidade, sem eliminar nenhuma das dimensões já incorporadas ao seu trabalho.

Essa forma de gestão se justifica dado o fato de que a realidade é complexa, multidimensional e, na linguagem de Serra (2004), poliédrica, embora não seja transversal. A transversalidade é um instrumento para gerir a visão poliédrica, um instrumento para incorporar novos pontos de vista e novas capacidades de intervenção sobre a realidade multidimensional.

O exemplo paradigmático utilizado por Serra para definir a transversalidade é a inserção do princípio da igualdade de gênero em todas as ações governamentais, princípio que deve atravessar transversalmente as diferentes áreas de atuação, não significando, contudo, o estabelecimento de um setor específico voltado para

garantir a igualdade nessa dimensão. A política de igualdade de gênero se formaliza universalmente na perspectiva de constituir-se como uma "corrente principal" (*mainstream*) que deve impregnar e condicionar todas as outras políticas de todos os âmbitos de atuação.

Uma outra tendência na gestão pública, particularmente no nível local, é a ampliação da participação da população. Embora, é importante registrar, essa participação venha ocorrendo em níveis variados em função, por um lado, dos projetos políticos dos governos locais mais ou menos abertos a uma gestão democrático-participativa e, por outro, do grau de organização da sociedade vinculado ao estoque de capital social acumulado historicamente.

Apesar da variabilidade tanto quantitativa quanto qualitativa dessa participação, é inegável que ela vem sendo estimulada por diferentes razões. Entre elas, cabe destacar o estímulo que a própria legislação brasileira dá no caso de várias políticas setoriais, na medida em que torna obrigatória a existência de mecanismos institucionais que garantam a participação da sociedade na gestão e no controle das políticas, vinculando, inclusive, em alguns casos, o repasse de recursos federais à existência de conselhos constituídos paritariamente por representantes da sociedade e do governo. No caso da gestão de políticas sociais, para além da noção de ampliação da gramática democrática com a ampliação de mecanismos de participação que se complementem aos instrumentos mais consolidados da democracia representativa, vários estudos e documentos mais prescritivos têm destacado a importância do envolvimento da população no processo decisório e na gestão das políticas sociais, como forma de garantir legitimidade e sustentabilidade das políticas, bem como maior

eficácia das ações. Isso se justifica na medida em que as políticas sociais afetam diretamente a vida das pessoas e envolvem muitas vezes mudanças de comportamentos e de atitudes do público-alvo. Esse é o caso, por exemplo, das políticas voltadas para a inclusão social, as quais, além de buscar garantir o acesso a determinados serviços e ações públicas, devem atuar sobre aspectos não tangíveis da exclusão, como, por exemplo, o sentimento de baixa estima que costuma estar presente nos segmentos lançados nas diversas rotas da exclusão.

Esse é o caso dos programas constituídos na perspectiva da intersetorialidade aos quais costuma ser atribuído um papel ativo da população na identificação dos problemas e soluções a partir de suas necessidades específicas. A população pode tornar-se, assim, coadjuvante das ações públicas e na construção de objetivos coletivos.

QUESTÕES A CONSIDERAR PARA UMA POLÍTICA DE LAZER

PROCESSOS POLÍTICOS E DIMENSÕES SUBSTANTIVAS

A partir da discussão feita nas seções anteriores, me atrevo nesta seção, na perspectiva assumida de um *outsider*, a colocar alguns pontos para reflexão que possam ter alguma utilidade na definição de uma política de lazer.⁴ De uma perspectiva mais genérica, aponto alguns aspectos de cunho político que são ingredientes necessários no processo de formulação de uma política pública e que se aplicam

também ao caso de uma política de lazer. Destaco ainda alguns aspectos mais substantivos e organizativos relativos ao conteúdo de uma política de lazer, levando em conta as inovações em curso no campo das políticas sociais e a partir da necessidade de efetivar o direito constitucional ao lazer. A intenção é utilizar os aportes teórico-conceituais discutidos nas seções anteriores para iluminar uma reflexão sobre uma política de lazer. O tom talvez um pouco prescritivo da discussão não significa a pretensão de definir receitas, mas apenas de usar os argumentos analíticos do campo do estudo de políticas públicas para tecer considerações que possam ser aplicáveis no campo do lazer. Como também para todo e qualquer campo de intervenção governamental, se assumimos que os argumentos são plausíveis, considerando as inúmeras evidências empíricas que os sustentam.

À primeira vista, o que parece necessário e mais urgente é a construção política do sentido e do significado do lazer na sociedade, processo que pressupõe uma construção teórica prévia. Isso passa pela definição mais precisa do lazer enquanto direito; do lazer nele mesmo e não como parte de outras ações, como o esporte, embora possa estar contido nele ou ser uma das manifestações do lazer; do lazer como necessidade social específica e não como subsidiário de outras necessidades, como promoção social, diminuição da violência, combate ao uso de drogas, mesmo que possa contribuir para tudo isso.

Somente a partir da construção do lazer enquanto "problema", no sentido de que se constitui como uma questão que merece uma intervenção governamental ativa com o objetivo de garantir a todos os cidadãos condições para sua fruição e como um componente da

noção genérica de bem-estar ou de qualidade de vida, é que se torna possível um segundo passo no sentido de definir conteúdos e estratégias para uma política de lazer. Para isso é fundamental, por um lado, o desenvolvimento de conhecimento e produção teórica, capacitação de profissionais, veiculação de idéias e aglutinação do pensamento crítico e criativo. Por outro lado, demanda a construção de uma *policy network* – uma rede de atores em torno da construção de uma política de lazer – que agregue diferentes segmentos que possam participar do processo de construção social do lazer enquanto direito e enquanto política pública, configurando uma agenda pública que tenha o lazer como tema. A aglutinação de diferentes atores, que podem incluir desde a comunidade de especialistas a movimentos sociais e atores governamentais, pode então levar à definição de estratégias de ação que dêem visibilidade à questão e, a partir daí, transformar o lazer em uma questão política. Para daí sim, ter chances de entrar na agenda governamental na dimensão de sua importância enquanto direito e que, conseqüentemente, demanda políticas públicas para sua efetivação.

É desnecessário enfatizar que a participação da sociedade nesse processo é fundamental, pois de onde virá o suporte político e a legitimidade de uma proposta mais abrangente de política de lazer? Para além desses aspectos que são comuns a todas as políticas públicas e em especial para as políticas sociais, a participação se torna mais evidente no caso específico do lazer, dada sua reconhecida inserção no âmbito da cultura, estando, portanto, relacionado a valores, representações e sentidos atribuídos pelo conjunto de pessoas de um grupo ou sociedade a determinadas ações e atividades.

Nesse sentido, o público-alvo da política não pode ser visto como espectador, mas como parte do processo, como coadjuvante das ações (Padilha, 2004, p. 77).

Essa não é uma tarefa fácil, dada a natureza mesmo do conceito de lazer que é de difícil demarcação. Não parece existir ainda um consenso sobre uma conceituação mais precisa de lazer e, particularmente, sobre as formas de sua operacionalização. Entre as definições pioneiras e suas críticas, o lazer pode ser identificado como um conjunto de ocupações ou como grupos de atividades, cada uma com conteúdos diversos como atividades físicas, manuais, artísticas, associativas e turísticas; o lazer apresenta relação com o tempo, mas que pode ser visto como tempo livre, tempo disponível ou conquista do tempo de não atividade; inclui atividades com as características da não-obrigação e da ludicidade, da livre vontade ou de natureza desinteressada; pode ter diferentes propriedades constitutivas, como o caráter liberatório, hedonístico, desinteressado e pessoal.⁵

Os limites das classificações de atividades são já conhecidos: cada grupo não só inclui atividades diferentes, mas também bastante diversificadas; em alguns casos é difícil alcançar categorias mutuamente exclusivas; o processo de escolha dos indivíduos nem sempre é absolutamente explícito, tampouco modulado por um interesse único. O reconhecimento dessa diversidade remete à dimensão subjetiva da classificação de uma atividade enquanto lazer, expressa na caracterização de Marcellino (1987, p. 29) como um "tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente, a satisfação provocada pela atividade".

Por ser um conceito amplo, pode incluir tanto um conjunto diversificado de atividades quanto de não atividades (o ócio), pode estar imbricado ou associado com outras atividades não necessariamente de lazer, enfim, diferentes manifestações culturais podem estar incluídas no rol do lazer. Se podemos considerar que a atribuição subjetiva de significado é o critério definidor para uma atividade ou ação ser classificada como lazer, o trabalho de demarcação torna-se ainda mais complexo ou mesmo inexequível. Do ponto de vista setorial e organizacional, no contexto das organizações governamentais pode estar associado à educação, cultura, turismo, esporte, recreação, etc.

Acresce-se a isso, o que não é uma especificidade apenas do campo do lazer, que pensar em uma política social setorial nos remete sempre ao caráter imbricado das condições que garantem o bem-estar social em seus diferentes aspectos. Entre aqueles que afetam a possibilidade do lazer, podemos citar a jornada de trabalho e as condições do transporte urbano, que reduzem o tempo livre ou disponível; a política de reordenação do solo urbano, que remete à disponibilidade de espaços e equipamentos de lazer; e muitos outros. Assim, colocar o tema do lazer na agenda pública implica também fortalecer o debate sobre o direito ao lazer e sua relação com outras questões sociais.

Da discussão dessas questões decorre o segundo desafio, que é a definição dos princípios, diretrizes e conteúdo de uma política de lazer que possam informar decisões governamentais. É no debate levado a cabo pelo conjunto de atores, individuais e coletivos, que tenham essa meta, que se torna possível essa construção, levando-se

em conta a necessidade de estar atento ao surgimento de "janelas de oportunidade" que podem ser favoráveis a mudanças institucionais. Janelas se abrem e se fecham, e só são aproveitadas quando existe uma coalizão promotora de uma proposta articulada.

Neste processo, algumas questões parecem cruciais, como:

- Quais os parâmetros que devem informar a política de lazer?
- Como institucionalizar o direito ao lazer? Garantindo acesso? Definindo novas ações? Novos equipamentos? Utilização de espaços públicos?
- As ações devem ser de cunho universalista ou focalizado?
- Lazer como uma política setorial ou como um princípio a atravessar as demais políticas de modo transversal?
- Uma política de lazer deve ser pensada da perspectiva da transversalidade ou da intersetorialidade? Quais as formas de integração com outros setores?
- Como elaborar políticas que englobem atividades e conteúdos diferenciados?

O estabelecimento de consensos mínimos em relação a essas e outras questões pode apontar para a definição da orientação normativa, do alcance e do conteúdo de uma política de lazer e dos programas que possam constituí-la, bem como da estrutura organizacional adequada à sua efetivação. Se a assunção do lazer enquanto direito remete à necessidade de políticas governamentais para sua efetivação, o conteúdo e os princípios dessa política são resultado de uma construção social no âmbito de uma esfera pública ampliada, da qual participem atores sociais e governamentais.

A indefinição constitucional, ao deixar em aberto a questão da regulamentação do direito ao lazer por meio de uma não-decisão, tem fortalezas e debilidades, pois ao mesmo tempo que gera ambigüidades e diferenciações nas ações governamentais voltadas para o lazer que estão sendo desenvolvidas, propicia, por outro lado, um amplo espaço para criatividade e inovação. Entender a lógica e os processos que levam à estruturação de uma política pode, assim, contribuir para a formatação de diretrizes e princípios para uma política nacional de lazer inovadora.

NOTAS

¹ Discussões contemporâneas consideram que a categoria unificadora do risco perdeu sua pertinência na medida em que os fenômenos de exclusão atuais são, freqüentemente, estados estáveis ou situações de ruptura dificilmente reversíveis, o que faz com que um conjunto de populações tendam a sair do campo do seguro. Para esta situação de dependência, o conceito central hoje seria o de precariedade ou vulnerabilidade, para o qual tem se deslocado a política social. Sobre isso, ver ROSANVALLON (1995); CASTEL (1998); GOMÀ (2004); entre outros.

² Esse modelo analítico foi desenvolvido em outro trabalho meu em co-autoria com Brasil (2005) a partir da reelaboração de contribuições analíticas de autores de diferentes matrizes teóricas como HABERMAS (1989; 1999; 1997), KINGDON (1995), SABATIER (1993) e WEIR (1994).

³ Sobre o conceito de *policy network*, ver BORZEL, 1997; SUBIRATS e GOMÀ, 1998; FARIA, 2003.

⁴ Refiro-me a uma política de lazer de uma perspectiva mais ampla, que inclui a definição de princípios e diretrizes de caráter nacional, além de fontes de

financiamento, e se desdobre em um conjunto de programas, projetos e ações governamentais.

⁵ Sobre o conceito de lazer, existem trabalhos conhecidos no campo, como: DUMAZEDIER (1999, 2001); MARCELLINO (1987, 2001a, 2001b); CAMARGO (2003); BRAMANTE (1998).

REFERÊNCIAS

BORZEL, Tanja A. What's so special about policy networks? An exploration of the concept and its usefulness in studying European governance. *European Integration Online Papers*, 1 (16), 1997.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer: concepções e significados. *Licere – Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação/EEF/UFMG*, Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 9-17, 1998.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova*, n. 24, set. 1991.

_____. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FARIA, Carlos Aurélio P. Idéias, conhecimento e políticas públicas – um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *RBCS*, v. 18 n. 51, 2003.

GOMÀ, Ricard. Processos de exclusão e políticas de inclusão social: algumas reflexões conceituais. In: CARNEIRO e COSTA. *Gestão social: o que há de novo?* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. v. 1.

HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, 47 (1), 1992.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2

_____. *The theory of communicative action: lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon Tress, 1989.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1999. v. 1.

JOHN, Peter. *Analysing public policy*. Londres: Pinter, 1999.

KINGDON, John W. *Agendas, alternatives, and public policies*. 2. ed. New York: Harper Collins College Publishers, 1995.

LINHALES, Meily Assbú. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? *Motrivivência*, ano X, n. 11, setembro/1998.

MARCELLINO, Nelson Cavalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e esporte*. Campinas: Autores Associados, 2001a.

_____. O que se leva dessa vida é o que se come, o que se bebe, e o que se brinca, ai! In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001b.

_____. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

MARSHALL, T. S. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENICUCCI, Telma M. G. Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. *Pensar BH-Política Social*. Edição Temática, n. 3, maio/jul. 2002.

MENICUCCI, Telma M. G. *Público e privado na política de assistência à saúde: atores, processo e trajetória*. Tese (Doutorado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2003.

MENICUCCI, Telma M. G.; BRASIL, Flávia de P. D. *Construção de agendas e inovações institucionais: comparação entre a reforma urbana e a reforma sanitária*. Trabalho apresentado no 29º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT Políticas Públicas. Caxambu, MG, 2005.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. *Las políticas públicas*. Tradução espanhola de Francisco Morata. Barcelona: Editorial Ariel, 1992.

PADILHA, Valquíria. Apontamentos para um estudo crítico sobre políticas públicas de lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. *La nouvelle question sociale: repenser l'État- Providence*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Washington, Indes/BID, 1997. Mimeografado.

SABATIER, Paul A. Policy change over a decade or more. In: SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, Hank (Ed.). *Policy change and learning - an advocacy coalition approach*. Boulder: Westview Press, 1993.

SERRA, Albert. *La gestión transversal: expectativas y resultados*. IX CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. Madrid, España, 2-5 nov. 2004.

SUBIRATS, J.; GOMÀ, R. Políticas públicas: hacia la renovación del instrumental de análisis. in: GOMÀ; SUBIRATS (Org.). *Políticas públicas en España*. Contenidos, redes de actores y niveles de gobierno. Barcelona: Ariel, 1998.

WEIR, Margaret. Ideas and the politics of bounded innovation. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathlen; LONSTRETH, Frank (Ed.). *Structuring politics - historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.



Para obter mais
informações sobre
outros títulos da
EDITORA UFMG,
visite o site

www.editora.ufmg.br

A presente edição foi composta pela Editora UFMG e impressa pela Segrac Editora, em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e Cartão Royal Ripasa 250g (capa), em novembro de 2006.

AUTORES CONVIDADOS

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais. Professor do Departamento de Metodologia de Ensino e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea. Pesquisador do CNPq (Fundamentos da Educação).

Carlos José Martins

Doutor em Filosofia. Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus Rio Claro. Pesquisador dos temas da construção social dos corpos, da subjetividade e da estética da existência.

Lino Castellani Filho

Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/ME (jan/03 - abr/06); Presidente do CBCE (1999/01 - 2001/03).

Nelson Carvalho Marcellino

Livre-Docente em Educação Física - Estudos do Lazer. Docente do Mestrado em Educação Física da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL/Unimep). Pesquisador do CNPq.

Sérgio Martins

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Grupo de Pesquisa As (Im)possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea (UFMG).

Telma Menicucci

Doutora em Ciências Humanas, Sociologia e Política pela UFMG. Professora e Pesquisadora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte/MG. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas de Saúde (FJP).

A qualidade dos debates ocorridos no VII Seminário “O Lazer em Debate”, promovido pela Escola de Educação Física e Terapia Ocupacional da UFMG, em maio de 2006, tornou-se importante justificativa para a organização desta obra, em virtude da riqueza dos textos apresentados, da abordagem de pontos polêmicos e até mesmo divergentes e por ter ocasionado várias possibilidades para se pensar as relações entre o lazer e o esporte. Da mesma forma, foram relevantes os diferentes lugares acadêmicos, a partir dos quais os olhares e reflexões sobre a política, o lazer e a cidade foram anunciados. História, filosofia, geografia, ciência política, educação física, entre outras áreas, propiciando relações de complementaridade e exercícios interdisciplinares, traduzidas no título *Maneiras de ver, maneiras de fazer*.

